

MARCELO DA SILVA ARAÚJO
(ORGANIZADOR)

DIALOGANDO COM AS HUMANIDADES EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL NO IFPB, CAMPUS CAMPINA GRANDE





Universidade Estadual da Paraíba
Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*
Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Marcelo da Silva Araújo
(Organizador)

Dialogando com as Humanidades: Educação e formação integral no IFPB, Campus Campina Grande



Campina Grande - PB
2025

Expediente EDUEPB***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Editorial

Eli Brandão da Silva

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

D536 Dialogando com as Humanidades [recurso eletrônico] : educação e formação integral no IFPB, Campus Campina Grande / organização e apresentação de Marcelo da Silva Araújo ; prefácio de Laudicéia Araújo Santana. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.

180 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5221-057-9 (Impresso)

ISBN: 978-65-5221-040-1 (2.746 KB - PDF)

ISBN: 978-65-5221-039-5 (1.879 KB - Epub)

1. Educação Contemporânea. 2. Educação Inclusiva. 3. Prática Pedagógica. 4. Formação Profissional. 5. Educação Plural. I. Araújo, Marcelo da Silva. III. Título.

21. ed. CDD 378

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS, 9

PREFÁCIO, 11

APRESENTAÇÃO, 15

Marcelo da Silva Araujo

CAPÍTULO 1

**EXPERIÊNCIA DA OFICINA “CUTUQUE OS PRINCÍPIOS:
SE ENCONTRE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA”, 29**

Rômulo Leite Amorim

Ana Paula de Souza Almeida

Livia Maria Ferreira da Silva

Aline Cristina de Araújo Monteiro

Vinicius Leal de Melo

Milena Vitória Diniz Pereira

Laís Oliveira Batista

Luanna Alves Salvador

Nathalia Kawanny Lopes Brito

CAPÍTULO 2

**EXPLORAÇÃO ESTATÍSTICA DO DESEMPENHO
ACADÊMICO EM ESTUDANTES DE ENGENHARIA DA
COMPUTAÇÃO NA PANDEMIA: UMA ANÁLISE SOBRE O
IFPB-CG, 41**

Caique de Oliveira Sousa

Aluska Peres Araújo

CAPÍTULO 3

CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS EGRESSAS (2020 A 2021), 57

Karen Emanoele Bezerra Feitosa

Marcelo da Silva Araujo

CAPÍTULO 4

PNLD COMO INDUTOR DAS REFORMAS EDUCACIONAIS: A SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO, 75

Marcelo da Silva Araujo

Thiago de Jesus Esteves

CAPÍTULO 5

CHATGPT NO MUNDO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DA SUA UTILIDADE COMO ACONSELHADOR JURÍDICO E FACILITADOR DO ACESSO À JUSTIÇA, 85

Vanessa Lopes de Freitas

Antônio Edivaldo Chagas Junior

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

CAPÍTULO 6

O ENSINO DA MATEMÁTICA COM AUXÍLIO DO SOROBAN COMO RECURSO FACILITADOR NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL, 107

Allisson José de Farias Alves

Aluska Peres Araújo

Daiana Estrela Ferreira Barbosa

CAPÍTULO 7

REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA HISTÓRIA DE MARGARIDA MARIA ALVES A PARTIR DO ESQUECIMENTO, APAGAMENTO E SILENCIAMENTO EM ALAGOA GRANDE - PB, 121

Sabrina Araújo Sobral Lima

CAPÍTULO 8

QUAL O LUGAR DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO?, 139

Antonio Josinaldo Soares Silva

CAPÍTULO 9

NIETZSCHE NO MODERNISMO DE AUGUSTO DOS ANJOS E JOSÉ LINS DO REGO, 153

Geraldo Dias

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES, 175

SOBRE AS PARECERISTAS E OS PARECERISTAS, 179

AGRADECIMENTOS

AGRADECER A UMA PESSOA, GRUPO OU INSTITUIÇÃO É TAREFA SENSÍVEL, uma vez que é grande o risco de esquecimento ou apagamento de contribuições relevantes para o processo em questão. Sendo assim, me restringirei a fazer especiais menções às/aos integrantes da gestão do Campus Campina Grande, a prof^a. Dr^a. Ana Cristina Alves de Oliveira Dantas, Diretora Geral; ao prof. Dr. Jerônimo Silva Rocha, Diretor de Desenvolvimento do Ensino; à prof^a. Dr^a. Laudicéia Araujo Santana, Chefe do Departamento de Ensino Técnico. Também é necessário fazer menções igualmente especiais às professoras e professores da Área de Ciências Humanas, em particular às figuras do seu coordenador, prof. Me. João Clímaco Ximenes Neto, e ao prof. Me. Glayds Richeles Araújo Veiga, entusiastas e idealizadores do evento Dialogando com as Humanidades - diálogos entre as Ciências, a diversidade e a Democracia no Brasil do século XXI, do qual se origina esta obra. Dois nomes em particular são igualmente memoráveis, o do prof. Dr. Lauriston de Araújo Carvalho e o do prof. Me. Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues. O primeiro pela ampla participação na etapa inicial desta obra, com a recolha e organização primeira de materiais, o segundo também pela participação ativa no evento, na composição do livro e na fundamental revisão dos textos que o compõem. Finalizo agradecendo às colegas e aos colegas servidores técnico-administrativos, em especial a Alan Leonardo Felix da Silva, técnico em audiovisual, pelo constante atendimento e apoio. Sem tais profissionais o evento e seus exitosos desdobramentos não seriam possíveis – o mesmo se pode dizer quanto à presença, apoio e participação ativa e contributiva muito além do satisfatório das nossas e dos nossos estudantes, palestrantes e comunidade acadêmica. A todas e a todos, meu maior agradecimento!

PREFÁCIO

A EDUCAÇÃO É UM PILAR FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO e social, desempenhando um importante papel em gerar cidadãos críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em um contexto global em rápida transformação, a educação enfrenta desafios complexos que exigem uma reflexão aprofundada sobre suas práticas e objetivos.

Este livro surge como um importante recurso, reunindo uma coletânea de estudos e reflexões apresentados no evento “Dialogando com as Humanidades 2023”, promovido pela Área de Humanidades do *Campus* Campina Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. O evento abordou a intersecção entre Ciências, Diversidade e Democracia, temas essenciais para entender o papel da educação no século XXI.

Os artigos aqui compilados refletem a diversidade de experiências e perspectivas de docentes e discentes, oferecendo uma visão abrangente sobre a prática pedagógica, a formação profissional e a importância de uma educação inclusiva. A obra é um convite para que os leitores se aprofundem nas discussões sobre como a educação pode ser um agente de transformação humana e social, promovendo a equidade e respeitando a diversidade.

Um dos focos desta coletânea é a inclusão, que se torna cada vez mais premente em um mundo onde desigualdades sociais e econômicas persistem. A necessidade de metodologias que atendam às diversas necessidades dos estudantes é uma preocupação comum entre os autores, que propõem estratégias para se garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. A intersecção entre disciplinas também é enfatizada, mostrando que a interdisciplinaridade pode enriquecer a

experiência educativa, permitindo que os alunos vejam conexões entre diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, a obra discute os impactos da pandemia de Covid-19 na educação, um tema que ressoou fortemente em todas as esferas da sociedade. O ensino remoto trouxe à tona desigualdades que já existiam, mas que foram acentuadas em tempos de crise. Os estudos apresentados analisam as mudanças no cenário educacional e as resiliências demonstradas pelos estudantes, propondo caminhos para uma educação mais acessível e equitativa no futuro. Esses debates são necessários para que possamos repensar as práticas pedagógicas e garantir que todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias, tenham a oportunidade de aprender e prosperar.

As questões de gênero também recebem atenção nesta coletânea, com investigações que revelam as barreiras enfrentadas por mulheres no mercado de trabalho, especialmente em áreas tradicionalmente dominadas por homens. A educação desempenha um papel relevante na desconstrução dessas barreiras, e os autores argumentam que é necessário promover uma formação que valorize a igualdade de oportunidades. Este olhar crítico sobre as disparidades de gênero é um chamado à ação para que políticas educacionais e práticas institucionais sejam moldadas em apoio à equidade.

Outro aspecto relevante é a discussão sobre a sociologia ambiental e sua presença nos currículos escolares. Em um momento em que as questões ambientais se tornam cada vez mais urgentes, a integração de temas socioambientais na educação básica é fundamental. Os autores defendem que formar cidadãos críticos e conscientes sobre sua responsabilidade ambiental é essencial para um futuro sustentável. A reflexão sobre o papel da educação na conscientização ambiental mostra a importância de uma abordagem integrada que considere as interconexões entre sociedade e natureza.

As reformas educacionais recentes, como o Novo Ensino Médio, são também abordadas, evidenciando as mudanças nas diretrizes curriculares e suas implicações para a formação integral dos estudantes. O livro discute como essas reformas podem reconfigurar a prática pedagógica e refletir uma nova abordagem em relação ao conhecimento, incentivando os educadores a refletirem sobre a relevância das Ciências Sociais na

formação de um cidadão crítico e engajado.

Por fim, o uso de tecnologias emergentes na educação é um tema que permeia muitos dos artigos. A pesquisa sobre a aplicação de ferramentas de inteligência artificial, como assistentes virtuais, no campo jurídico, exemplifica como a tecnologia pode democratizar o acesso à informação e promover a justiça. O diálogo entre tecnologia e educação é um campo em expansão, e a obra convida os leitores a refletirem sobre como essas inovações podem ser integradas de maneira eficaz na prática pedagógica.

Este livro é, portanto, uma celebração da pluralidade de vozes e saberes no campo da educação. Ao abordar temas relevantes e atuais, os textos aqui apresentados buscam inspirar educadores, pesquisadores, gestores e estudantes a se engajarem em uma busca contínua por uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora. Convidamos você, leitor, a explorar essas reflexões e se unir a este importante diálogo sobre o futuro da educação no Brasil e no mundo.

Laudicéia Araújo Santana

Doutora em Ciências Sociais/UFCG. Professora do IFPB.

APRESENTAÇÃO

Marcelo da Silva Araújo

RECENTEMENTE, APÓS O TÉRMINO DAS MINHAS AULAS NOTURNAS NO *campus* Campina Grande do Instituto Federal da Paraíba, parei, ao ultrapassar a portaria, numa barraca de pastéis. A vendedora, uma senhora que é também a proprietária do negócio, não me conhecia. Porém, de imediato imaginou que eu seria um estudante que terminara, faminto, sua jornada acadêmica daquele dia.

Simpática que era, puxou conversa elogiando o ambiente acadêmico. Adicionou que tinha feito, havia alguns anos, um curso de extensão de língua estrangeira nele. De tanta identificação com a instituição, ela, após este curso, continuou com seu estudo na área e o concluiu, como licenciatura, na Universidade Estadual da Paraíba, a UEPB.

Esta passagem, fortuita e aparentemente descabida numa apresentação de coletânea de textos oriundos de um evento acadêmico, expõe, na verdade, a importância do *campus* Campina Grande. Seja em cursos de formação inicial e continuada (FIC), na conclusão de uma graduação (como bacharel ou licenciado) ou até mesmo para despertar uma nova - mas intensa - paixão que pode levar à escolha de uma formação universitária futura posterior e contribuir para a formação da renda de uma ou mais famílias, o *campus* Campina Grande exerce um papel central.

Neste texto, desejo traçar linhas genéricas sobre a quarta edição do *Dialogando com as Humanidades*, evento acadêmico ocorrido no período de 16 a 18 de outubro de 2023. Nas edições anteriores (2016, 2017 e 2019), sobre as quais infelizmente não há registros nem fontes de consulta qualitativa de nenhuma natureza, foi possível celebrar, assim como agora, a rica e formativa interseção entre áreas. Estas áreas, no

que tange ao ambiente escolar, não costumam se aproximar didática e dialogicamente para, como informarei abaixo, enfatizar o título já consagrado do evento, o que permitiria ambientar um espaço de debates, aquisição de conhecimentos e, sobretudo, de trocas entre gerações, concepções de realidade e de mundo e, por que não dizer, de conagração em torno das sensibilidades da vida em sociedade.

Num evento cujo subtítulo inscreveu o termo “Diálogos entre as Ciências, a Diversidade e a Democracia no Brasil do Século XXI” como qualificativo de sua proposta pedagógica, as ideias que seguem intentam refletir sobre a importância estratégica do campus como abarcador de uma política pública educacional bem sucedida, a formação e a técnica docentes e a integração curricular - entre o técnico e o propedêutico - no Ensino Médio frente às humanidades. Finalizo-o, como é preciso que seja, com um passeio pela obra ora ofertada.

Dentro do Instituto Federal da Paraíba, é de conhecimento comum que o *campus* iniciou suas atividades em 2006. Passando a ofertar cursos logo no ano seguinte, trata-se de uma unidade em um município agrestino, cuja vocação econômica inspira-se em atividades agrícolas e pecuária, bem como em comércio varejista e atacadista, com ponto forte na indústria de calçados e têxtil.

Contudo, é necessário fazer constar nessa lista a extração mineral e as indústrias de transformação, de beneficiamento e de desenvolvimento de software. Se opto por informar isso num parágrafo em separado é por serem nestes setores em que o *campus* Campina Grande revela seu imenso potencial, adequando sua oferta de cursos às demandas locais e as da grande região que o circunda.

O *campus* permite-nos marcar, como argumenta Oliveira (2019), que seu impacto, enquanto instituição educacional, potencializa o desenvolvimento regional no curto e médio prazo, posto que o conhecimento acadêmico que produz, viabiliza e distribui é absorvido por uma comunidade diretamente usufruidora, a qual estende-se por mais de 20 municípios.

Nesse sentido, suas atividades educacionais buscam, pelo estímulo,

não apenas o aprendizado, *celula mater* do processo educativo institucional dirigido, mas também produzem “capacitação técnica e acadêmica, inclusão social, incentivo às práticas sustentáveis, de conscientização ambiental, entre outras” (OLIVEIRA, op. cit., p. 114). Embora seja publicamente conhecido, estas conquistas são fruto do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, o qual promove uma educação, em seu sentido amplo, que possibilita aos sujeitos o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de um aprendizado de interação com a realidade. Numa palavra, o atendimento às necessidades da sociedade é o foco.

Assim, é exatamente este tripé que viabiliza (ou condiciona) a noção de formação de professores de que indiretamente trata o Dialogando. Indiretamente pois, neste caso, apesar de ser um evento aberto à comunidade, os próprios docentes envolvidos na ação acadêmica são seu alvo. Afinal, a interpretação crítica, produção e organização de conhecimentos, a identificação e escolha das técnicas e métodos pedagógicos para a socialização da aprendizagem com os sujeitos envolvidos no processo de ensinar/aprender também forma as/os docentes.

Nesse caso, a opção dos professores por incorporarem os elementos de integração do ensino e aprendizagem às suas práticas docentes depende também de uma formação que lhes capacite para tanto. É certo que o compromisso é importante, mas sem as “ferramentas de execução, fornecidas em parte pela formação e em parte pelas condições materiais e técnicas, pouco ou nada se poderá fazer” (ASSIS, 2016, p. 94)

Por detrás (ou seria atravessando?!?) desta formação docente está a noção de currículo – e aqui em particular o currículo que aglutina politécnica¹ e propedêutica, como abordarei mais adiante. Lima (2021),

1 Aqui falo em politécnica na acepção dada por Karl Marx (apud SILVA, 2011, p. 109). Para ele, a educação politécnica pode ser compreendida como a preparação multilateral do homem, em suas capacidades físicas e mentais, buscando superar a divisão do trabalho entre os que planejam e os que executam, em direção à emancipação social. Nesse sentido, politécnica seria o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna, apresentando-se como um pensamento que aponta para o desejado desenvolvimento de todas as potencialidades do estudante, dando respaldo a uma perspectiva de superação da dicotomia entre trabalho manual

apoiando-se em Michael Apple (2000) e Ivor Goodson (1996), sustenta que a concepção da construção curricular dentro do espaço educacional é um campo de disputa. Para ele, os estudos críticos e modernos sobre o currículo escolar inspirados pelos autores supracitados apontam que o currículo sofre “determinações políticas, econômicas, sociais e culturais” (idem, p. 93). A seleção do conhecimento escolar não seria, neste sentido, um ato desinteressado e neutro: é resultado de lutas, conflitos e negociações.

Daí que, em Ciências Humanas e Sociais, urge que a conformação de currículos seja erigida em conjunto, integradamente, mais do que pensada de modo estanque, com a participação somente como disciplina fragmentada. A complexificação do currículo dos institutos federais, no ótimo sentido do termo, pode ajudar na “apreensão da dimensão dos problemas sociais” (idem, p. 109-110), contribuindo para sua resolução.

O *Dialogando* operou na perspectiva do “currículo integrado e da educação politécnica” (SILVA, op. cit.), que concebe a formação humana plena. Esta formação buscou dar-se de maneira articulada, se sustentando, ainda com base nesta autora (idem, p. 109-110), sobre três bases:

a intelectual contempla a aquisição do conhecimento científico e cultural para melhor compreender o processo produtivo e fortalecer os seres sociais nas disputas políticas; a corporal contribuiria na recuperação física pelo trabalho; e a tecnológica, para domínio dos fundamentos científicos e manejo dos processos de produção.

Esta concepção integrada de currículo – ou de currículo integrado – intenta proporcionar uma unidade em seus princípios e objetivos, desenvolvendo, com isso, possibilidades formativas. Estas, por sua vez, ambicionam alcançar as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem.

Na concepção da obra que ora é ofertada, construir um currículo integrado parte da compreensão do processo de produção da área profissional como uma realidade concreta que precisa ser investigada e

e intelectual.

conhecida em suas dimensões histórica, econômica, ambiental, social, política, cultural, científica e técnico-procedimental. Daí que, mais uma vez evocando as palavras de Claudia Silva (op. cit., p. 114), a organização curricular possibilitará uma integração entre politecnia e propedêutica aos alunos da formação profissional, evitando que esta última se restrinja, contudo, a uma “educação que forme exclusivamente para o trabalho”, de modo a equilibrar a “capacidade manual e intelectual”. Essa integração, em si, não se dá apenas na forma de organização do currículo, mas, como afirmei acima, na prática docente que ocorre a partir dele.

Há, pois um fato concreto: faz-se necessária a superação do caráter dual - acadêmico/propedêutico ou técnico/profissional – da educação média dos institutos federais. Essa etapa de formação, o Ensino Médio, transforma-se de somente uma preparação para o prosseguimento dos estudos universitários ou para a atividade profissional e assume seu novo *status*: completar a educação básica.

A formação integrada remeteria, desta maneira, ao sentido de completude e compreensão das partes no seu todo. Isso implica tratar a educação como uma totalidade social, de vez que nenhum conhecimento é apenas relacionado à formação geral (uma vez que estrutura objetivos no campo do trabalho), bem como não é somente específico, pois os conceitos associados à produção são formulados articuladamente à ciência básica.

Assim sendo, somente uma educação que valorize a formação nas suas dimensões técnica e científica pode estar comprometida em combater a concepção do homem como força produtiva, fundado na divisão das classes sociais.

Não é demais, no contexto dessa Apresentação, reafirmar categoricamente que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, estabelece que o Ensino Médio seja a etapa conclusiva da Educação Básica para toda a população brasileira. Isso implica dizer, tanto nesta como em etapas anteriores e posteriores de educação formal escolar, que a Educação se posiciona, como política pública universal,

em busca de respostas às necessidades determinadas socialmente pela globalização.

É inescapável, por vezes, que a Educação contribua para a hegemonia do capital, contudo em boa parte de sua ação ela se apresenta como uma via possível para a emancipação através do acesso ao saber mais elaborado. Por conseguinte, a Educação “coopera para a adaptação dos indivíduos às formas de produção/reprodução da organização da vida social e do mundo do trabalho, no que concerne à transmissão de valores humanos, conhecimentos, bens e serviços” (OLIVEIRA, 2019, p. 113).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), as disciplinas específicas da área de Ciências Humanas e Sociais definem-se por um objeto comum e por pontos de intersecção das metodologias específicas de produção desses conhecimentos. Esta área tem como objeto mais amplo “desenvolver o estudo das ações humanas no âmbito das relações sociais” (ASSIS, op. cit., p. 90), assim como as construções intelectuais elaboradas nos processos de formulação dos conhecimentos, os quais indiscutivelmente são necessários para o viver em sociedade, em termos individuais ou coletivos.

Partindo desta premissa, as especificidades das Ciências Humanas e Sociais ocorrem pelos focos diferenciados a partir dos quais vislumbram seu objeto em relação ao espaço (Geografia), ao tempo (História), à sociabilidade (Sociologia) e aos processos de reflexão sobre comportamentos e pensamentos (Filosofia), fatores dos quais decorrem peculiaridades metodológicas importantes a serem preservadas.² Desta forma, acabam também por contemplar os diferentes processos de organização que consideram as discussões sobre o mundo do trabalho. Nessa medida, alguns desses objetivos demonstram similitudes com a proposta de integração.

A área, no currículo da escola técnica, se encaixa nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia através da consolidação deste ideário de conexão politécnica-formação acadêmica, auxiliando o

2 No caso do *Campus* Campina Grande do IFPB, soma-se às disciplinas acima mencionadas as áreas de Pedagogia, Psicologia e Metodologia, às quais fazem parte da divisão interna clássica e tradicionalmente caracterizadora das humanidades, enriquecendo-a.

discente (e em aspecto mais amplo, as unidades escolares) a “pensarem o processo de trabalho como unidade indissolúvel entre aspectos manuais e intelectuais” (LIMA, op. cit., p. 96) Mostra-se que há, na verdade, concomitância entre os dois aspectos.

Ainda de acordo com Lima (op. cit.), é possível afirmar que as disciplinas da área aparecem no currículo contemporâneo como “elementos para o entendimento das contradições da sociedade capitalista”. Sua principal motivação concentra-se na formação do discente para sensibilidade teórica e prática acerca do conhecimento rumo à reflexão de como a ciência e a sociedade são produzidas e reproduzidas.³

Isso nos leva à evidência de que é nas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais que ocorre o encontro entre educação e formação humana. Isso me permite afirmar, embora seja impressionista - e, portanto, não passível de comprovação – que tais disciplinas são aquelas que mais contribuem para a reflexão e debate dos problemas presentes na sociedade.⁴

Parece central, na elaboração de estratégias de integração com os cursos técnicos - principalmente para tentar pacificar a relação entre humanas e técnicas –, uma formação que realmente consiga trilhar um caminho consistente para, por um lado, um ensino propedêutico (o qual prepararia os estudantes para a aprovação na universidade) e, por outro, para um ensino profissional, o qual discursivamente pretende formar para o mercado de trabalho. No âmbito da educação técnica e profissional, o debate é antigo - estamos formando quem? Para quê?

- 3 Aqui vale a menção de Vinicius Lima (2021, p. 97) de que, no que diz respeito ao trabalho, esta necessidade de compreensão da sociedade e das suas contradições encontra-se, hoje, em momento nevrálgico, pois “há estímulo à confusão entre conceitos - como o de trabalho, que tem sua compreensão ligada à competência, mérito e esforço”.
- 4 Vou me permitir uma inconfidência: por vezes os egressos apontam a atuação dos professores das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais como sendo aquelas que provocaram discussões e debates de temas relevantes, tendo sido os que mais contribuíram para a reflexão sobre as suas próprias vidas, existências e projetos de futuro. Mas, como disse acima, trata-se de uma opinião, uma impressão fundada e colhida em situações subjetivas.

Qual o técnico que ansiamos formar? –, uma vez que, focando nas Ciências Humanas e Sociais, a relevância do papel desta área na preparação profissional pode formar um técnico preocupado com os aspectos humanos e sociais capaz, por exemplo, de identificar, nessa seara, problemas e analisar suas consequências. Por esse viés, não há como formar um técnico sem um conhecimento sólido em disciplinas da área de humanas para executar esse tipo de intervenção.

A mensagem que fica, nestas linhas finais, é a de que deve se estabelecer uma luta pela adoção de cursos técnicos que tenham um recorte ligado às Ciências Humanas e Sociais. Esta presença provavelmente garantiria espaço para que professoras/es das Ciências Humanas e Sociais possam agenciar o debate sobre currículo integrado a partir de seus campi, instalando a área num lugar digno desses currículos.

Além desta Apresentação (e de um Prefácio antes dela), a obra compõe-se de 9 textos ou capítulos. Estes, como já mencionado, cobrem áreas distintas do fazer das Ciências Humanas e Sociais. Como tal, sua pluralidade é o que lhes conferem o instigante elemento da diversidade, não somente temática, mas, sobretudo, de envergadura teórico-discursiva e conceitual.

Assim sendo, vamos a eles.

No capítulo “*Experiência da oficina ‘Cutuque os princípios: se encontre na Economia Solidária’*”, Rômulo Amorim *et alii* apresentam experiências e práticas acadêmicas vivenciadas por discentes e docentes do Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária - IFSOL, sediado no *campus*. Relatando a experiência da oficina, objetivam promover a reflexão crítica sobre os princípios da Economia Solidária. Desenvolvida pelos bolsistas do Projeto de Extensão Economia Solidária, problematizam a geração de renda para jovens rurais em transição agroecológica, do Programa Institucional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar (PROAF). Nesse sentido, intentam debater os eixos temáticos “Economia Solidária”, “Princípios” e “Juventude”.

O capítulo seguinte, intitulado “*Exploração estatística do desempenho acadêmico em estudantes de Engenharia da Computação na pandemia:*

uma análise sobre o IFPB-CG”, de Caique Sousa e Aluska Araújo, persegue o impacto da crise epidêmica da Covid-19 no ensino de Engenharia da Computação. Tendo por foco os estudantes do *campus*, utiliza os princípios de bell hooks e Paulo Freire, abordando a análise descritiva, correlacional e a visualização gráfica para confirmar pressupostos sobre as discrepâncias sociais durante a pandemia. Seus resultados revelaram uma estabilidade demográfica entre os estudantes, o que destaca um aumento na assiduidade de mulheres e pessoas negras durante o ensino remoto. Para além destes elementos, constatou-se um crescimento nos valores avaliativos dos estudantes e a frequência às aulas. Finaliza reconhecendo a necessidade de análises complementares, ainda que ressaltando a importância dos processos de flexibilização e de virtualização na acessibilidade do ensino, o que indica caminhos para uma educação mais inclusiva e equitativa.

Já no capítulo “*Curso Técnico em Edificações: formação e atuação das egressas (2020 a 2021)*”, escrito por Karen Feitosa e Marcelo Araujo, o objetivo se apresenta como sendo o de investigar, à luz da verificação equidade de gênero, a formação e atuação das egressas do Instituto Federal da Paraíba *campus* Monteiro, cidade de médio porte do Cariri paraibano, entre os anos de 2020 a 2021. Intentou, para tanto, analisar as experiências destas egressas ao longo de sua formação e após certificadas, bem como mapear as barreiras que esse grupo enfrenta no cotidiano do ambiente de trabalho atual. O estudo se valeu de uma pesquisa qualitativa, utilizando um roteiro de perguntas em uma entrevista estruturada, aplicada a dezesseis egressas do curso Técnico em Edificações, com variações em relação ao ano de formação. O capítulo mostra que a maioria das egressas enfrentam grandes desafios na pós-formação quanto à atuação, empregabilidade, promoção e igualdade salarial. Fatores como falta de identificação, média salarial baixa, dificuldades de empregabilidade, desigualdade e falta de incentivo, causam a insatisfação das entrevistadas, produzindo grandes desafios para a sua atuação. Constatou-se, deste modo, que apenas uma dentre as entrevistadas segue na área técnica pós-formação, o que torna interessante a busca pela compreensão dos motivos que causam o que supomos ser uma desvalorização do curso profissionalizante. Este estudo trouxe implicações concretas importantes para a instituição educacional e

potenciais para os empreendimentos privados e para a sociedade.

No capítulo “*PNLD como indutor das reformas educacionais: a Sociologia no Novo Ensino Médio*”. de Marcelo Araujo e Thiago Esteves, trata-se das transformações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em anos recentes. Este, que orienta a escolha de materiais didáticos - notadamente o livro didático – a serem utilizados nas escolas de ensino básico (fundamental e médio), encontra-se, em sua versão mais recente (2021), numa encruzilhada em relação à história das escolhas anteriores. Tal contexto configura-se no fato de que as obras, antes disciplinares, agora se apresentam elencadas em áreas, o que tem impactado todas as disciplinas que compunham a grade do Ensino Médio (incluindo-se, aí, a Matemática que, sozinha, perfaz um itinerário formativo e que teve, juntamente com a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa, sua obrigatoriedade garantida). Interessado em debater os problemas e percalços vivenciados pelo livro didático de Sociologia, por intermédio de um exercício ao mesmo tempo descritivo e analítico, o capítulo apresenta dados e informações que demonstram cabalmente que, com a edição do Decreto nº 9.099/2017, o qual dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, esta política pública tornou-se um mecanismo de indução da Reforma do Ensino Médio, em especial no que se refere a uma das principais mudanças na estrutura desta etapa do ensino, que é a adoção dos itinerários formativos.

Já no capítulo 5, “*ChatGPT no mundo jurídico: uma análise da sua utilidade como aconselhador jurídico e facilitador do acesso à Justiça*”, de Vanessa Freitas *et alii*, são apresentadas as discussões contemporâneas sobre avanços da inteligência artificial na sociedade em geral, mais especificamente do ChatGPT. Esse assistente conversacional articula respostas sobre diversos assuntos relacionados a diferentes áreas. Daí, considerando o mundo do Direito e todo o seu repertório de jargões técnicos de difícil compreensão, as/os autores problematizaram o seguinte: essa ferramenta pode ser utilizada como aconselhador jurídico com linguagem acessível para orientar pessoas que não são da área jurídica sobre seus direitos? Metodologicamente, as autoras e os autores realizaram uma revisão bibliográfica sobre o tema e uma interação com o robô da OpenAI, por meio de questionamentos específicos, comparando as respostas com a legislação vigente. O capítulo argumenta que

os resultados apontam para contribuições interessantes, como também para cautelas. Do ponto de vista teórico, as autoras e os autores ancoraram a discussão em estudiosos e juristas diversos, cujos trabalhos relacionam-se com o diálogo entre inteligência artificial e seu impacto na área jurídica.

No capítulo seguinte, batizado como “*O ensino da Matemática com auxílio do soroban como recurso facilitador na aprendizagem de estudantes com deficiência visual*”, de Allisson José de Farias Alves *et alii*, o objetivo foi o de apresentar o soroban (origem, funcionalidades e algumas aplicações) como recurso facilitador no ensino e aprendizagem de matemática para estudantes com deficiência visual. Além disso, buscou-se mostrar a importância desse instrumento no processo de efetiva inclusão desse estudante, colaborando para seu desenvolvimento educativo, social e econômico. O capítulo é uma pesquisa qualitativa que se configura como bibliográfica, uma vez que analisa artigos científicos, livros, documentos, relatórios e outras de caráter científico. Apoiados em pensadores que são referência no tema, os autores discutem aspectos referentes a inclusão da pessoa com deficiência visual na escola e na sociedade, apontando a educação inclusiva, o ensino de Matemática, o soroban e a pessoa com deficiência visual como seus focos centrais de debate.

O capítulo que segue - *Reflexões antropológicas sobre a construção social da história de Margarida Maria Alves a partir do esquecimento, apagamento e silenciamento em Alagoa Grande – PB* –, a professora Sabrina Araújo Sobral Lima apresenta a discussão proveniente de uma monografia de Trabalho de Conclusão de curso (TCC). Para tanto, coloca perspectivas quanto à figura de Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 1984, na cidade de Alagoa Grande-PB, por intermédio de análises de um movimento de esquecimento de sua história, apagamento de suas heranças culturais, políticas, históricas e patrimoniais largamente reconhecidas, e de um silenciamento de sua atuação no lugar onde nasceu e morreu, percebido em vários âmbitos e analisados a partir de observações e análises de base etnográfica. Questões relacionadas à memória social e ao patrimônio são levantadas para pensar os espaços em que se esperaria levar adiante a herança de Margarida Alves. Por fim, o capítulo explora os elementos que compõem a trajetória e

as implicações da atuação e do silenciamento da voz de Margarida Alves, tentando abordar um tema pouco discutido na área de Ciências Sociais, mas revestido de relevância – social, histórica, patrimonial e política – que vai além do contexto local que está inserido.

No penúltimo capítulo, *Qual o lugar da Sociologia Ambiental nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio?*, de Antonio Josinaldo Soares Silva, o objetivo é refletir sobre o lugar da Sociologia Ambiental nos livros didáticos da disciplina. Para o autor, o atual contexto ambiental se impõe como urgente e deve ser tratado como necessário para os espaços acadêmicos atentos à educação básica. Na sala de aula, torna-se indispensável o tratamento das questões socioambientais, reflexões sobre as relações tecidas na chave sociedade-natureza, problemáticas envolvendo o meio ambiente. Contudo, o autor afirma que se observa que conteúdos programáticos dessa ordem são abordados de forma incipiente no currículo. Como pode-se constatar, dos cinco livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, dois não abordam temáticas dessa ordem; já os outros três propõem conteúdos ambientais, mas com lacunas e de forma limitada. Isso, poder-se-ia afirmar, acende um alerta quanto à importância escolar dada às questões ambientais. Não problematizar tais temáticas no “chão da sala de aula” pode comprometer percepções e críticas, as quais podem impactar negativamente no desenvolvimento das gerações futuras e na própria compreensão sobre a existência e a sobrevivência da humanidade. A ausência, ou o pouco destaque, da Sociologia Ambiental no currículo de Sociologia para o Ensino Médio pode se dar em razão desse campo científico ser considerado novo, e por se tratar de um arcabouço teórico ainda em processo de consolidação. O autor considera que essa Sociologia específica deve reivindicar “seu lugar e espaço” no currículo do Ensino Médio, de modo que o tratamento da Sociologia Ambiental se torna imprescindível nos currículos da educação.

Por fim, temos o capítulo *Nietzsche no Modernismo de Augusto dos Anjos e José Lins do Rego*, de Geraldo Dias. Nele, do ponto de vista histórico-geopolítico, afirma-se que a recepção brasileira da filosofia de Nietzsche teria começado, entre o final do século XIX e o início do XX, pelo Nordeste. Pesquisa consideravelmente ampla, ainda não há outra acerca da maneira pela qual a absorção de Nietzsche aconteceu na

produção de autores da Paraíba. Nesse sentido, o objetivo consiste em perscrutar a face paraibana da recepção de Nietzsche, a partir das produções poéticas de Augusto dos Anjos e crítico-ensaísticas de José Lins do Rego. Afinal, dada a relevância de Nietzsche na produção desses dois paraibanos, é pertinente questionar: o que despertou o interesse deles pela filosofia nietzschiana e quais foram os aproveitamentos estéticos e teóricos alcançados, no rumo do Modernismo brasileiro?

Finda esta apresentação geral, a expectativa é que possamos ofertar – verbo este mencionado propositadamente algumas vezes – uma apreensão instrutiva, propositiva e, acima de tudo, agradável. Dito isso, nada mais me resta a não ser desejar uma boa leitura!

Referências

ASSIS, Sandra Maria e MEDEIROS NETA, Olívia Moraes. “Ciências Humanas e Sociais na educação profissional: um olhar sobre as ações pedagógicas dos professores do Curso Técnico Integrado em Informática do IFRN/Campus Caicó”. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 10, 2016, p. 87-109.

LIMA, Vinícius Carvalho. “O Ensino de Sociologia no currículo integrado: o que nos diz a experiência docente com a disciplina nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)”. **Latitude**, vol. 15, edição especial, jan. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

OLIVEIRA, Ana Maria Gomes Galdino. **O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Campina Grande, para o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior), UFPB, 2019.

SILVA, Claudia Maria Bezerra. “Currículo integrado, educação

politécnica e Ensino Médio integrado: concepções e percepções sobre o processo formativo”. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, nº 55, 2021.

SOUZA, Francisca Leidiana de. **O ensino de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Médio integrado no IFRN: uma análise dos documentos institucionais**. Dissertação (Mestrado em Ensino), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Semi-Árido, Mossoró/RN, 2018.

XAVIER, Cristine Roberta Piassetta; BURAK, Angela Maria e TOMITA, Denise Tiemi Kobiraki. “Formação humana no Ensino Médio integrado no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: uma investigação do tipo estado da arte”. **Ensino e Pesquisa**, v.19, n.3, 2021, p. 139-153.

CAPÍTULO 1

EXPERIÊNCIA DA OFICINA “CUTUQUE OS PRINCÍPIOS: SE ENCONTRE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA”

Rômulo Leite Amorim

Ana Paula de Souza Almeida

Livia Maria Ferreira da Silva

Aline Cristina de Araújo Monteiro

Vinicius Leal de Melo

Milena Vitória Diniz Pereira

Laís Oliveira Batista

Luanna Alves Salvador

Nathalia Kawanny Lopes Brito

Introdução

O Projeto de Extensão Economia Solidária, gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande, teve por objetivo fortalecer as experiências de Economia Solidária - ES e a construção da autonomia da juventude rural em transição agroecológica no Assentamento José Antônio Eufrouzino em Campina Grande, no contexto pós-pandemia da COVID-19. A ação extensionista em Economia Solidária efetivou ações de acompanhamento junto a 20 adolescentes e jovens rurais, tais como assessoria de produção e comercialização agroecológica, valorização e visibilidade do trabalho dos jovens rurais no ambiente escolar e comunitário, portanto:

A Economia Solidária é uma forma diferente de desenvolver atividades socioeconômicas como resposta

à exclusão. Consiste, portanto, em grupos produtivos que, vinculados a algum setor econômico (produção, serviços, comércio, etc.), organizam-se na busca pela subsistência do grupo, não pelo lucro (ABREU, 2020, p. 14)”.

A oficina cujo relato é apresentado neste texto, foi desenvolvida por discentes participantes do projeto de extensão acima descrito, sob a orientação de docentes do IFSOL-CG. A metodologia da atividade fundamentou-se nos princípios da autogestão, do diálogo e na colaboração, no intuito de proporcionar um espaço de dialógico ancorado nas práticas da Economia Solidária. A oficina contou com a participação de 20 estudantes da comunidade acadêmica do IFPB, dos diferentes cursos. Os resultados da oficina indicaram que os participantes desenvolveram uma compreensão mais profunda dos princípios da Economia Solidária. Além disso, os identificaram desafios e oportunidades no campo da Economia Solidária. Desta forma, a oficina “Cutuque os princípios: encontre - se na Economia Solidária” foi uma experiência exitosa, pois conseguiu abrir a possibilidade de refletir sobre este tema, contribuindo para a formação crítica dos participantes e para o debate sobre temas inspirados na participação social, inclusão e trabalho. A oficina também evidenciou a importância da interdisciplinaridade e do diálogo entre diferentes áreas do saber para o desenvolvimento de soluções inovadoras que colaborem para os desafios da sociedade contemporânea.

Desta maneira, a realização da oficina possibilitou que o tema da Economia Solidária fosse disseminado entre os discentes do campus do IFPB – Campina Grande, por meio dos discentes que conduziram atividade e foram protagonistas desta ação.

A presente proposta consistiu em apresentar os princípios da Economia Solidária aos discentes do IFPB, campus Campina Grande, através do projeto de extensão Economia Solidária gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande, do Edital nº 04/2023 – PROAF, do Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária, composto por ações que buscam direcionar esforços para responder a demandas da comunidade externa ao IFPB. Dessa forma,

a Oficina propôs uma roda de conversa entre os membros do IFSOL-CG, discentes dos cursos do campus e empreendimentos solidários. A Metodologia utilizada na Oficina, buscou usar slides, para apresentar os princípios da Economia Solidária, que foi apresentado pelas duplas de discentes anteriormente organizadas, com abertura para perguntas, questionamentos dos participantes.

Juventude Extensionista e Protagonismo Juvenil no Dialogando com as Humanidades

Como resultado prático de uma atividade sócio econômica, a Economia Solidária se faz presente na vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que procuram minimizar os impactos do desemprego, subemprego, por meio da geração de renda, seja por meio de atividades, empreendimentos ou outra forma de organização socioeconômica (SINGER, 2002).

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada de capital, assim:

Esta prática de produção, comercialização, finanças e de consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (Senaes, 2006, p. 55).

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, vem tornando-se um espaço fecundo de educação humana integral. Desta maneira, observa-se o desenvolvimento das Incubadoras tecnológicas

voltadas ao apoio e assessoramento de grupos populares e cooperativas em Economia Solidária são um espaço estratégico para qualificação de jovens estudantes dos cursos técnicos de nível médio e superior regularmente matriculados nessas instituições de ensino. As atividades de Economia Solidária realizadas através de projetos de extensão, pesquisa e eventos colaborativos fundamentam-se, com base nos princípios de autogestão e possibilitam despertar o protagonismo juvenil, conforme inspira Paulo Freire (1989) que ratifica que a escola transcende sua dimensão física e assume um clima de trabalho, uma postura e um modo de ser, das pessoas no mundo, corroborando com a prática autonomia e inclusão que a Economia Solidária proporciona durante o desenvolvimentos das atividades coletivas.

Desta maneira, os eventos formativos e debates presentes nas práticas curriculares dos Institutos Federais, como o Dialogando com as Humanidades, configuram-se como espaços de diálogo e reflexão crítica que contribuem para a formação cidadã e a preparação profissional dos discentes, em consonância com os princípios da educação humana integral.

Essa perspectiva formativa ocorre através de mesas-redondas, exibição de filmes, minicursos, oficinas, espaços de produção científica, lançamento de filmes, que abordam temas relevantes para o mundo do trabalho, como o impacto das tecnologias na vida dos jovens, a diversidade cultural e social e os desafios da formação humana. Por isso, a Oficina “Cutuque os princípios: encontre - se na Economia Solidária”, realizada no evento Dialogando com as Humanidades, foi concebida como um espaço colaborativo para promover a reflexão crítica sobre os princípios da Economia Solidária.

A oficina foi inspirada na proposta da educação popular e nos princípios do protagonismo juvenil, buscando estimular o desenvolvimento de competências individuais e sociais nos participantes, tais como a autogestão, a cooperação, a responsabilidade e a autoconfiança. Através de uma metodologia participativa e dialógica, a oficina proporcionou aos participantes a oportunidade de: a) Conhecer os princípios da Economia Solidária e sua relevância para o mundo contemporâneo; b) Analisar criticamente as práticas de produção, comercialização e consumo na sociedade atual; c) Identificar as potencialidades da Economia

Solidária para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e solidária.

Essas práticas ecoam na visão de Costa, para quem o Protagonismo Juvenil constitui um esteio do modelo educacional integral. Para tanto, é imperativo que o ambiente escolar seja meticulosamente estruturado para fomentar a autoconfiança, autodeterminação, planejamento, altruísmo e perseverança dos envolvidos, que tiveram contato com elementos cruciais para a formação da identidade pessoal e social do educando (COSTA, 2006).

Extensionistas Elaboram Relatos e Sistematizam a Experiência da Oficina

Para realizar a oficina, os seis discentes, compilaram os seus relatos de sistematização em um texto coletivo, caracterizando-se pelo detalhamento do planejamento, desenvolvimento e execução da oficina. Este texto demonstra como as metodologias ativas propostas pelos alunos proporcionaram uma atividade dialógica, incentivando os participantes a confrontar os princípios da Economia Solidária (autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano), com as práticas de mercado capitalista tradicional. Ao estimular a reflexão, a criatividade e a participação, a oficina possibilitou um processo de produção de conhecimento virtuoso e prazeroso, capaz de fortalecer a práxis social em torno do tema. Além disso, os relatos incluem análises dos aprendizados e da metodologia da oficina, elaboradas pelos próprios participantes.

Para aprofundar a análise da experiência, o texto apresenta relatos de participantes das oficinas, complementares ao relato de sistematização elaborados pelos discentes. Tais perspectivas valiosas sobre os aprendizados e a metodologia utilizada contribuem para a construção de um panorama da oficina. Através de suas reflexões e experiências, os participantes evidenciam o potencial transformador da atividade na promoção da educação crítica e da práxis social em torno da Economia Solidária.

Relatos de Experiência dos Discentes Assessores da Oficina

Os discentes que participaram da oficina, ofereceram os seguintes relatos, que proporcionam entender como ocorreu todo processo, vejamos:

“Durante os últimos meses, tivemos o privilégio de participar de um projeto de extensão verdadeiramente transformador, que não apenas ampliou minha visão de mundo, mas também contribuiu significativamente para meu crescimento acadêmico. O projeto “Economia Solidária gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande”, promovido pelo IFPB e idealizado pelo professor coordenador, proporcionou uma experiência única de aprendizado e colaboração em equipe.

Uma das atividades mais marcantes desse projeto foi a oportunidade de participar ativamente na Semana de Ciência e Tecnologia do IFPB, realizada de 18 a 21 de outubro. Durante esse evento, além de explicar os princípios da Economia Solidária, tivemos a chance de ouvir os alunos do campus e manter um diálogo aberto e participativo, rompendo com a visão limitada da sala de aula e promovendo uma verdadeira troca de ideias e experiências.

A ideia de realizar uma oficina sobre Economia Solidária surgiu a partir dos diálogos entre os membros do projeto, que foram muito bem recebidos por todos os envolvidos. O planejamento da oficina ocorreu de forma colaborativa entre os discentes participantes que colocaram em prática os princípios (autogestão, a cooperação, a solidariedade, a gestão democrática e participativa, valorização do ser humano), com cada dupla encarregada de abordar alguns desses princípios específicos da Economia Solidária.

No dia 17 de outubro de 2023, pela manhã, recebemos os participantes inscritos na oficina em uma das salas de aula do campus Campina Grande - IFPB. A Oficina foi iniciada com uma breve apresentação sobre o formato e os objetivos da oficina. Cada dupla ficou responsável por explicar alguns dos princípios essenciais da Economia Solidária, (Autogestão, Democracia, Cooperação, Emancipação, Solidariedade, Centralidade no ser humano, Justiça social, Cuidado com o meio ambiente).

Essa experiência proporcionou não apenas um ambiente de aprendizado estimulante, mas também reforçou a importância da colaboração

e do diálogo para promover mudanças significativas em nossa sociedade. Após recebermos o convite para participar da oficina, nos reunimos para planejá-la. Decidimos que seria essencial apresentar os princípios da Economia Solidária em forma de slides, seguido por uma roda de conversa para discutir como esses princípios se aplicam na prática. Além disso, elaboramos uma atividade em que os participantes seriam divididos em grupos e receberam uma situação-problema para resolver, utilizando um princípio da Economia Solidária sorteado pelo grupo.

Durante as reuniões de planejamento, tanto os extensionistas quanto o professor contribuíram para decidir os detalhes da oficina. Escolhemos o título “Cutuque os princípios: encontre - se na Economia Solidária”, buscando chamar a atenção dos participantes para a importância desses princípios. O termo “cutuque” sugere uma abordagem provocativa para entender e explorar os conceitos, enquanto “se encontre na economia solidária” reflete a ideia de identificação pessoal com essa forma de empreendedorismo justo e consciente.

Durante a oficina, explicamos os princípios da Economia Solidária e conduzimos a dinâmica da atividade proposta. Os grupos trabalharam juntos para encontrar soluções, usando um princípio específico da economia solidária. Isso gerou uma discussão animada e produtiva sobre a implementação desses princípios na prática.

Apesar dos desafios encontrados ao longo do processo, nossa colaboração e trabalho em equipe nos permitiram superá-los. Essa experiência não apenas nos proporcionou um crescimento pessoal, mas também desenvolveu habilidades de comunicação e trabalho em equipe que serão inestimáveis em nossa futura carreira. Ao ver os resultados alcançados, sentimos uma gratidão imensa por ter feito um trabalho grupal tão significativo, e estamos comprometidos em continuar buscando oportunidades para contribuir de forma significativa para a sociedade. Acreditamos firmemente que é por meio do trabalho em equipe que podemos construir um mundo melhor para todos”.

Ao final, os discentes agradeceram a participação dos presentes e a Professora que auxiliava atividade da oficina, colaborou incentivando os participantes para conhecer a experiência do IFSOL – CG.

Relatos de Experiências dos Discentes Inscritos na atividade

Relato 01:

“Assistir à apresentação sobre a economia solidária foi uma experiência única. Minha visão de mundo foi bastante ampliada, aprendi vários termos novos e interagir não só com alunos de outros cursos como também com os professores. Finalizo dizendo que foi um momento de muito aprendizado, mas com leveza maior ainda.”

Comentário:

- Dianna Araújo Silva, participante do minicurso sobre economia solidária, feito pelo projeto de extensão ‘Economia Solidária gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande’, relata sua experiência ao participar do evento no IFPB. Dianna tem 16 anos e em toda sua vida nunca tinha tido tal experiência.

Relato 02:

“Primeiramente, foi uma experiência nova, que renovou meu modo de pensar sobre determinadas coisas. O bate-papo dinâmico, onde cada um podia expressar um pouco do seu ponto de vista, proporcionou uma conversa saudável e, assim, eu pude pensar de maneiras distintas sobre um mesmo assunto, sob diferentes horizontes, promovendo um pensamento mais vasto, abrindo mais a mente principalmente por meio da dinâmica que teve, onde cada grupo pôde expressar da maneira que quisesse (por fala, por dinâmica, etc) uma solução para o problema proposto. Em resumo, essa experiência renovou meus pensamentos e modos de ver e encarar certas realidades, adquirindo mais conhecimento.”

Comentário:

- Rodrigues Barros, participante do minicurso sobre economia solidária, feito pelo projeto de extensão ‘Economia Solidária gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande’, relata sua experiência ao participar do evento no IFPB. Rodrigues tem 19 anos e já tinha certo conhecimento sobre o tema abordado no evento.

Relato 03:

“A apresentação da economia solidária foi algo muito gratificante, onde eu consegui entender mais sobre um assunto que deveria ser tratado com mais frequência e que mudou um pouco minha forma de pensar. O bate-papo e as dinâmicas foram muito bem desenvolvidos e me proporcionaram um momento de interação com alunos e professores que me permitiram enxergar outras perspectivas sobre assuntos que tem certa importância. Dessa forma, eu fico muito grata por ter participado e ter tido a oportunidade de adquirir mais conhecimento sobre algo tão interessante.”

Comentário:

- Hannah Thea, participante do minicurso sobre economia solidária, feito pelo projeto de extensão ‘Economia Solidária gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande’, relata sua experiência ao participar do evento no IFPB. Hannah tem 14 anos e vem de uma família que trabalha na agricultura como empreendimento solidário.

Relato 04:

“Para mim foi de grande importância ir para a apresentação pois foi bastante liberativo e de bastante aprendizado, inicialmente não estava colocando tamanha expectativa para ir, mas com o passar da apresentação pude me sentir cada vez mais solto para conhecer mais sobre a economia solidária, que para mim foi uma experiência abrupta e onde eu consegui, a partir do trabalho e esforço dos colegas que apresentaram, entender cada vez mais do assunto. Importante destacar o momento dinâmico no qual nos permitiram dar nossas próprias opiniões acerca do tema, por meio da fala, como uma solução para o problema apresentado, me permitindo compreender mais sobre esse tema tão importante.”

Comentário:

- Carlos Emanuell, participante do minicurso sobre economia solidária, feito pelo projeto de extensão ‘Economia Solidária gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande’,

relata sua experiência ao participar do evento no IFPB. Carlos tem 18 anos e evento como este foi o seu primeiro encontro.

Relato 05:

“Minha experiência pessoal com todo o planejamento e execução foi de gratificação, pois além de fazer com que mais pessoas conheçam sobre a base da economia solidária, também foi bastante interessante debater e ouvir as opiniões de cada participante sobre esse tipo de economia sendo aplicado em diversas áreas, principalmente na educação. Debates sobre como poderíamos melhorar a gestão do IFPB-CG tendo como base os princípios discutidos anteriormente, e as ideias foram todas ótimas. Surgiram problemas tanto individuais quanto coletivos em meio ao debate, mas ainda assim foi notória a perseverança dos participantes ao tentarem resolver as situações-problema da melhor forma.

Ainda tive a oportunidade de perguntar a um dos participantes que assistiu e interagiu na oficina sobre sua opinião sobre a manhã. Victor Emanuel, aluno do curso de Química no IFPB-CG, não teve a oportunidade de assistir a toda a oficina, mas participou e contribuiu com parte do debate, e afirma ter achado a ideia do planejamento muito criativa.

Victor ainda acrescenta: “Foram bem receptivos, e apesar de eu ter chegado próximo do final, ainda pude prestigiar uma apresentação ótima e bem elaborada. Todos foram muito simpáticos”.

Comentário:

- Lais, voluntária do projeto de extensão ‘Economia Solidária gerando renda para jovens rurais em transição agroecológica de Campina Grande’, relata sua experiência ao participar do evento no IFPB.

A Oficina ofereceu uma metodologia que se aproxima da educação popular freiriana, introduzindo um problema, aos alunos que assim discutiam entre si em busca de alternativas.

Conclusão

Ao olhar a participação dos Discentes do Ensino Técnico Integrado ao Médio em atividades extensionistas, vislumbramos, como atores

autônomos e criativos do processo, praticando os princípios da Ecosol, na troca dos saberes, as experiências e vivências da atividade coletiva, rompendo com a lógica de uma aprendizagem tradicional, da competição e da vantagem individual, mas acessando o modelo alternativo de pensar, conhecer, vivenciar as práticas da Economia Solidária.

Ao final da oficina, ficou visível que as estratégias adotadas para dialogar com os adolescentes e jovens discentes dos cursos técnicos do IFPB, possibilitaram o desenvolvimento de capacidades e experiências sobre a Economia Solidária, colocando em prática os princípios da Autogestão e da Autonomia. Pautada pela troca de saberes entre os discentes assessores e os discentes participantes, a oficina proporcionou a interação necessária para a criação de vínculos, com o reconhecimento dos envolvidos, através das experiências de Economia Solidária.

Referências

ABREU, Tatiana Losano de. Contribuições para a formação omnilateral de caráter emancipatório dos empreendimentos econômicos solidários. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal da Paraíba (IFPB). João Pessoa, 2020.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Protagonismo Juvenil. FTD, 2006

FREIRE, Paulo. A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

SENAES. Economia solidária: um novo modelo de desenvolvimento. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CAPÍTULO 2

EXPLORAÇÃO ESTATÍSTICA DO DESEMPENHO ACADÊMICO EM ESTUDANTES DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO NA PANDEMIA: UMA ANÁLISE SOBRE O IFPB-CG

Caique de Oliveira Sousa
Aluska Peres Araújo

Introdução

A crise epidêmica do vírus Sars-Cov-2 (Covid-19) desde a primeira metade de 2020 foi um fator desafiador para os profissionais da saúde no mundo (Ciotti, 2020), mas não só, todos os segmentos humanos foram drasticamente impactados pelas condições sanitárias exigidas, a principal delas sendo o isolamento social. Especialmente no campo da educação, os profissionais no Brasil se viram forçados a alterar seus modelos didáticos para um formato remoto, não usual e fora do seu escopo de formação na maior parte das instituições vigentes (Silva, 2023).

Diversas maneiras de ensino emergencial foram usadas durante a crise sanitária, como aulas presenciais com distanciamento, modelos mistos e a mudança total para a educação online (Hodges, 2020). Todas essas formas estão sendo consideradas para análise neste estudo. Algumas evidências indicam que a aprendizagem online ao longo da pandemia trouxe benefícios. O estudo de González *et al.* (2020) mostrou que os alunos melhoraram seus resultados em comparação com um grupo do ano anterior. Isso destaca a importância de entender como cada tipo de ensino remoto afetou o aprendizado nesse período.

No âmbito da educação superior, foram utilizadas tecnologias online como meio didático, tornando os métodos de instrução e de

avaliação dos estudantes suscetíveis ao design e acesso desses ambientes virtuais (Gonzalez *et al*, 2020). Este estudo - assim como outros -, está sujeito a clivagens de ordem política, social e cultural; desta forma para a explicitação do processo de investigação e das questões desenvolvidas foram usados os referenciais teóricos de bell hooks e Paulo Freire. Isso posto, busca-se avaliar a influência do lecionamento emergencial online sobre o desempenho dos alunos de engenharia de computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, campus Campina Grande (IFPB-CG). Assim, é explorada a dinâmica social em indicadores acadêmicos e em relação à demografia estudantil usando simples descrições estatísticas.

No caso da instituição citada, a suspensão das aulas ocorreu na metade do período 2020.I, em março de 2020 (Melo, 2023). Embora o campus já oferecesse cursos a distância, a transição para a instrução remota exigiu uma capacitação extensa do corpo docente em relação ao uso de plataformas online. As aulas retornaram virtualmente em agosto do mesmo ano e se estenderam por quatro períodos, abrangendo desde 2020.I até 2021.2, com encerramento em abril de 2022, no período 2022.I (Melo, 2023).

Diante disso esta pesquisa visa: (i) analisar a variação nas notas dos alunos antes e durante a pandemia, (ii) investigar como variáveis demográficas influenciam o desempenho acadêmico, e (iii) apontar para leitura de dados como parte do desenvolvimento e tomada de decisões estratégicas em gestão educacional.

A estrutura do artigo segue uma abordagem lógica, iniciando com a apresentação do referencial teórico (1), que destaca as contribuições de bell hooks e Paulo Freire. Na seção de metodologia (2), são detalhados os métodos utilizados para coleta e análise de dados. Os resultados (3) são apresentados na seção subsequente, seguidos pela discussão e interpretação. E por fim, as considerações finais resumem as descobertas e enfatizam suas implicações no contexto educacional.

Referencial teórico

Uma contextualização pedagógica não é hermética, sendo atravessada pelo rigor das metodologias que a atravessa: história, psicologia, sociologia, etc. Assim Freire (1996) o faz, quando assinala que os processos

de formação do homem não são neutros, estando em disputa entre grupos assimétricos da sociedade em relação aos mecanismos de poder. Deste modo, torna-se necessário tomar sua obra como pivô, uma vez que o autor ressalta a importância de conhecer o mundo e os meios de ensino para construção ontológica de toda população (Freire, 1996), neste contexto epidemiológico, faz-se necessária então uma leitura crítica sobre as estrutura e cultura digitais.

Muito embora fosse preciso refatorar a prática educativa na pandemia, o veículo de comunicação por si próprio não define a atuação de um professor. Independentemente se o modelo de mediação do conhecimento é virtual ou não, ainda que hajam empecilhos relacionados a afetos e comunicação fluída (Rapanta, 2021), isso não impede a relação dialógica entre professores e alunos (Vasques e Pesce, 2022). Mesmo antes do Sars-Cov-2 a tecnologia ocupava quase todos os espaços, inclusive o acadêmico, assim o espaço digital como meio de libertação pode democratizar as participação, vivência e autonomia da comunidade estudantil (Maciel e Maciel, 2021).

Nada obstante, o relativismo neoliberal não extrapola a conotação das ferramentas digitais de ensino para além do seu uso mecânico (Maciel e Maciel, 2021). Esse tipo de impeditivo humanístico na abordagem educativa faz com que a escola se comporte muito mais como uma instituição de opressão (Bourdieu, 1992; De Souza Pain, 2020) impondo aos alunos barreiras de expressão, submissão e delimitação de ascensão pelo capital cultural. Sobre a educação emergencial, houve ainda a acentuação desses aspectos de marginalização considerando que o suporte da aprendizagem em certa medida dependia do grau de instrução familiar e ao quanto a renda domiciliar correspondia às demandas de acesso material e tecnológico (Ireland, 2020; Maciel e Maciel, 2021).

Considerando os aspectos pedagógicos institucionais reconfigurados pela crise sanitária, a avaliação é um que possibilita o progresso do estudante; sendo preciso reconhecer a intencionalidade dos exames, bem como seu caráter contextual didático a que uma mera atribuição numérica (Savini, 2013; Da Silva, 2020). Fato é que esse processo está associado a relações subjetivas, onde, por vezes de forma categórica, o professor “prevê” o fracasso acadêmico em um aluno com determinado comportamento ou característica, de forma a planejar o ensino baseado

no mérito dos estudantes supostamente excelentes e falha dos demais (De Souza Pain, 2020).

A argumentação feita até então - transversal à teoria freireana - perpassa um recorte de classe humanista, ainda assim, para o suporte da estratificação na exploração de dados a seguir, recorre-se também à bell hooks. A pesquisadora compõem a pedagogia da libertação com um recorte de negritude e feminismo dentro do contexto de marginalização (hooks, 2013), com métodos para avaliação sociológica (AU, 2022) que podem ser úteis para leitura educacional crítica em tempos de pandemia (Lambert et al, 2023). Dentro dessa perspectiva das ciências sociais é possível ler estatísticas a partir de uma análise causal generativa como estabelecido por Goldthorpe (2001):

A ideia de causalidade como processo generativo pode ser vista não apenas como um aumento das ideias de causalidade como dependência robusta e de causalidade como manipulação consequencial, mas também, no último caso, como algo que implica algum grau de modificação e reorientação; uma base, acredito eu, torna-se discernível sobre uma abordagem alternativa à análise causal, sendo apropriada para a investigação sociológica que pode ser desenvolvida [Tradução nossa].

Considerando aqui o foco no aspecto quantitativo, não há profundidade sociológica nesse material, mas pela incorporação da noção de não neutralidade é feito um diálogo, nesse caso, a sustentação social para a investigação de medidas da realidade.

Metodologia

Para mensurar a influência do ensino emergencial acerca dos resultados avaliativos dos estudantes, foi feito um estudo estatístico comparativo sobre discentes de engenharia de computação do IFPB-CG, antes e no íterim de recessão, onde os dados dessa população foram coletados do sistema da própria entidade.

Observando as condições da instituição referenciada, foram

considerados somente os quatro períodos letivos presenciais anteriores à pandemia e os quatro durante o ensino remoto, onde as variáveis eram constituídas por dados demográficos e de desempenho acadêmico. Em especial, os valores de raça/cor preenchidos como “Não declarados” e “Amarela” foram desconsiderados por falta de representatividade e escopo além do referencial teórico. Para mais, nenhuma informação a respeito de nome e matrícula dos alunos foram fornecidas por respeito à anonimidade dos alunos, o que impossibilitou um acompanhamento sobre quais alunos compunham determinadas disciplinas ao longo dos semestres.

Por questões de escalabilidade na manipulação dos dados e afinidade técnica, foram usadas a linguagem de programação Python e suas bibliotecas de processamento e visualização de dados: Numpy, Matplotlib, Pandas e Seaborn. O Numpy permite fazer cálculos rápidos e precisos com grandes conjuntos de números, enquanto o Pandas facilita organizar e modificar os dados de forma simples. Já as Matplotlib e Seaborn foram usadas para criar gráficos, tornando mais fácil ver padrões e entender os resultados. Juntas, essas ferramentas ajudam a responder às perguntas do estudo de forma clara e prática.

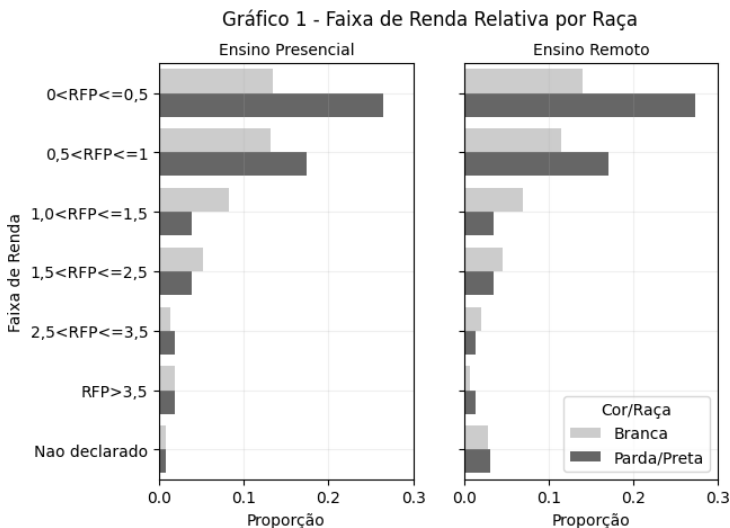
Assim sendo, a fim de explicitar as bases teóricas educacionais e ter um fio condutor para inspeção, se fez uma recapitulação das ideias de bell hooks e Paulo Freire para a condução das perguntas de pesquisa. Depois disso, foram usadas práticas de análise descritiva, análise de correlação e visualização gráfica de modo a confirmar pressupostos relacionados aos aumentos de discrepâncias sociais durante o período de pandemia (Costa *et al*, 2020) e problemáticas relacionados ao nível superior (Heffernan, 2021). Se objetivou a obter, relacionar e mensurar os desempenhos, período e situação no curso com características demográficas: raça, gênero e situação econômica.

Resultados e discussão

4.1 Demografia

É necessário então averiguar a distribuição - neste trabalho, sempre aproximada - das principais variáveis deste estudo entre os períodos a distância e presencial. Em relação à raça temos que a proporção de

pretos e pardos em relação a brancos é de 57% por 43% no período presencial e de 56% por 44% no período remoto. Sobre sexo, neste caso as categorias foram marcadas como feminino e masculino, nas quais as porcentagens são estáveis com cerca de 18% do curso composto por mulheres. Já as faixas de renda relativas foram dispostas em relação à raça no Gráfico 1.

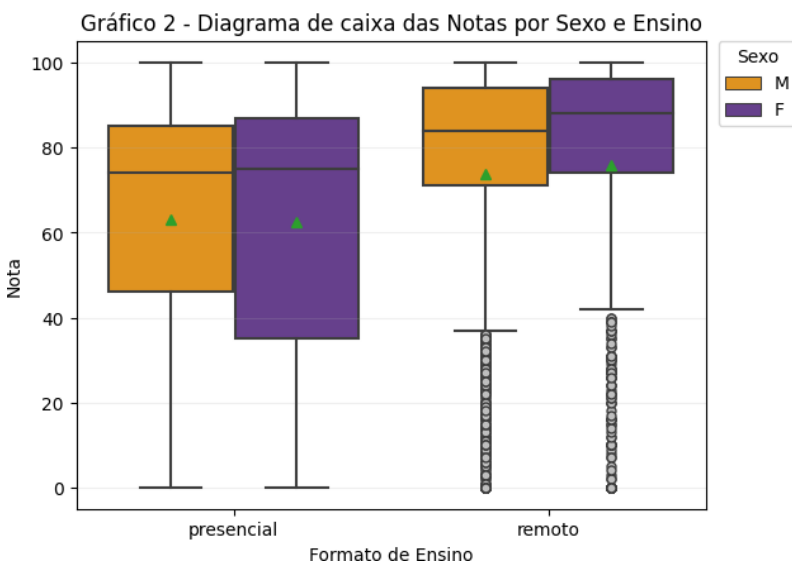


Visto isso, temos que o curso tem uma predominância de pessoas negras e pardas, onde essas ocupam os estratos mais baixos das faixas de renda, além da baixa homogeneidade entre os sexos. Quanto à mudança para o ensino remoto, as diferenças foram muito discretas, considerando então que a população teve pouca dificuldade para alcançar o instituto entre as duas modalidades.

4.2 Desempenho

A priori é feita a comparação entre as notas médias entre os sexos dos alunos. Em complemento a distribuição das notas no Gráfico 2, temos o salto dos resultados médios do período presencial para o remoto de 63.21 para 73.71 no caso do sexo masculino (M) e de 62.55 para 75.73

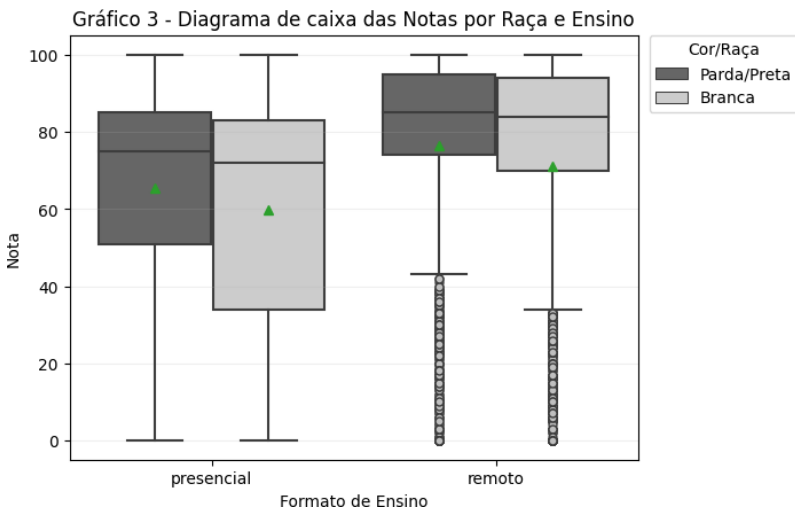
no feminino (F). Em geral é perceptível que os resultados avaliativos avaliações subiram no período pandêmico em ambos os grupos. Assim, pode-se levantar questões como o desenho dessas atividades levarem em conta: a interação dos estudantes entre si e com a internet, a flexibilidade de horário e o ambiente na resolução de problemas; como vantagem em relação a provas tradicionais. O que se demonstrou na comparação de gênero, ainda que discreta a superação das notas das mulheres em relação aos homens. Deste modo, o ambiente digital pode ter contribuído para uma progressão mais equitativa, uma vez que a flexibilidade das atividades permitiu a escalada da categoria antes em pior estado.



Paralelamente a esse comportamento, a média avaliativa de pessoas pretas ou pardas subiu de 65.46 para 76.33, enquanto a de pessoas brancas também cresceu, mas nesse caso de 59.91 para 71.12. Os resultados também são complementados pelo diagrama de caixa conforme o Gráfico 3.

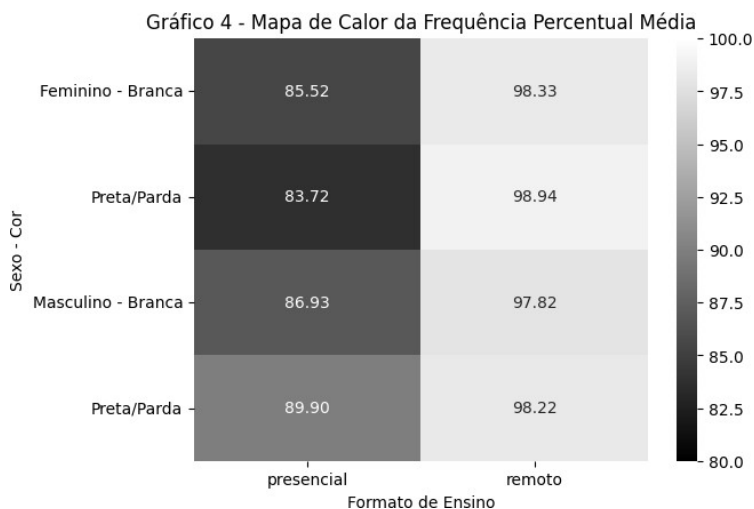
Partindo agora a proporção de aprovação do alunado, pode-se ver baixa variação em relação a raça da educação tradicional para a online,

indo de 40,25% para 41,75% em brancos e de 59,74% para 58,24% em pretos e pardos. Agora tratando da aprovação entre sexo temos um salto da aprovação feminina que vai de 13,89% no período presencial para 17,37% no ensino a distancia. Então conclui-se de fato que não foi só a elevação da média das notas femininas, mas que as mulheres de fato



progrediram mais no curso no decorrer da pandemia.

Quanto à frequência dos discentes, ao analisarmos o suporte do Gráfico 4, observamos que, embora as mulheres negras constituam o grupo com menor frequência no período presencial e maior no emergencial, é crucial reconhecer que essas estudantes podem ter enfrentado desafios adicionais. Estes desafios incluem sobrecarga de responsabilidades familiares e disparidades de acesso. A visualização dos dados sugere que a instrução remota pode ter proporcionado um ambiente mais acessível para as mulheres negras, possivelmente devido a fatores como flexibilidade e eliminação de barreiras físicas.



No que diz respeito à correlação linear entre notas e frequência, os dados revelam uma associação moderada - ou seja, próxima de 0.5 - durante as participações das aulas em pessoa, aproximadamente 0.46, que diminui para 0.19 no período remoto. Esse declínio na correlação pode indicar que 'estar' nas aulas online não influenciou tanto na verificação da aprendizagem; dado o acesso às gravações do que os professores explicavam, tanto quanto o uso de outras metodologias virtuais para complementação da aprendizagem.

Outro aspecto analisado é como a raça e o sexo ocupam a dinâmica do curso, conforme evidenciado na Tabela 1. Apesar de a maioria dos alunos que ingressam no curso serem pretos ou pardos, essa representatividade gradualmente diminui até o sétimo período no formato presencial. Ao compararmos esses dados com a Tabela 2, que aborda o período pandêmico, observamos uma maior persistência na frequência do grupo de alunos mencionado, com uma redução significativa de sua representatividade somente no sexto período do curso. Este fenômeno indica a existência de barreiras estruturais que prejudicam os grupos marginalizados nos estágios iniciais do curso, levando em conta fatores de condições de vida e trabalho - uma vez que pessoas pretas e pardas

prevalecem nos estratos de baixa renda -, além do possível desequilíbrio de capital cultural relativo à academia. Assim a aplicação de metodologias mais flexíveis de ensino ou de acompanhamento assistencial poderiam manter a proporção de raça dos estudantes até a segunda metade da formação.

Período na matriz	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Cor											
Branca	38	39	46	49	50	52	56	43	41	-	
Preta/ Parda	62	61	54	51	50	48	44	57	59	-	
Tabela 2 - Porcentagem aproximada de raça por período das disciplinas no ensino remoto											
Período na matriz	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Cor											
Branca	47	44	42	41	36	35	42	48	45	40	
Preta/ Parda	53	56	58	59	64	65	58	52	55	60	

Tabela 1 - Porcentagem aproximada de raça por período das disciplinas no ensino presencial

Em relação ao aspecto de gênero, conforme destacado nas Tabelas 3 e 4, observamos um padrão semelhante ao anterior, mas com discrepâncias mais acentuadas, tanto em termos de proporção quanto na queda relativa de representatividade ao longo do curso. Notavelmente, as mulheres compõem apenas cerca de um quinto do corpo discente de maneira geral. No melhor cenário - o modelo emergencial de ensino - essa proporção cai por mais da metade até o nono período.

Tabela 3 - Porcentagem aproximada de sexo por período das disciplinas no ensino presencial

Período na matriz	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sexo										
Masculino	78	84	90	90	92	88	89	98	100	-
Feminino	22	16	10	10	8	12	11	2	0	-

Tabela 4 - Porcentagem aproximada do sexo por período das disciplinas no ensino remoto

Período na matriz	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sexo										
Masculino	78	80	80	84	84	86	87	88	91	88
Feminino	22	20	20	16	16	14	13	12	9	12

Tratando agora para a situação no curso em si, a única categoria que apresentou uma mudança perceptível foi a de alunos matriculados, que aumentou de cerca de 49% para 59% em pessoas de cor branca e de 57% para 63% em pessoas de cor negra ou parda. Essa alteração destaca a necessidade de investigar as políticas de matrícula e de que forma essas mudanças podem impactar a dinâmica geral de representação étnico-racial no contexto acadêmico.

Considerações finais

Temos então que a demografia dos estudantes de engenharia de computação do IFPB-CG se manteve estável durante a endemia mundial.

A flexibilização do ensino possibilitou uma elevação da assiduidade de mulheres e pessoas pretas/pardas. Além disso, os valores avaliativos dos estudantes cresceram durante o ensino remoto, com mais acentuação no desenvolvimento sexo feminino.

O estudo não pode concluir algo por si só, visto que é necessário o comparativo de outras análises e leituras com o mesmo cunho. Deste modo, pode-se buscar comparar produções de análise de desempenho durante a pandemia, bem como a refatoração do estudo para incluir vias comparativas e técnicas mais sofisticadas para a investigação estatística (teste de hipóteses a/b, regressão linear, análise de agrupamentos, entre outros).

Para mais, é feita também a abertura para o acréscimo do período pós pandemia ao comparativo, bem como estudos qualitativos sobre a experiência dos alunos entre os períodos. De modo geral, as informações retiradas não perpassam a superfície do que vem a ser uma avaliação social na escola, mas que pode ser usada como base para a leitura crítica de descrições quantitativas, assim como na complementação de projetos pedagógicos como as análises descritas no Plano Estadual de Educação da Paraíba.

Referências

AU, A. A Black feminist approach to antiracist qualitative research methods: Commemorating the legacy of bell hooks. **Current Sociology**, p. 00113921221146583, 2022.

BOURDIEU, P. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CIOTTI, M; JIANG, W. et al. **The COVID-19 pandemic**. Critical Reviews in Clinical Laboratory Sciences. vol, 57. Taylor & Francis. 2020. 365-388 p.

COSTA, AF da. **Desigualdades sociais e pandemia**. Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em livro, 2020.

DA SILVA, AF. RESSIGNIFICANDO A AVALIAÇÃO DURANTE A PANDEMIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E DIALOGISMO COM FOCO NA RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS. **Seminário Docentes (Ceará)**. 2021.

DE SOUZA PAIN, R. A educação decolonial e Paulo Freire na perspectiva da avaliação escolar. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura.**, v. 5, n. 8, p. 51-64, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLDTHORPE, JH. Causation, statistics, and sociology. **European sociological review**, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2001.

GONZALEZ, T. et al. **Influence of COVID-19 confinement on students' performance in higher education**. PloS one, v. 15, n. 10.

HEFFERNAN, T. **Sexism, racism, prejudice, and bias**: A literature review and synthesis of research surrounding student evaluations of courses and teaching. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, v. 47, n. 1, p. 144-154, 2022.

HODGES, CB. et al. **The difference between emergency remote teaching and online learning**. 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IFPB promove Capacitação em Ferramentas do Google para Ensino Remoto. **Portal do Instituto Federal da Paraíba**, Campina Grande, 29 de Jul. de 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/noticias/2020/07/ifpb-promove-capacitacao-em-ferramentas-do-google-para-ensino-remoto>. Acesso em: 1 nov. 2023.

IGLESIAS-PRADAS S. et al. **Emergency remote teaching and students' academic performance in higher education during the COVID-19 pandemic**: A case study, Computers in Human Behavior. Madrid. Elsevier Ltd., 2021.

IRELAND, TD. Mesmo em tempos de COVID-19, não dá para lavar as mãos de Paulo Freire. **Revista Retratos da Escola**, p. 427, 2020.

LAMBERT, K; HUDSON, C; LUGUETTI, C. What would bell hooks think of the remote teaching and learning in Physical Education during the COVID-19 pandemic? A critical review of the literature. **Sport, Education and Society**, v. 29, n. 6, p. 667-683, 2023.

MACIEL, MRGG; MACIEL, AM. Paulo Freire e o uso das tecnologias digitais na educação:tessituras, fios e nós. **EDUCAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA EM FREIRE: DESAFIOS DA ATUALIDADE**, p. 53, 2021.

MELO, C. Aulas remotas serão iniciadas no dia 31 de agosto, segundo DDE. **Portal do Instituto Federal da Paraíba**, Campina Grande, 20 de Ago. de 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/campina-grande/noticias/2020/08/aulas-remotas-serao-iniciadas-no-dia-31-de-agosto-segundo-dde>. Acesso em: 1 de nov. de 2023.

MELO, C. Campus CG aprova retorno presencial total para 6 de abril. **Portal do Instituto Federal da Paraíba**,Campina Grande, 21 de Mar. de 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/noticias/2022/03/campus-cg-aprova-retorno-presencial-total-para-6-de-abril> . Acesso em: 1 de nov. de 2023.

MELO, C. IFPB não deliberou sobre prorrogar a suspensão das aulas. **Portal do Instituto Federal da Paraíba**, Campina Grande, 3 de Abr. de 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/noticias/2020/04/ifpb-nao-prorrogou-a-paralisa-cao-das-aulas-ate-o-momento>. Acesso em: 1 nov. 2023.

RAPANTA, C. et al. **Balancing technology, pedagogy and the new normal**: Post-pandemic challenges for higher education. *Postdigital Science and Education*, v. 3, n. 3, p. 715-742, 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Autores associados, 2013.

SILVA, MS; SENRA, VBC. **A educação frente à pandemia de COVID-19**: atual conjuntura, limites e consequências. Curitiba. *Brazilian Journal of Development*. 2023.

SILVA, PTC; SILVA, CF. **Desdobramentos das desigualdades raciais na pandemia da Covid-19**. *Revista Katálysis*, v. 26, p. 110-119, 2023.

VAZQUEZ, DA; PESCE, L. A experiência de ensino remoto durante a pandemia de Covid-19: determinantes da avaliação discente nos cursos de humanas da Unifesp. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 01, p. 183-204, 2022.

CAPÍTULO 3

CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS EGRESSAS (2020 A 2021)⁵

Karen Emanuele Bezerra Feitosa
Marcelo da Silva Araujo

Introdução

Desde há muitos séculos, as sociedades foram estruturadas com base no modelo patriarcal. Tal modelo detinha superioridade sobre todas as coisas, principalmente no que tange ao papel da mulher, anteriormente vista como um ser que apenas servia como uma máquina para a perpetuação das gerações. Sendo assim, apesar deste contexto ter causado um grande impacto no passado, atualmente ainda há vestígios destas ideias e concepções.

Assim, com o passar do tempo, as mulheres foram ganhando forças para lutarem pelos seus direitos. Portanto, tornou-se notório que um dos grandes fatores que as estimularam a buscarem pela sua valorização na sociedade foi o interesse por cargos em vários tipos de formação, em especial a em Engenharia Civil, por exemplo.

Com o surgimento de variadas profissões, houve a criação do curso técnico em Edificações, o qual está inserido no ramo da Arquitetura e da Engenharia Civil. Dessa forma, devido ao desenvolvimento referente a este campo profissionalizante, também surgiu e aumentou o preconceito voltado às mulheres, justamente pelo interesse em uma área predominantemente masculinizada.

5 Este texto é uma versão revisada e adaptada do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba *Campus Monteiro*.

Para Bourdieu (2014), são as antigas estruturas da divisão sexual do trabalho que determinam tanto as mudanças (aumento do número de mulheres no ingresso nas carreiras) como as permanências (conservação de carreiras como redutos masculinos), e atuam por meio de três princípios: o primeiro seria que a função das mulheres é um prolongamento das atividades domésticas “ensino, cuidado e serviços”; a segunda, que as mulheres não podem assumir posições de comando, sendo relegadas à função de ajudantes (subordinadas), e o último que concede aos homens “[...] o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas” (BOURDIEU, 2014, p. 131-132).

Sendo assim, os homens predominam neste campo direcionado aos ambientes técnicos construtivos, particularmente quanto à atuação na indústria (se compararmos este dado com o número de mulheres que obtêm êxito na consecução de um emprego nesta esfera). A supervalorização dos grupos socioeconômicos na idealização de que os homens possuem mais condições e estão, por consequência, mais aptos para o cargo, apenas reforça a complexidade existente no processo de inserção da mulher como uma profissional respeitada e importante para as organizações.

Sob esse prisma, o presente trabalho tem por objetivo investigar a percepção e as experiências das profissionais formadas no Curso Técnico em Edificações. Desta forma, nos propomos a examinar suas experiências durante e depois da formação, visando conhecer as barreiras enfrentadas no cotidiano do ambiente de trabalho e, principalmente, quais as causas que implicam na sua baixa inserção na indústria como Técnicas em Edificações.

Assim, tal pesquisa justifica-se pelas nuances que a área possui, sendo reconhecida socialmente como um setor de natureza ainda masculinizada e, por consequência, tendencialmente machista, o que impõe grandes desafios às mulheres que desejem se inserir nesse meio de especialização.

2 Mulheres na construção civil: história, formação e limites sociais

A partir dos anos 1970, ao mesmo tempo em que se iniciou o processo de reestruturação produtiva, se atingiu um avanço proporcionado pelo movimento feminista, no sentido de conscientização da luta pela

autonomia da mulher, sendo, entre outros pontos, questionada a sua inserção na produção capitalista. Assim, segundo Bruschini e Lombardi (1999, p. 22),

ao romperem os padrões sociais que imputavam à mulher o casamento e a maternidade como alternativa primeira para a trajetória de vida, as jovens dos anos 1970 passaram a colocar entre suas prioridades o estudo e a carreira profissional.

À medida que essas atribuições deixaram de ser uma escolha privilegiada na trajetória de vida das mulheres – seja através de maior inserção produtiva para auxiliar no sustento da casa, como apontam Bruschini (1994) e Matos e Borelli (2012), seja pela própria necessidade dinâmica do sistema (AGÉNOR; CANUTO, 2015), ou por meio de movimentos políticos como o feminista – as trajetórias profissionais passaram a sofrer alterações.

Assim, portanto, a classe trabalhadora do século XXI, em plena globalização, é a mais diversificada de todos os tempos. Entretanto, o poder do desenvolvimento não é idêntico para todos, selecionando, assim, os mais fortes dentro da pirâmide social. Estes podem investir e controlar o desenvolvimento conforme a sua vontade.

Como consonância, o papel do Estado nesta situação muitas vezes parece ser o de fechar os olhos para o restante do povo, o que gera, de certo modo, uma metamorfose nas vagas de emprego existentes na indústria, as quais não são suficientes para milhares de indivíduos. Como consequência, isso faz com que a interação do mercado de trabalho estabeleça que o mais preparado fisicamente estará apto para o trabalho. Tal cenário está muito presente no ambiente da construção civil.

Neste ramo, um dos principais problemas é o preconceito entre os gêneros: o número de homens graduados em qualquer área relacionada é superior ao de mulheres (que se distribuem em um percentual abaixo de 20% do total destes profissionais). Mesmo assim, segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento de cerca de 120% no número de mulheres presentes na construção entre os anos de 2007 e 2018 (SIENGE, 2022). Para o que

nos interessa aqui, vale a menção de que o dado acima coincide com o ano (2018) em que teve início o curso Técnico em Edificações no Instituto Federal da Paraíba, *campus* Monteiro.

2.1 Gênero, mercado de trabalho e a formação institucional

De acordo com Meyer (2005, p. 16), a categoria gênero aponta para a noção de que “ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico”. Nessa perspectiva, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), há um pressuposto de que, primeiramente, é preciso compreender que homens e mulheres são seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto para satisfazerem suas necessidades subjetivas e sociais. Nessa ação, eles e elas produzem conhecimento.

Como resultado, atualmente na indústria referente à área construtiva, as mulheres têm enfrentado grandes desafios. Em especial, quando se trata da sua inclusão no mercado de trabalho e integração da tecnologia em suas práticas profissionais. O campo, historicamente marcado pelo modelo patriarcal, apresenta obstáculos que vão desde a falta de representação, até os estereótipos de gênero, que infelizmente, sempre estiveram arraigados na sociedade.

Em síntese, a sub-representação feminina nesse campo acaba por contribuir para a formação de uma esfera de trabalho desigual, onde as mulheres muitas vezes se encontram em minoria, mitigando dificuldades para serem ouvidas e, finalmente, um pouco reconhecidas. Aliás, de modo equivalente, isso se estende à adoção e incorporação de tecnologias no segmento construtivo. Pois, a falta de diversidade pode limitar de maneira intensa as perspectivas inovadoras idealizadas para a construção de um futuro melhor.

Portanto, conforme o conjunto dos sistemas de contextualização, apesar das barreiras ainda existentes em relação ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, esse nicho vem apostando cada vez mais na capacidade feminina no ambiente corporativo. Enxergar as barreiras existentes entre os gêneros nas organizações pode ser o primeiro passo para a mudança nas estruturas organizacionais. Por isso, é relevante o esforço de gestores para minimizar as diferenças entre homens e mulheres, a

fim de produzir igualdade e democracia na captação e retenção desses profissionais (LEINONEN, 2012).

Entrementes, é interessante fazer uma análise da literatura que está direcionada ao público que opta pelo Setor Técnico em Edificações: se, atualmente, já é extremamente difícil para uma engenheira civil conseguir atuar na indústria, imagine para uma técnica, que não tem experiência profissional e muito menos uma graduação superior que possa simbolicamente reforçar seu nível potencial de conhecimento, bem como seu currículo. Isso ressalta a ideia de que, entre as mulheres, as jovens e as menos experientes são as que mais atravessam obstáculos no mercado de trabalho - além das que são mães e que, por isso, sentem-se pessoalmente incapazes e enfrentam dificuldades extremamente complexas.⁶

Nesta dinâmica, é importante ressaltar que, desde a infância, as meninas são conduzidas para habilidades e comportamentos que remetem ao cuidado do outro e da casa, ao passo que os meninos são encorajados a empreenderem em atividades que envolvem operações lógicas, competitivas, técnicas, esportistas e públicas (BOURDIEU, 2005; KISHIMOTO, ONO, 2008; PINTO et al, 2017), o que pode levar a diferentes interesses e desigual inserção no mercado de trabalho.

3. Da pesquisa: objeto, objetivo, metodologia(s) e hipótese(s)

O trabalho apresentado é importante para dar visibilidade às mulheres que lutam por direitos profissionais. Sendo além disso, uma investigação inédita, de certa forma, para o campus Monteiro, uma vez que este carece de investigações que abordem o tema em questão. Assim, ressalta-se como isso tem potencial de impactar na relação sobre a mudança do paradigma cultural, ou seja, contribuir para a instalação de uma equidade de gênero.

Segundo o diagnóstico da relação de gênero observado no campus Monteiro atualmente, não há distinção entre homens e mulheres. Não até a formação. Assim, vale a pena destacar que no campus, na

6 Tal cenário intensifica-se principalmente quando se trata de um caso de gravidez durante a adolescência, o qual é sabidamente um dos principais motivos de desistência, presente tanto na formação básica quanto na formação profissional integrada ao Ensino Médio.

montagem da turma de 1ª série em cada ano letivo, o maior percentual da ocupação das 40 vagas ofertadas é de mulheres, segundo os dados oficiais fornecidos pela coordenação do domínio técnico, considerando o recorte estabelecido por esta pesquisa, o período de 2020 a 2021. Isso torna a situação em que esta pesquisa se concentra ainda mais objetiva, pois se há, costumeiramente, uma forte presença feminina na área profissional, parece pertinente buscar por informações que visam a uma compreensão científica sobre a vida que estas egressas levam após serem certificadas.

Com base no trabalho com os dados exploratórios sobre a situação das antigas alunas fornecidas pelo campus Monteiro do IFPB, mas prioritariamente na abordagem de inferência (a qual será detalhada mais adiante), a pesquisa busca apresentar como elas atuam no mercado de trabalho, quais as condições atuais de vida e como avaliam o campo de atuação da técnica em edificações.

Sendo assim, deve-se:

1. Conhecer o público-alvo.
2. Mapear e compreender as suas expectativas, bem como as suas inserções como profissionais.
3. Traçar um perfil, com base num recorte temporal, sobre os movimentos, adaptações e desdobramentos da formação em nível de ensino Técnico em Edificações, de modo a propor uma análise sobre o contexto em que este se desenvolve;
4. Levar conhecimento à comunidade acadêmica do IFPB Campus Monteiro, em especial às e aos estudantes do curso Técnico em Edificações, sobre os destinos profissionais de suas egressas.

Além disso acreditamos, como hipótese, que se apresenta uma relação invertida envolvendo ingresso (no curso) e absorção (no mercado de trabalho): apesar da maior quantidade de mulheres ingressando e concluindo o curso com alto aproveitamento, o mercado de trabalho, por sua vez, as absorve em número inferior ao de homens certificados, o que pode indicar uma desigualdade de gênero na ponta final do processo.

Em sua ordenação, a pesquisa se constituirá de coleta de dados, baseando-se em ferramentas exploratórias (MATTAR, 1996), inicialmente, e

descritivas (uma vez que, conforme Vergara, 2013, parte das análises dos dados coletados no estudo, os quais, como dissemos, fundamentam-se nas percepções acerca das visões das participantes), posteriormente, a partir de um instrumento aberto e estruturado. A isso se somam uma pesquisa bibliográfica, legislativa e afins, relacionadas ao levantamento de dados acadêmicos das alunas concluintes.

Foi realizada uma pesquisa via questionário estruturado de aplicação remota. O estudo é exploratório (por se referir a um tema ainda em evidência nas pautas das pesquisas nacionais e internacionais), uma vez que intenta verificar as principais dificuldades presentes na vida profissional pós-certificação, além de descrever as expectativas, posicionamentos, escolhas e experiências em relação ao mercado de trabalho.

4. Definição de horizontes: apresentando e interpretando as informações das egressas do curso Técnico em Edificações do campus Monteiro do IFPB

A princípio, após analisarmos as respostas resultantes da primeira pergunta, tornou-se perceptível a grande diferença entre as discentes, hoje ex-alunas, das turmas de 2020 e 2021. (“Em referência a questão 01 dos dados recolhidos na parte de pós- formação”), quando foi perguntado às antigas discentes se tinham optado por seguir profissionalmente no setor técnico, o número de alunas de 2020 que conseguiram permanecer na área resultou em apenas uma pessoa, já de 2021, três formandas relataram que seguiram, todavia, não neste campo técnico centralizado e sim em outros segmentos que dê certa forma, estão na mesma medida relacionados a esse círculo empregacional. Nesse sentido, é importante ressaltar, relembando o que dissemos acima, que os anos de 2020 e 2021 foram imensamente impactados pela pandemia.

O conteúdo da maioria das respostas revela aproximações entre si. Grande parte delas relatou o quão enriquecedora foi a vivência e a experiência no campus Monteiro, principalmente pela menção ao fato de este oferecer um ensino de alto nível e, por consequência, qualificá-las para a tão esperada faculdade (mesmo que muitas não tenham seguido na área do profissional técnica que realizaram). Porém, ainda que muitas das entrevistadas tivessem aproveitado e gestado um sentimento

positivo em relação ao segmento técnico, verifica-se que houve, quanto à perda de interesse ou alteração das expectativas prévias, divergências. Segundo a resposta de uma das entrevistadas:

O tempo em que passei no IFPB foi, de longe, uma das melhores e mais desafiadoras experiências que tive em minha vida. O fato de ser um curso integrado ao Ensino Médio colaborou para isso também. O início foi algo bem empolgante, pois queria absorver tudo o que estava sendo dito pelos professores, mas, no decorrer das aulas e anos, fui percebendo que não era algo que queria seguir. Creio que, por ser um curso mais teórico, [produziu] esse afastamento meu para com ele. Lembro que, no fim, [eu] estava apenas cumprindo provas e atividades para poder concluí-lo e ingressar na faculdade.

Sendo assim, surgiram esforços visando somente o recebimento do certificado, não havendo (ou deixando de tê-lo, ao longo do percurso acadêmico) uma identificação genuína com a área profissional técnica. Além disso, situações complexas foram marcadas pela pandemia global: grande parte das turmas de 2020 e 2021 não puderam vivenciar qualitativamente as experiências do curso no modo regular (ou seja, presencial), logo, vale evidenciar, que de modo prévio, a falta de aulas práticas, (considerada uma das coisas imprescindíveis para o bom processamento do corpo teórico estudado), foi também um dos resultados negativos ocasionados pela pandemia.

Uma ocorrência em particular trouxe à baila o fator carência acadêmica. Esta, aparentemente caracterizada pela falta de um ensino fundamental de qualidade, gerou o receio de não se conseguir acompanhar o desenvolvimento das matérias e disciplinas da área de especialização. Uma das diplomadas comentou:

A cadeira de Estabilidade fez, por [eu] não ter uma base boa no Ensino Fundamental [em escola pública]

municipal⁷], com que eu sentisse uma grande dificuldade. Mas, fora isso, foi maravilhosa a experiência vivida.

Nesse viés, é importante tomarmos as escolas públicas como foco, mais especificamente os métodos de ensino que são, nestas, oferecidos aos jovens. Aparentemente, estes têm chegado ao campus com dificuldades em conhecimentos básicos do Ensino Fundamental, etapa que é normalmente de responsabilidade das redes municipais de ensino. Nesse óbice, supõe-se que estas estudantes saem prejudicadas, já que os professores do Instituto Federal não conseguem dar conta de suprir tais necessidades e carências.

Voltando ao ponto da identificação com a área especializada, os resultados mostraram-se satisfatórios. Expressiva proporção das entrevistadas identificou-se com o mesmo. As que não se manifestaram assim informaram que descobriram, no decorrer da trajetória formativa que sua vocação era outra, não seguindo no ramo após certificadas. Empiricamente, é possível perceber os casos de compatibilidade com o campo técnico no início e de sua dissolução com o passar do tempo. Em regra, a explicação informa que, pela expectativa da concretização profissionalizante de uma esfera técnica que, até então, não existia na região, o interesse era mais abrangente. Desta feita, muitas acabaram, de certo modo, cursando somente pelo Ensino Médio ofertado. Descobriram, entretanto, na instituição, que a área não possuía a amplitude que realmente desejavam. No início, havia uma boa expectativa em relação ao ambiente técnico, a qualificação das disciplinas, dos laboratórios e também dos docentes (profissionais capacitados para o ensino), entretanto existiam falhas.

O curso era, a princípio, muito interessante. Era algo novo. Mas, com o passar do tempo, muitas relataram que tudo isso ficou “muito monótono”, uma vez que, segundo elas, “as disciplinas tinham muita teoria e pouquíssimas aulas práticas”. Além disso, as respostas indicam

-
- 7 É de conhecimento geral que a instituição federal é pública. Logo, há preferências no processo seletivo para estudantes que tenham, desde a infância, sido educados em escolas desta rede. Isso, no entanto, não restringe o ingresso de jovens que estudaram em escolas da rede privada.

que os laboratórios não possuíam todos os equipamentos necessários para as atividades: por mais que estes tais equipamentos existissem, sua quantidade era, contudo, insuficiente. Daí, que os estudantes se reuniam em grupos - e não individualmente, conforme o cenário ideal - para realizarem as atividades. Isso era, sem dúvida, algo bom para a interação e inclusão dos mesmos, mas com a contrapartida negativa de que muitos ficavam sem condições de acessar e de aprender adequadamente a manejarem as ferramentas.

Por fim, com uma quantidade de 15 respostas apuradas, registra-se que as principais dificuldades enfrentadas pelas alunas concluintes no campus, foram acadêmicas. De acordo com os sentidos dados às constatações, estas foram responsáveis pela perda de interesse a que aludimos acima. Vale informar que boa parte destas tribulações se originou das dificuldades com a disciplina de Desenho e Cálculo de Estrutura em Concreto Armado. Outras, porém, podem ser igualmente citadas, como a disciplina “Estabilidade”. Tais conteúdos, para ficarmos apenas nos de grau de dificuldade mais representativa, de acordo com as depoentes, demandam razoável conhecimento matemático, o qual, como dissemos acima, não estava ao alcance de algumas estudantes nem em sua classificação básica (“conhecimentos básicos”). O mesmo com relação à disciplina “Física”.

Foram, todavia, analisados outros impasses. Nas disciplinas acima mencionadas, por sua ligação com a área da Engenharia, as aulas práticas se tornam essenciais para que se obtenha um embasamento adequado do conteúdo das disciplinas curriculares citadas, pois, as mesmas, abrangem determinados conteúdos que são abstratos e demandam bastante esforço das discentes, para que assim seja possível e viável chegar-se ao entendimento esperado. Porém, no auge do período pandêmico, não se fez possível oferecer às hoje formadas oportunidades deste acréscimo em relação aos conhecimentos vivenciados e postos em prática, ocasionando uma deficiência em suas “expectativas concretas de experiências” (como as restrições acerca das visitas técnicas), às quais impossibilitaram uma mais larga e ampla compreensão dos temas abordados, já que seu formato, vale reafirmar, era em modo remoto.

Apesar de as respostas “não” e “sim” estarem em porcentagens semelhantes, a maioria respondeu que houve estudantes evadidas, cujas

quantidades foram diferentes em relação, acredita-se, ao ano de formação. No total de quinze respostas, registraram-se, respectivamente, 6, 5, 3, 2 e 1 casos de evasão (embora diversas respondentes, como pode ser constatado nos números da Tabela 1, não soubessem ao certo o número destes possíveis casos).

Portanto, as principais causas citadas pelas entrevistadas foram resultado da falta de administração (ou organização inadequada) das disciplinas do curso integrado ao Ensino Médio. Isto é, as estudantes afirmam não terem se habituado à carga horária das disciplinas. Estas curriculares, por serem integradas ao Ensino Médio, produziram contrariedades para o cumprimento das demandas das chamadas disciplinas básicas (de formação geral), o que especialmente ocorria nas semanas de avaliações. Além do que, conciliar tudo isso com afazeres domésticos, ou mesmo com o trabalho externo e remunerado, junto da falta de interesse na continuidade do ramo técnico, do medo das reprovações, dos problemas financeiros e/ou familiares etc. Tornou-se de extremamente difícil a ultrapassagem e transposição.

Apesar de os relatos se tornarem reais na sociedade e no mercado de trabalho, pelo menos no Instituto Federal as mulheres eram tratadas com igualdade, segundo algumas ex-estudantes. Eram, pois, respeitadas pelos colegas de turma, professores e técnicos. Consonantemente, os motivos que talvez tenham precedido à ocorrência de desigualdade entre os gêneros foram caracterizados pelo fato de os professores, no período em questão e em algumas situações (principalmente nas aulas práticas), oferecerem mais atenção aos homens: estes eram vistos como “mais fortes fisicamente”, principalmente nas aulas práticas, em que tinham preferência quanto à escolha dos materiais que seriam utilizados.

Em resposta à questão 10 (“Em relação à pergunta De acordo com a sua experiência no campus Monteiro, você acha que as mulheres recebiam o mesmo tratamento que os homens?, em caso positivo, explique, por favor, os motivos explicativos que você supõe que existam”), uma egressa argumentou:

Algumas vezes, eu sentia que os professores eram mais “legais” e “atenciosos” com os meninos, mas eu relevava a diferença e normalizava, pois eu achava que era

coisa da minha cabeça. Outras [vezes eu] sentia que nas aulas práticas os meninos tinham preferência em segurar materiais.

Neste caso, reafirma-se o acima citado em desfavor das certificadas: nos momentos de se utilizar os equipamentos no laboratório, ou até mesmo ao ar livre as condições eram complexas. Além disso, tais situações de sentimento de serem preteridas ou mesmo de inferiorização, eram criadas pelo próprio corpo docente, mesmo que de forma inconsciente, justamente por não perceberem as particularidades que fazem com que alguns indivíduos participem menos que outros das atividades práticas.

4. 1. Pós-certificação: perspectivas e rumos

Agora, olhando para o horizonte imaginado e concreto da atuação como técnicas em Edificações, muitas alunas concluintes se sentiam desconfortáveis com a concepção de que a área da construção civil é “difícil para a mulher”. Assim, esta é constantemente julgada por não possuir, segundo o imaginário da sociedade patriarcal, a mesma força física, ou seja, a mesma capacidade de exercer o papel e profissão idênticas que os do homem.

A maioria das respondentes optou por não seguir na área profissional técnica, contudo muitas estão tentando outras formações dentro da própria área estrito senso (Engenharia Civil, vale dizer). A vista disso, constatamos que apenas uma diplomada seguiu no campo técnico e realiza o curso superior na instituição. Muitas optaram por seguir áreas como Engenharia de Produção, Psicologia, área técnica em Licitações, Design de interiores, Pedagogia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Contábeis, Medicina, Administração e Química. Visto que considerável proporção das entrevistadas segue rumos profissionais diferentes daquela em que se formaram, compreendemos que os motivos se ligam à viabilidade de realização pessoal, à falta de identificação com o curso, à falta de opção no mercado para trabalharem como técnicas e à falta de oportunidades de emprego na esfera técnica no município de Monteiro e região.

Mas houve, apesar de todos os motivos qualificados como

desfavoráveis ao segmento técnico, casos em que duas entrevistadas conseguiram seguir no círculo profissional (em Engenharia), a qual foi caracterizada como “uma área bem mais ampla e com facilidade de empregabilidade”. Consequentemente, a razão para que haja poucas oportunidades de empregabilidade para técnicas em Edificações é via de regra o fator decisivo do mercado de trabalho: este, contam-nos as entrevistadas, prefere a graduada em nível superior. Além disso, o município de Monteiro e circunvizinhança não são suficientemente industrializados, pequenos para oportunidades de empregabilidade e de crescimento no ramo técnico.

Sendo assim, a maioria ainda está tentando obter uma formação no campo desejado, o qual, como relatado acima, é, por vezes, distinto daquele em que se formaram. Quando perguntadas se consideravam-se profissionais qualificadas para o mercado de trabalho, algumas disseram que sim, outras que não. O “não” deve-se à constatação pessoal das respondentes da ausência de experiências práticas na formação. Assim, muitas não pretendem procurar por um trabalho correspondente à sua formação técnica.

Tal fato deixa claro o motivo de haver uma proporção igual entre quem está procurando trabalho há menos de um mês e quem está à procura dele há mais de um ano: a estimativa de salário, no município, é pouco acima de um salário mínimo, enquanto fora está entre dois e três ou mesmo três e quatro salários.

A maioria optou por não trabalhar, e nem trabalhou, no domínio técnico nos últimos dois anos. Não conseguir trabalho como técnica, decepção com a profissão no período ainda formativo ou do estágio, expectativas profissionais não concretizadas, dentre outros motivos que não foram mencionados, face à inexactidão das respostas das diplomadas, são os principais motivos. Portanto, quase ninguém pretende trabalhar ou continuar trabalhando na área de especialização.

Muitas, porém, mostraram-se indecisas (isto é, ficaram entre não trabalhar e não saber responder “sim” ou “não” de maneira concreta) das entrevistadas em relação a trabalharem na área técnica. É importante ressaltar esta indecisão: o “não sei” sobre trabalhar futuramente como técnicas em Edificações pode indicar que há uma possibilidade de as mesmas ainda virem a atuar no ambiente técnico.

Em relação às que trabalham (e são, obviamente, remuneradas), o rendimento mensal está estipulado em até um salário mínimo. Todavia, o trabalho das mesmas não é considerado fixo. As atividades realizadas são designadas como desde auxiliar escolar a técnica em licitações⁸ a até mesmo empreendedoras. Já outras respostas deram conta de atividades como apoio escolar, reforço escolar, trabalho autônomo em objetos artesanais, assistente e recepcionista. Em grande medida, são trabalhos em empresas privadas (aliás, somente uma das respondentes é servidora pública).

Quando se questionou qual seria o número total de trabalhadoras na mesma empresa das entrevistadas, os totais giraram em torno de um a dez e de dez a cinquenta indivíduos. Entretanto, duas pessoas responderam que trabalham ou trabalhavam sozinhas e, possivelmente, as que trabalham tiveram conhecimento da vaga de emprego através de alguma indicação familiar ou de algum amigo.

Na sequência, perguntamos às antigas alunas quais os principais motivos exigidos pela empresa para que se preenchesse a vaga de emprego. As respostas coletadas foram ter experiência profissional anterior, ser aprovada no teste ou entrevista e por indicação. Em relação à obtenção de uma promoção profissional, muitas responderam que a competência, o bom relacionamento com as pessoas influentes e a consecução de estudos em nível superior são considerados os principais fatores para uma promoção.

Feita a análise dos resultados, é notório que as entrevistadas ressaltam que para se lograr empregabilidade e maiores possibilidades de se garantir e de se manter no cargo, é necessário ter experiência profissional anterior (como citado acima). Assim, é perceptível analisar que a qualificação e as relações pessoais se tornam coesivas, ao mesmo tempo em que se necessita de sua coexistência em distintos (e até desiguais) percentuais.

Percebemos, nesta pesquisa, por intermédio da análise e do levantamento dos dados coletados, que as experiências discentes e profissionais das diplomadas as fizeram não hesitarem em demonstrar as principais falhas que impactaram no seu aprendizado pessoal e no aproveitamento

8 Técnica em licitações é uma atividade muito parecida com uma disciplina existente no currículo do curso de Técnico em Edificações, sendo, pois, definida como atividade de planejamento e orçamento de obras.

de tudo aquilo que estava comportado dentro do processo de formação acadêmica, pela qual, vale ressaltar, muitas nutriam grandes expectativas.

Considerações finais

Constatou-se que, entre os dados analisados, as mulheres mais jovens, juntamente das menos experientes são as que mais encontram dificuldades neste mercado. Fatores como a falta de experiência, a maternidade, de atualização profissional que possa turbinar o currículo e da negação estrutural da mulher como realizadora de um trabalho tão bom quanto o do homem, foram apontados como alguns dos grandes desafios para a entrada e permanência no nicho da construção civil.

Tais fatores estão totalmente interligados com algumas das explicações dadas pelas entrevistadas, as quais mostraram que as divergências ocorrem com mais frequência em âmbitos educacionais e empresariais. Além disso, a falta de identificação com o domínio técnico foi uma razão evocada por grande parte delas, o que é constantemente ativado pelo fato de que, apesar de desempenharem o mesmo cargo dentro de uma organização, homens e mulheres possuem salário distintos, sendo o dessas últimas consideravelmente menor.

Portanto os homens, quando comparados às mulheres, são cotidianamente considerados melhores para os trabalhos reputados pesados. Nessa perspectiva, entende-se o quão difícil é para mulheres adentrarem em setores com tarefas assim classificadas. O ambiente da construção é, portanto, o que parece despertar mais preconceito e desigualdade, o qual, apesar da coexistência problemática entre os gêneros, vem lentamente se transformando

Pode-se, nessa conjuntura, chegar à conclusão de que estes são alguns dos motivos que levam as mulheres a seguirem carreiras profissionais mais associadas às funções administrativas e burocráticas, que estão exclusivamente, relacionadas às profissões gerais existentes na sociedade, como por exemplo, enfermagem, administração e pedagogia. Tal fator gera a subvalorização da capacidade feminina para a execução dos mesmos trabalhos que os homens.

As indagações de muitas das certificadas surgiram devido ao momento epidemiológico que se espalhou pelo mundo em 2020, o qual

afetou e ergueu barreiras no sistema educacional. Nesse sentido, por um lado a vida das alunas daquela época foi diferencialmente impactada: a falta de oportunidades, de experiências qualitativas e exploratórias no curso, dinamicidade com o mesmo, por outro as falhas no processo de aprendizado, mesmo após certificadas, são elementos sempre presentes nos relatos das egressas.

O presente estudo traz implicações importantes para a academia, para as organizações e para a própria sociedade. Para a ciência, apresenta a necessidade de realizar novas pesquisas, a fim de aprofundar o conhecimento em relação ao público alvo, ou seja, as profissionais formadas. Acreditamos ser possível fomentar, a partir desta pesquisa, direcionamentos investigativos que sejam amplos e diversificados, os quais devem abranger desde seu período de formação, passando pela sua inserção profissional e pela realização pessoal das trabalhadoras.

No que tange às empresas e aos Institutos Federais, objetiva-se levar gestores e profissionais à reflexão sobre a igualdade entre os gêneros. Enfatiza-se que homens e mulheres possuem a mesma capacidade para executarem, de maneira efetiva, qualquer tipo de trabalho. Para a sociedade, a pesquisa tem a pretensão de levar ao conhecimento coletivo que o papel da mulher é extremamente importante para o desenvolvimento da nação, e que a sua função atual nos diversos segmentos produtivos vai além dos cuidados familiares/domésticos. Há, por fim, a expectativa de que este trabalho tenha contribuído para o amadurecimento teórico e científico de um tema atual e importante.

Referências

AGÉNOR, P. R.; CANUTO, O. Gender equality and economic growth in Brazil: a long-run analysis. **Journal of Macroeconomics**, v. 43, p. 155-72, mar. 2015.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil**: o emprego doméstico e as novas ocupações. Mulher e Ocupação 1999.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 179-199, jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16102>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KISHIMOTO, Tisuko M. ONO, Andréia Tiemi. **Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca**. Pro-Posições [online]. 2008.

LEINONEN, M. Challenging and reinforcing gender boundaries network. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**. V. 31, Iss: 7, p. 633-645, 2012.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.) **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta, São Paulo: Atlas, 1996.

Mulheres na construção civil. SIENGE, 2022. disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/mulheres-na-construcao-civil-dados-e-estatisticas/> Acesso em: 27 jan. 2023.

MEYER, D. E. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. (org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PINTO, E. J. S; CARVALHO, M. E. P; RABAY, G. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 47-58, mai./ago. 2017. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6173>. Acesso em: 03 jun. 2023

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**, 14. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

CAPÍTULO 4

PNLD COMO INDUTOR DAS REFORMAS EDUCACIONAIS: A SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

*Marcelo da Silva Araujo
Thiago de Jesus Esteves*

Introdução

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. Foi instituído um ano após a criação do Instituto Nacional do Livro (Decreto-Lei nº 93/1937), e, através do Decreto-Lei nº 1006, deu azo à Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Era o momento da reforma administrativa do aparelho do Estado, promovida pelo governo de Getúlio Vargas.

Desde então, passou por momentos de avanços (como por intermédio do Decreto-Lei nº 8.460/1945, que versa sobre as “condições de produção, importação e utilização do livro didático” e no PNLD 2012, em que se direciona a aquisição e a distribuição integral de livros aos alunos do Ensino Médio, inclusive na modalidade Educação de Jovens e Adultos) e também de retrocesso (como em 1966, quando foi posto em prática o acordo entre o Ministério da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com a finalidade de criar uma comissão para coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático, o que favoreceu a ideologia não democrática do regime militar, e no Decreto nº 77.107/76, que permitiu que o governo federal assumisse a compra de parte dos livros, desde que os financiamentos também viessem dos estados e

municípios, o que resultou na exclusão da grande maioria dos estudantes das escolas municipais do programa.).

Em cada ciclo, os livros didáticos contribuem com a formação de milhões de estudantes brasileiros.. Eles inspiram, através das informações acumuladas em suas páginas, alguns destes a se tornarem autores, como é o nosso caso, na disciplina de Sociologia. Tais obras foram recordistas de venda no período de 2015 a 2017, de 2018 a 2020 e de 2021 a 2024. Estima-se que, juntos, eles tenham sido encaminhados a mais de 10 milhões de estudantes, em todas as regiões do Brasil. Assim como ocorreu com as disciplinas Filosofia, Geografia e História, os dois primeiros PNLDs versavam sobre obras disciplinares, ao passo que este último, fruto da Reforma do Ensino Médio, organizou-se por área de conhecimento, as humanidades.

O Programa é, ainda que possamos apontar problemas, uma das políticas públicas mais bem sucedidas do país. Os livros chegam a milhões de estudantes, desde escolas indígenas e quilombolas até assentamentos rurais e grandes centros urbanos. Além disso, em um país marcado pelas desigualdades sociais, como o nosso, destacamos que os livros didáticos podem, muitas vezes, ser os únicos a que muitos jovens e suas famílias terão acesso.

Feita esta brevíssima introdução, este texto deixa a desejar quanto a uma redação propriamente acadêmica, no sentido teórico-conceitual. Isso se deve ao fato de as informações que seguirão frutificarem de reflexões e debates com pares e análise de conjuntura de políticas públicas, particularmente nos critérios e diretrizes de produção de manuais didáticos. O fato é que nos inspiramos especialmente em comunicações orais efetuadas por ocasião do V Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Maceió, 2022) e do Dialogando com as Humanidades (Campina Grande, 2023).

Nas próximas linhas, apresentaremos informações autorais, descrição técnica de elementos da política pública em questão e uma matemática numérica que envolve a composição material das obras, suas contradições comparativas e as controvérsias que incitam.

A Sociologia no Programa Nacional do Livro Didático: obras e autorias

A promulgação da Lei nº 11.684/2008 instituiu a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia nos currículos do Ensino Médio. Tal fato tornou possível que estas disciplinas fossem contempladas no edital do PNLD 2012 (portanto, 70 anos após a criação desta política pública educacional).

No caso da Sociologia, neste histórico edital do PNLD 2012, foram selecionados dois livros didáticos:

- I) ***Sociologia para o Ensino Médio***, do professor Nelson Tomazi; e
- II) ***Tempos Modernos, Tempos de Sociologia***, das professoras Helena Bomeny e Bianca Freire Medeiros.

O PNLD 2015 selecionou 6 livros didáticos de Sociologia:

- I) ***Sociologia para o Ensino Médio***, do professor Nelson Tomazi;
- II) ***Tempos Modernos, Tempos de Sociologia***, das professoras Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Emerique e Julia O'Donnel;

III) ***Sociologia***, das professoras Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim;

IV) ***Sociologia em Movimento***, dos professores Afrânio Silva, Bruno Loureiro, João Catraio Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcelo Costa, Marcelo Araújo, Otair Fernandes de Oliveira, Raphael M. C. Corrêa, Ricardo Muniz de Ruiz, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Thiago Esteves e Vinicius Mayo Pires; e das professoras Cassia Miranda, Fátima Ferreira, Marcela M. Serrano, Martha Nogueira, Paula Menezes e Tatiana Bukowitz.

V) ***Sociologia Hoje***, dos professores Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros; e

VI) ***Sociologia para Jovens do Século XX***, dos professores Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa.

Já no PNLD 2018, o último em que foram selecionados livros disciplinares, foram aprovadas 5 obras:

- I) ***Sociologia para Jovens do Século XXI***, dos mesmos autores;
- II) ***Sociologia***, das mesmas autoras;

- III) *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, das mesmas autoras;
- IV) *Sociologia em Movimento*, dos mesmos autores e autoras, com exceção de João Catraio Aguiar e Ricardo Muniz de Ruiz;
- V) *Sociologia Hoje*, dos mesmos autores.

Assim, ao longo de três edições (2012, 2015 e 2018), foram selecionados seis diferentes títulos didáticos, os quais envolveram 32 autores e autoras.

Golpes na educação: da (Medida Provisória) 746/2016 ao (Decreto) 9.099/2017

Durante o governo do presidente Michel Temer, e dando continuidade à reforma do campo educacional (iniciada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que perpassou os primeiros governos de Lula e Dilma Rousseff), foi sancionada a Medida Provisória nº 746, de 2016. Esta propunha inúmeras alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para permitir, dentre outras coisas, a oferta dos 5 itinerários formativos, a saber: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias e Formação Técnica e Profissional.

Além disso, a reforma buscava alinhar o Ensino Médio à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e expandir a carga horária para 3.000 horas até o ano de 2022. Pouco mais de quatro meses após a sanção da Lei nº 13.415/2017 (que foi a conversão da acima citada Medida Provisória), foi editado o Decreto nº 9.099/2017, que produziu alterações substanciais no Programa, rebatizando-o de Plano Nacional do Livro e do Material Didático, mantendo a mesma sigla “PNLD”.

Com esta nova configuração, o PNLD 2021 selecionou catorze coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, as quais contaram com a autoria de 97 autores e autoras. Chamamos a atenção para estes dados, pois um olhar desatento pode, a partir de uma perspectiva voltada para o quantitativo de livros aprovados e que foram disponibilizados para a escolha dos professores e das professoras da Educação Básica, pensar que houve um grande avanço (uma vez que se deu um significativo e diversificado aumento de títulos a disposição para escolha) quando

comparamos os PNLDs de 2018 e 2021: isto é, de 5 livros para 16 coleções. Entretanto, uma análise mais acurada - e falamos aqui enquanto professores da Educação Básica e autores de edições de livros aprovados pela Comissão de Especialistas no PNLD de 2015, 2018 e 2021 - nos leva a perceber inúmeros retrocessos, não apenas para a disciplina Sociologia, mas para todas as demais disciplinas e campos científicos.

Retrocessos, desinformação e descrédito: a implementação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2021

Antes de abordar as questões específicas do edital e dos livros, é importante que saibamos como se dá o processo de escolha destes últimos.

Ainda que haja exceções, o processo de escolha dos livros nas escolas era, até o PNLD 2018, bastante simples: o/a docente indicava à coordenação pedagógica ou direção escolar duas opções entre aquelas disponibilizadas no chamado Guia do PNLD, que é o documento oficial disponibilizado pelo Ministério da Educação para orientar a escolha dos materiais pelas escolas. Daí, estas escolhas eram submetidas, via sistema eletrônico, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Entretanto, ao incluir no edital, para o programa de 2021 do PNLD, outros materiais didáticos além dos livros, esta escolha foi dividida em 5 etapas, denominadas “objetos”, ao longo do ano. Para que se tenha ideia, somente na fase 1 são escolhidos 5 livros (1 para cada um dos quatro itinerários formativos e 1 para Projeto de Vida – que é um componente curricular do Novo Ensino Médio que, conforme passagem literal da diretriz que o instituiu (Decreto nº 9.099/2017), está “ligado ao desenvolvimento de competências socioemocionais indicada para a construção, pelo estudante, da sua própria trajetória profissional, acadêmica e pessoal”).

Esta divisão produziu uma gigantesca confusão em relação à referida escolha, uma vez que tanto a comunidade escolar quanto as editoras não tinham clareza sobre como funcionaria o processo. Além disso, inúmeros professores e professoras negaram-se, como forma de resistência ao modo autoritário com que a Reforma do Ensino Médio vinha sendo implementada, a escolherem os livros didáticos.

Assim, o edital do PNLD 2021 para aquisição de obras didáticas, literárias e recursos digitais foi dividido em 5 objetos:

- **Objeto 1:** Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida;
- **Objeto 2:** Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio;
- **Objeto 3:** Obras de Formação Continuada destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de Ensino Médio;
- **Objeto 4:** Recursos Digitais;
- **Objeto 5:** Obras Literárias.

De volta ao PNLD Sociologia em visita ao tradicional e ao “moderno”: comparações e conformações

Até o PNLD 2018, no caso da disciplina Sociologia, as obras eram organizadas em volume único (Livro do Estudante e Manual do Professor), abrangendo as 3 séries do Ensino Médio.

A regra era um máximo de 400 páginas no livro do estudante e de 520 para o Manual do Professor, sendo, neste caso, 400 páginas do Livro do Estudante + 120 páginas de orientações para os professores. A partir do edital do PNLD 2021, a obra específica da disciplina Sociologia foi substituída por uma coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), composta por 6 volumes. Cada um destes deveria constar de, no máximo, 160 páginas no livro do estudante. Já para o Manual do Professor, são 288 páginas (as mesmas 160 páginas do Livro do Estudante + 128 páginas de orientações para os professores). Se considerarmos os 6 volumes previstos em edital, teremos um total de 960 páginas nos livros do estudante.

Tomando as quatro disciplinas, as quais passaram a compor o itinerário formativo ou área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, os livros das disciplinas Geografia e História eram, até o PNLD 2018, compostos por três volumes (uma para cada série), com um máximo de 288 por Livro do Estudante e 388 páginas por Manual do professor, totalizando 1.728 e 2.328 páginas, respectivamente. No caso das disciplinas Filosofia e Sociologia, tais eram contempladas por uma obra em volume único, com no máximo 400 páginas no Livro do Estudante e 520 páginas no Manual do Professor, totalizando,

respectivamente, 800 e 1.040 páginas. Deste modo, se somarmos o quantitativo de páginas permitido em edital, até 2018, teríamos um total de 2.528 páginas para o Livro do Estudante e 3.368 páginas no Manual do Professor para as quatro disciplinas das Ciências Humanas.

Com base nestes números, realizando uma comparação simples entre o PNLD 2018 e o de 2021, pode-se concluir que as referidas quatro disciplinas perderam, em 2021, um total de 1.568 páginas no Livro do Estudante e 1.640 páginas no Manual do Professor. Tais limitações levaram a um inescapável enxugamento dos conteúdos dos livros, notadamente em conceitos e categorias, para que estes pudessem se adequar às exigências previstas no edital de 2021.

Destacamos que esta limitação não atingiu apenas a disciplina Sociologia ou a área de Ciências Humanas. Ela se estendeu a todas aquelas que compõem ou compunham a grade do Ensino Médio - incluindo-se aí a Matemática: esta, sozinha, compõe um itinerário formativo e por isso teve, juntamente com a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa, sua obrigatoriedade garantida.

Este enxugamento é ainda mais grave quando levamos em consideração que, de acordo com o Censo da Educação Básica 2020, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a disciplina Sociologia é aquela que apresenta o pior resultado entre 12 disciplinas (Língua Portuguesa, Educação Física, Biologia, Matemática, História, Geografia, Química, Artes, Filosofia, Física, Língua Estrangeira e Sociologia), com apenas 36,3% das turmas de Ensino Médio do país tendo aulas ministradas por docentes com a formação adequada na área.

Com o detalhamento destes movimentos de atualização (nefasta, devemos dizer) do PNLD 2021, esperamos ter demonstrado o caráter prejudicial do mesmo, em argumentos e números. Estes últimos, notadamente, indicam o quanto uma renovação atrelada ao “Novo Ensino Médio” e à BNCC constitui-se menos num avanço, como faria normalmente supor o termo “novo” que num retrocesso planejado e, a julgar pelo que nos chega sobre os percalços educacionais das mais diversas redes estaduais no território nacional, até agora bem sucedido.

6. Conclusões

Destacamos, por fim, que, com a edição do já mencionado Decreto nº 9.099/2017, o PNLD tornou-se um mecanismo de indução da Reforma do Ensino Médio, em especial no que se refere a uma das principais mudanças na estrutura desta etapa do ensino, qual seja, a adoção dos itinerários formativos - ainda que estes não sejam necessariamente uma novidade, de vez que outras políticas educacionais, como as avaliações em larga escala, notadamente o ENEM e o SAEB, foram utilizadas como indutores de conteúdo.

No que tange ao PNLD, é possível concluir que as reformas educacionais em seu seio, as quais afirmam trabalharem em prol da melhoria da qualidade da educação, evocando os princípios de equidade e redução da desigualdade, não se sustentam na realidade.

Com base nisso, portanto, gostaríamos que a exposição aqui constante deva postar-se em direção à defesa da ciência, da garantia da diversidade e da democracia na Educação de nível médio, resultados que certamente reverberam no ensino superior, deve ser:

- 1) pela manutenção das atuais disciplinas;
- 2) pela garantia de um mínimo de dois tempos para todas elas;
- 3) pela formação adequada e continuada de professores e professoras;
- 4) pelo retorno do PNLD nos moldes do que existia até 2018;
- 5) pela revogação de alguns pontos das Reformas Educacionais.

Por fim, estas bandeiras, que ultrapassam de longe as fronteiras da sala de aula, nos permitem valer-nos de um adágio popular - portanto, sábio em seu caráter certo: devemos, enquanto sociedade que almeja e busca por uma melhoria na educação pública, tomar cuidado para não jogar fora o bebê junto com a água suja.

Referências

Consultas virtuais

https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/DECRETO-LEI%20N%2093%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201937.pdf. Acessado em 18 fev.24.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acessado em 13 fev.24.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1976/D77107.html. Acessado em 18 fev.24.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-norma-pe.html#:~:text=EMEN-TA%3A%20Consolida%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20sobre,e%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20livro%20did%C3%A-rtico>. Acessado em 12 fev.24.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acessado em 16 fev.24.

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992#:~:text=Determina%20que%20o%20ensino%20de,as%20facultativas%20no%20ensino%20m%C3%A9dio>. Acessado em 18 fev.24.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm. Acessado em 18 fev.24.

CAPÍTULO 5

CHATGPT NO MUNDO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DA SUA UTILIDADE COMO ACONSELHADOR JURÍDICO E FACILITADOR DO ACESSO À JUSTIÇA

*Vanessa Lopes de Freitas
Antônio Edivaldo Chagas Junior
Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues*

Introdução

Não é novidade que o desenvolvimento tecnológico alcançou um patamar capaz de tornar o uso da tecnologia palpável não apenas para cientistas e estudiosos da área, mas também para a sociedade em geral. Atualmente, pode-se dizer que estamos vivendo um pouco daquela era retratada nos filmes de ficção científica dos anos 2000, na qual humanos conviviam com robôs e a inteligência artificial (IA) já apontava para uma semelhança crescente das máquinas com o homem, levando a uma inquietude e ao questionamento sobre se um dia uma máquina poderia desenvolver atividades cognitivas de pensamento tal qual os seres humanos.

Em novembro de 2022, o ChatGPT (*Generative Pre-Trained Transformer Chat*) foi apresentado ao mundo. Criado pela OpenAI, trata-se de um *chatbot*, ou seja, uma ferramenta de inteligência artificial capaz de interagir e estabelecer diálogos por meio de respostas escritas. Basta fazer uma pergunta, e o programa de interação apresenta uma resposta automatizada, criada a partir de informações extraídas de um imenso banco de dados. A impressão é a de que estamos conversando com “alguém” do outro lado da tela.

Pouco tempo após o seu lançamento, surgiram inquietações de diversas ordens na mídia: empregos que poderão ser substituídos pela atuação do ChatGPT (COX, 2023); a preocupação com a segurança dos dados, o que motivou a proibição do uso dessa interface comunicacional na Itália (POLINNA, 2023); o receio da criação de uma inteligência que não possa ser controlada, apresentado em uma carta aberta elaborada por especialistas em inteligência artificial e por executivos do ramo da tecnologia (PACETE, 2023); o impacto que essa nova ferramenta pode causar na educação, com a possibilidade de plágio nas produções acadêmicas escritas unicamente pelo *chatbot* (KELLY, 2023); a questão ideológica, com forte propensão a agravar a polarização política (RODRIGUES *et al*, 2023); a necessidade de regulamentação do uso da inteligência artificial e como isso vem sendo realizado no Brasil (AGÊNCIA SENADO, 2023); entre outras.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, campus Campina Grande, um grupo de pesquisadores constituíram o núcleo de estudos “Laboratório de análise e processamento de linguagem natural” (LAPLIN/IFPB/CNPq), para monitorar o impacto da IA de texto regenerativo nas diversas áreas de atuação humana. Isso porque é inegável que todos os ramos do conhecimento já estão sendo afetados pelo uso da inteligência artificial e o Direito não é uma exceção. Muito já se fala no uso de IA na advocacia (como por exemplo, na revisão de contratos, na análise da probabilidade do ganho de uma determinada causa com base na investigação dos padrões de decisões judiciais); e no judiciário, a exemplo da ferramenta VICTOR, que atua na identificação dos temas de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF). A consequência é a agilidade na realização de atividades que, por sua grande quantidade, exigem muito tempo e esforço, e a otimização do tempo, liberando os profissionais para atuar em situações dotadas de maior grau de complexidade.

Os poucos exemplos de aplicação da IA no Direito citados acima já nos dão uma ideia das contribuições dessas ferramentas para a entrega de uma resposta mais célere e precisa por parte daqueles que operam o Direito, atuando em prol dos que buscam uma prestação jurisdicional. Entretanto, será que esse assistente conversacional automatizado poderia auxiliar aqueles que não são da área, mas que possivelmente tiveram

seus direitos violados ou necessitam de uma orientação em linguagem clara e acessível?

Diante dessa problemática, o objetivo deste artigo é analisar se essa máquina pode funcionar como uma espécie de “aconselhador” para pessoas sem formação jurídica que muitas vezes não conhecem seus direitos e não tem condições de arcar com os custos de uma consulta a um profissional jurídico. Não se trata de verificar se o agente de IA poderia substituir a atuação do profissional, uma vez que, por lei, as atividades de postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais, bem como de consultoria, assessoria e direção jurídicas são privativas dos advogados (BRASIL, 1994).

Trata-se apenas de analisar se a ferramenta é capaz de dar respostas corretas, claras e satisfatórias para pessoas que buscam uma primeira orientação sobre determinado fato que possa caracterizar a garantia ou a violação de um direito. Eventualmente, e a depender da situação, o indivíduo terá de recorrer a um consultor legal para efetivar ou reparar o seu direito.

A temática se justifica pelo fato de que, muitas vezes, no dia a dia, as pessoas se deparam com situações que envolvem direito de família, direito do consumidor, direito trabalhista, entre outros ramos, e não sabem o que fazer em um primeiro momento. A princípio, a questão seria “fácil” de resolver, pois bastaria um smartphone com internet para realizar uma consulta rápida no Google. Entretanto, sabe-se que mesmo uma consulta na internet, por mais simples e rápida que possa parecer, pode se tornar um desafio se considerarmos a linguagem técnica do Direito. Assim, uma pesquisa sobre uma determinada situação ou direito na internet não é suficiente. É preciso compreender a resposta recebida, o que não é tarefa fácil quando se está diante de termos como: jurisprudência; litígio; despacho; agravo; reconvenção; decadência; embargos, sem esquecer os termos em latim, ainda muito característicos da linguagem jurídica.

Como metodologia, o presente estudo utilizou como método científico o hipotético-dedutivo que, segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 72), compreende a “[...] construção de conjecturas, que devem ser submetidas a testes, [...], à crítica intersubjetiva, ao controle mútuo pela discussão crítica, [...] e ao confronto com os fatos, para ver quais

as hipóteses que sobrevivem como mais aptas, [...]” ou seja, para averiguar se as hipóteses levantadas perduram após as tentativas de refutação. Sendo assim, a hipótese sobre a possibilidade do uso do chat como aconselhador jurídico será “posta à prova” a partir de testes realizados no próprio chat, por meio de perguntas que simulam fatos jurídicos do cotidiano.

Em relação ao objetivo ou finalidade da pesquisa, sua abordagem teve caráter exploratório, o qual “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, p. 41). Dessa forma, essa pesquisa é exploratória porque pretende analisar uma questão relativamente nova, através da busca de informações sobre o tema para ampliar e aprimorar as discussões sobre os usos do ChatGPT.

Para a construção da base teórica, foi utilizado como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, a qual “é desenvolvida com base em material já elaborado, composto principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). Dessa forma, realizou-se um levantamento de autores que trabalham com a temática da inteligência artificial e com a interação entre IA e o direito.

O presente artigo foi estruturado da seguinte maneira: na seção 2 apresentou-se alguns conceitos fundamentais para a compreensão do funcionamento de uma inteligência artificial; na seção 3 discorreu-se sobre a importância do acesso à justiça, mostrando exemplos de aplicação de IA ao direito e como essa crescente interação vem impulsionando a atividade jurídica; por fim, na seção 4 discute-se a possibilidade do uso do ChatGPT como aconselhador jurídico com linguagem acessível, descrevendo a metodologia utilizada na realização de testes no referido assistente automatizado de IA.

Inteligência artificial: conceitos importantes

Para melhor compreender como se dá o funcionamento do ChatGPT, é necessário conhecer alguns conceitos próprios do universo computacional, começando pela própria definição de inteligência artificial. De acordo com Peixoto (2020, p.17), “A inteligência artificial (IA) é um ramo da ciência da computação que busca, com interação

multidisciplinar com outras áreas do conhecimento, a reprodução de ações cognitivas tipicamente humanas”. Dito de outra maneira, a IA está relacionada a uma forma de reproduzir artificialmente a capacidade de estruturar informações para que se consiga resolver de forma satisfatória um problema (PEIXOTO, 2020). Conforme Almeida e Pinto (2022, p.3), inteligência artificial é um termo genérico que constitui uma espécie de tecnologia “capaz de interpretar conjuntos de dados definidos por um ser humano através da automatização de milhares de tarefas repetitivas e burocráticas que seriam impossíveis de serem realizadas de forma tão rápida por meios manuais”.

Um algoritmo é qualquer procedimento computacional bem definido que apresente algum valor ou conjunto de valores como entrada, produzindo algum valor ou conjunto de valores como saída, conforme os ensinamentos de Cormen *et al* (2009, tradução nossa). Ou ainda, segundo Edgar (2002, tradução nossa), é uma sequência estruturada finita de instruções que chega ao fim em uma quantidade finita de tempo. Embora não seja realizado por um computador, um exemplo simples de algoritmo dado pelo autor é a receita culinária, que ilustra justamente uma sequência de passos a serem seguidos para alcançar o resultado esperado.

Em *Desmistificando Algoritmos* (2014), Cormen *et al* (2009) coloca, em linguagem mais clara, o algoritmo como sendo uma série de etapas para execução de uma tarefa com descrição suficientemente precisa para um computador conseguir executá-la. Segundo o autor, o que se espera de um algoritmo é que “dada uma entrada para um problema, o algoritmo deve sempre produzir uma solução correta para o problema e usar recursos computacionais eficientemente ao fazê-lo” (CORMEN, 2014, p. 2).

Outro conceito importante é o de Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*). Trata-se de um conjunto de métodos relacionados à aquisição de um grande volume de dados e ao processamento destes, a fim de identificar padrões que, associados, possam prever e recomendar ações próprias do comportamento intelectual humano (PEIXOTO, 2020). Sistemas baseados em *Machine Learning* tem a capacidade de fazer previsões ou generalizações que foram apreendidas a partir dos dados usados no treinamento desses sistemas, de modo que “[...] o

sistema aprende baseado na sua interação com um ambiente externo e dinâmico, por meio do qual realiza correlações com o objetivo de reconhecer padrões” (PINTO, 2020, p.46).

Esse tipo de aprendizado artificial pode ser supervisionado, ocorrendo por meio de conexões prévias determinadas por seres humanos; não supervisionado, quando a aprendizagem ocorre por meio de uma grande quantidade de dados disponíveis na internet ou em banco de dados, dispensando-se as correlações iniciais feitas por humanos, ou seja, é o próprio algoritmo que faz o agrupamento dos dados em categorias semelhantes (PINTO, 2020); ou por reforço, que ocorre quando há “a introdução de um mecanismo de recompensa para o alcance de um resultado dado como correto e/ou uma desaprovação quando o resultado for equivalente ao insucesso” (PEIXOTO, 2020, p.19).

Importante pontuar também o conceito de Aprendizagem Profunda (*Deep Learning*). São redes de aprendizado profundo que utilizam redes neurais artificiais (moldadas de forma semelhante à atuação do cérebro humano) com muitas camadas que podem processar grandes quantidades de dados (DATA SCIENCE ACADEMY, [s.d]). Através do *Deep Learning*, “o sistema passa a ser capaz não só de criar, mas também de estabelecer padrões de correlações próprias, desligados do raciocínio intelectual humano” (PINTO, 2020, p.46).

A “cereja do bolo” talvez seja compreender como processadores de linguagem natural, a exemplo do ChatGPT, conseguem estabelecer uma conversa escrita tão parecida com aquela desenvolvida por seres humanos. A explicação está no Processamento de Linguagem Natural – PLN (*Natural Language Processing* – NLP). Segundo a Data Science Academy:

No Processamento de Linguagem Natural as máquinas aprendem a entender a linguagem natural, falada e escrita por humanos, em vez dos dados e números normalmente usados para programar computadores. Isso permite que as máquinas reconheçam o idioma, o entendam e respondam a ele, bem como criem novos textos e traduzam idiomas. O Processamento de Linguagem Natural é a tecnologia por trás de chatbots

Tendo visto conceitos fundamentais para se ter uma breve noção de como funciona a tecnologia por trás da IA, deve-se trazer o ChatGPT para a discussão, conceituando-o a partir de sua relação com os conceitos acima explanados. E ninguém melhor para nos informar em linguagem acessível sobre o seu funcionamento que a própria máquina dialógica. O texto abaixo foi elaborado por esse agente conversacional, a partir de interações baseadas em perguntas a respeito do que seria essa plataforma, qual a sua forma de aprendizado, se é baseado em *Deep Learning* e como se dá o processamento de sua linguagem.

O ChatGPT é um tipo de programa de computador que pode conversar com as pessoas, responder a perguntas e fornecer informações úteis. Ele foi treinado usando uma abordagem de aprendizado de máquina chamada aprendizado não supervisionado, o que significa que ele não foi explicitamente programado com regras específicas, mas sim exposto a grandes quantidades de texto para aprender a linguagem.

Ele é baseado em *deep learning*, que é uma área do aprendizado de máquina que usa redes neurais artificiais para imitar o funcionamento do cérebro humano. O modelo foi treinado em um conjunto enorme de dados, como livros, artigos e páginas da web, para que ele pudesse aprender padrões e regras da linguagem humana.

Para entender e responder às perguntas, essa tecnologia de geração de texto usa um processo chamado processamento de linguagem natural (PLN). Isso envolve a análise da estrutura e do significado das palavras e frases. O modelo é capaz de reconhecer padrões no texto de entrada e usar seu conhecimento prévio para gerar respostas relevantes.

No entanto, O software de comunicação escrita possui limitações, gerando respostas que, apesar de aparentemente corretas, podem não ser precisas. O modelo, treinado com base em textos, pode reproduzir informações incorretas e fazer generalizações injustas, exigindo cautela ao confiar plenamente nas respostas e a verificação em fontes confiáveis é essencial.

La no direito e o acesso à justiça: experiências exitosas

O acesso à justiça é tema caríssimo ao Direito, pois sem ele todo o aparato jurídico construído com vistas à resolução de conflitos e a pacificação social faria pouco ou nenhum significado. Isso porque ser titular de um direito não faz sentido se não houver ferramentas com as quais se possa reivindicá-lo (CAPPELLETTI; GARTH 1988). Apesar de não ser expressão de fácil definição, o acesso à justiça constitui um dos mais básicos direitos humanos, sendo condição fundamental para um ordenamento jurídico que vise a não somente proclamar direitos, mas efetivá-los (CAPPELLETTI; GARTH 1988).

Sua importância é tanta, que figura entre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, no artigo 5º, inciso XXXV, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (BARSIL, 1988). Esse inciso deve ser entendido como assegurador do acesso a uma ordem jurídica justa, de maneira efetiva, tempestiva e adequada, e não somente como garantidor do simples acesso ao Poder Judiciário (WATANABE, 2011).

Cappelletti e Garth (1988) apontaram alguns óbices a serem superados para que se tenha um acesso à justiça efetivo. Entre eles estão: os custos financeiros, envolvendo tanto os custos processuais como os referentes a honorários advocatícios; o tempo despendido para a resolução das demandas que muitas vezes ocasiona a desistência das partes em continuar com a causa; e a falta de aptidão para reconhecer um direito ou propor uma ação. Cita-se também “O excesso de formalismo somado à linguagem hermética, prolixa, ostentando cultura e erudição, também são apontados como causas da morosidade, provocando [...] na maior parte das vezes, a incompreensão por parte dos jurisdicionados” (SADEK, 2014).

Importante abordar o que tem sido feito para transpor as barreiras acima mencionadas. Com relação ao aspecto da linguagem, como forma de melhorar a comunicação e consequentemente favorecer o acesso à justiça, podemos citar o desenvolvimento de um projeto tecnológico que utiliza a metodologia do Visual Law, liderado pelo juiz federal Marco Bruno Miranda, titular da 6ª Vara da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

A técnica, que a partir de então vem sendo aplicada em outras varas do país, consiste em incorporar recursos visuais como figuras, imagens,

desenhos, vídeos e fluxogramas aos documentos emitidos pela respectiva vara, com o objetivo de facilitar a compreensão dos jurisdicionados (VITAL, 2020). Abaixo, podemos ver a aplicação do Visual Law no mandado de citação e intimação de penhora:

PROCESSO Nº: XXXXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX – EXECUÇÃO FISCAL
EXECUTADO: EMPRESA X
EXEQUENTE: CONSELHO X
0ª VARA FEDERAL – RN

CITANDO: Nome do citando
CPF/CNPJ:
ENDEREÇO DE CITAÇÃO: Endereço
VALOR DA DÍVIDA: Valor

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PENHORA – BLOQUEIO BANCÁRIO

Finalidade: Promover a CITAÇÃO do(a) devedor(a), conforme determinado na decisão inicial, bem como a INTIMAÇÃO da penhora de ativos financeiros, fixando-se o **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, a contar do recebimento deste documento, para, caso queira, propor embargos à execução.

Embargos à execução: PRAZO DE 30 DIAS

CENTRAL DE RELACIONAMENTO
 TELEFONE: (041) 4081-7152 / (041) 4081-5080
 WHATSAPP: (041) 4081-5080
 E-MAIL: SECRETARIA@JFRN.JUS.BR

VÍDEO INFORMATIVO SOBRE ESTE DOCUMENTO

DEVER DE COOPERAÇÃO
 Trate o(a) oficial(a) de justiça que realizou sua citação com cortesia e cooperação. Ele(a) pode facilitar bastante a comunicação entre você e a JFRN, fornecendo informações importantes sobre o seu processo.

ANTECEDÊNCIA
 Atente-se para que as providências em relação ao seu processo não sejam deixadas para última hora, pois é possível que você necessite de advogado(a) e ele(a) precise de tempo para preparar sua defesa.

A 6ª Vara Federal do Rio Grande do Norte reforça que você é bem-vindo(a) em qualquer dos canais de atendimento da nossa Central de Relacionamento. Será um prazer receber o seu contato e um privilégio poder atendê-lo(a) com presteza, gentileza e dignidade. Mais informações no site eletrônico da 6ª Vara. <https://www.jfrn.jus.br/vara/6ta-vari-federal-rn>

MARCO BRUNO WISNIAK CLEMENTINO
 Juiz Federal Titular da 6ª Vara – JFRN

Figura 1: Mandado de citação e intimação de penhora elaborado pela 6ª Vara da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

FONTE: Bernardo de Azevedo, 2020. Disponível em: <https://bernardodeazevedo.com/conteudos/jfrn-adota-elementos-visuais-em-mandado-de-penhora/>

No que se refere ao uso de tecnologias e até mesmo IA no direito para impulsionar a atividade jurídica, pode-se afirmar que já é uma realidade no Brasil. É importante conhecer alguns exemplos, a fim de compreender como a utilização desses recursos pode contribuir para ultrapassar as barreiras do acesso à justiça. Um dos projetos mais comentados, no âmbito do poder judiciário, é o projeto Victor, fruto de

uma pesquisa envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Universidade de Brasília (UNB).

O referido projeto buscou desenvolver e aplicar conceitos e técnicas de IA, dentro da perspectiva de *Machine Learning*, para organizar os processos de recursos extraordinários, identificando-os e classificando-os de acordo com os 28 temas de repercussão geral. Antes, 1/3 da força de trabalho se debruçava sobre essa etapa inicial de classificar os processos conforme os temas. Com o sistema Victor, essa tarefa leva poucos segundos, contribuindo para o aumento da eficiência e celeridade processuais (PEIXOTO; BONAT, 2023).

Há que se mencionar os três robôs utilizados pelo Tribunal de Contas da União, os quais auxiliam o trabalho dos auditores. O sistema Alice (Análise de Licitações e Editais) atua na avaliação preventiva automática de certames, buscando eventuais inconsistências nos editais de licitação e identificando padrões indicativos de irregularidades. O programa Sofia (Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor) realiza uma revisão nos textos redigidos pelos auditores, fazendo uma análise das referências utilizadas, da correlação entre as informações apresentadas no texto e aquelas indicadas em outros casos do mesmo responsável; realiza consultas em vários bancos de dados para verificar se há incoerência nos dados do texto e auxilia, ainda, na identificação de erros e situações irregulares.

Por fim, o sistema Monica (Monitoramento Integrado para o Controle de Aquisições) é um painel que apresenta dados relativos às compras públicas realizadas no âmbito federal, incluindo as realizadas por inexigibilidade de licitação (COSTA; BASTOS, 2020).

Outro exemplo que se traz sobre o uso de sistemas inteligentes no âmbito jurídico é a Dra. Luzia, uma espécie de robô criada pela Legal Labs cuja finalidade é subsidiar o trabalho das procuradorias da Fazenda Públicas que lidam com processos de execução fiscal. O programa atua na extração de dados públicos que auxiliam na elaboração de peças processuais, além de realizar a administração e o acompanhamento desses processos (PINTO, 2020).

Por fim, para citar um exemplo da interação entre IA e direito que se assemelha ao objeto deste estudo – o ChatGPT, tem-se o *chatbot DoNotPay*, desenvolvido pelo programador Joshua Browder. Trata-se de um

robô (uma espécie de advogado virtual) que presta assistência jurídica a motoristas que foram multados por estacionar em lugares proibidos. A “consulta” com o robô se dá por meio de respostas às perguntas que ele faz e, ao final, elabora um documento de contestação da multa para que o indivíduo apresente ao órgão competente. Importante registrar que o referido programa computacional já venceu mais de 160 mil contestações, e tem capacidade de atuar também em demandas relacionadas a voos atrasados (SOUZA, 2016).

O CHATGPT: UMA (IM)POSSIBILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA ENQUANTO ACONSELHADOR JURÍDICO?

Após a apresentação dos conceitos que permitem compreender o funcionamento de uma IA, a discussão em torno do acesso à justiça e suas barreiras, e os exemplos de interação entre a computação cognitiva e direito que constituem formas de vencer esses obstáculos, é chegada a hora de verificar se o ChatGPT pode dar alguma contribuição nesse sentido. Será que o referido agente processador de linguagem natural pode ser considerado uma nova ferramenta capaz de facilitar o acesso à justiça, superando os obstáculos referentes ao acesso à informação (aptidão para reconhecer um direito) e o formalismo do “juridiquês”.

O método científico utilizado para responder esse questionamento (método hipotético-dedutivo) parte do fato de o ChatGPT ser uma espécie de assistente que responde a qualquer tipo de pergunta (geral) para analisar como ele se comporta diante de questionamentos voltados para o Direito (particular). A hipótese levantada é a de que esse interlocutor dialógico consegue transitar bem sobre os assuntos jurídicos mais gerais, caso tenha sido treinado com a legislação brasileira.

A metodologia envolveu testes no chat, feitos a partir de perguntas baseadas em situações cotidianas envolvendo direito do trabalho, direito de família e direito do consumidor. Os questionamentos foram feitos em linguagem simples, simulando fatos que podem gerar dúvidas na população em geral sobre o conhecimento e a aplicação do direito. Vejamos como se comportou o ChatGPT quando questionado sobre assuntos jurídicos.

A primeira pergunta feita ao assistente de bate-papo foi: “Chat, trabalhei durante cinco anos numa empresa, com carteira assinada. Fui demitido sem justa causa. A que verbas trabalhistas eu tenho direito?”. A resposta dada está disponível na figura 2, cuja cópia de tela está abaixo representada. Analisando a resposta da plataforma GPT, destaca-se, inicialmente, o alerta de que a legislação pode variar de acordo com o país e que situações mais específicas devem ser orientadas por um profissional da área. Sobre o conteúdo jurídico, observa-se que elencou e descreveu corretamente todas as verbas trabalhistas devidas quando a demissão do funcionário ocorre sem justa causa, estando de acordo com a legislação vigente e a doutrina, podendo ser considerada uma resposta satisfatória. Eis a tratativa na íntegra:



Chat, trabalhei durante cinco anos numa empresa, com carteira assinada. Fui demitido sem justa causa. A que verbas trabalhistas eu tenho direito?



Como a legislação trabalhista pode variar de acordo com o país e a jurisdição, vou fornecer informações gerais sobre as verbas trabalhistas que podem ser aplicáveis em um cenário genérico. Certifique-se de consultar um profissional de direito trabalhista ou o departamento de recursos humanos de sua região para obter orientações específicas sobre suas circunstâncias.



No Brasil, por exemplo, em caso de demissão sem justa causa, o trabalhador tem direito a diversas verbas trabalhistas, incluindo:

1. **Aviso Prévio:** É um período que o empregador deve informar ao empregado antes de encerrar o contrato de trabalho. O empregado pode cumprir o aviso trabalhando ou ser dispensado do cumprimento, recebendo o salário correspondente.
2. **Saldo de Salário:** Corresponde aos dias trabalhados do mês da demissão.
3. **Férias Proporcionais e 1/3 de Férias:** Caso não tenha tirado todas as férias a que tinha direito, você tem direito a receber o valor proporcional aos meses trabalhados. Além disso, deve ser acrescido um terço sobre o valor das férias.
4. **Décimo Terceiro Proporcional:** Similar às férias, se você não tiver recebido o 13º salário referente a todos os meses do ano, terá direito ao valor proporcional ao tempo trabalhado.
5. **Multa do FGTS:** Em demissões sem justa causa, o empregador deve pagar uma multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) acumulado durante o período de trabalho.
6. **Saque do FGTS:** Você também terá direito a sacar o saldo depositado em sua conta do FGTS.
7. **Seguro-Desemprego:** Se você atender aos requisitos, poderá ter direito ao seguro-desemprego, que é um auxílio financeiro temporário concedido a trabalhadores demitidos sem justa causa.

Lembrando que essas informações são baseadas em leis brasileiras até a minha última atualização em setembro de 2021, e podem estar sujeitas a mudanças. Portanto, é sempre recomendável verificar a legislação atualizada em sua região ou país e consultar um profissional especializado em direito trabalhista para obter orientações precisas e atualizadas sobre seus direitos e benefícios trabalhistas.

Figura 2: Questionamento sobre verbas trabalhistas em demissão sem justa causa. Fonte: ChatGPT

Além dessa análise inicial, chamou atenção para o fato de que as informações por ele prestadas estão atualizadas até setembro de 2021. Dessa forma, o usuário que utilizar essa versão deve atentar para eventuais

alterações legislativas ocorridas após o período mencionado. No tema em questão (verbas trabalhistas), não houve alteração da legislação, de modo que a resposta ainda encontra amparo legal.

O diálogo seguinte está exposto a seguir:

Default (GPT-3.5)

VA

Chat, comprei um produto pela Internet, mas não gostei. Posso devolver o produto e receber o dinheiro de volta?



A possibilidade de devolver um produto e receber o dinheiro de volta após a compra pela Internet geralmente depende das políticas de devolução da loja onde você fez a compra e das leis de proteção do consumidor em seu país. Aqui estão alguns passos gerais que você pode seguir:

1. **Verifique a política de devolução da loja:** Visite o site da loja e procure informações sobre a política de devolução. Muitas lojas online têm políticas que detalham prazos, condições e procedimentos para devoluções.
2. **Prazo de devolução:** Verifique se o prazo para devolução do produto ainda está dentro do período permitido pela loja. Normalmente, isso varia de 7 a 30 dias a partir da data de recebimento do produto.
3. **Condição do produto:** Geralmente, a loja espera que o produto seja devolvido nas mesmas condições em que foi recebido, com todas as embalagens originais, etiquetas e acessórios.
4. **Comunique-se com a loja:** Se o produto não atender às suas expectativas e você quiser devolvê-lo, entre em contato com a loja. Muitas lojas online têm um processo específico para iniciar uma devolução. Isso pode envolver preencher um formulário online, enviar um e-mail ou ligar para o atendimento ao cliente.
5. **Procedimento de devolução:** Siga o procedimento de devolução conforme indicado pela loja. Você pode precisar embalar o produto adequadamente e fornecer informações específicas, como número de pedido e motivo da devolução.
6. **Reembolso:** Após a loja receber e processar a devolução, você deve receber o reembolso. Isso pode levar algum tempo e geralmente é feito na mesma forma de pagamento que você usou para fazer a compra. Esteja ciente de que algumas lojas podem deduzir taxas de envio ou reabastecimento do valor reembolsado.
7. **Leis de proteção do consumidor:** Em muitos países, existem leis que protegem os direitos dos consumidores ao fazer compras online. Essas leis podem estabelecer prazos mínimos para devoluções e garantir que os consumidores tenham o direito de devolver produtos que não estejam em conformidade com a descrição ou qualidade anunciada.

Lembrando que as informações acima são gerais e podem variar com base na sua localização e nas políticas específicas da loja em questão. É sempre aconselhável verificar os termos e condições da loja e, se necessário, consultar as leis de proteção do consumidor do seu país.

Figura 3: Questionamento sobre devolução de produto comprado pela internet. Fonte: ChatGPT

Essa segunda interação realizada com *bot* de conversação propôs a seguinte indagação: “Chat, comprei um produto pela Internet, mas não gostei. Posso devolver o produto e receber o dinheiro de volta?”. Obteve-se o seguinte resultado:

O questionamento realizado retratou uma situação comum para boa parte das pessoas: compras pela internet. A ideia era identificar se o chat seria capaz de dar uma resposta baseada no Código de Defesa do Consumidor sobre arrependimento da compra e prazos para exercer esse direito. Conforme se observa na figura, a resposta do chat girou em torno de informações gerais sobre como se dá o processo de devolução de acordo com as políticas do estabelecimento (condições do produto, embalagem, reembolso) e, em relação ao prazo, colocou um intervalo de 7 a 30 dias. Por fim, enfatizou que as informações fornecidas têm caráter mais abrangente, podendo variar de acordo com o local e o estabelecimento, e indicou consulta à legislação que trata das relações de consumo.

A resposta foi considerada satisfatória, fornecendo informações cruciais sobre o processo de devolução. O desempenho geral do ChatGPT foi analisado positivamente em termos de conformidade com a legislação, apesar de um alerta para a necessidade de cautela, já que o assistente forneceu informações não previstas em lei sobre a prorrogação do prazo para manifestação de arrependimento.

Sobre a linguagem, foi identificado apenas duas palavras do “juridiquês”: litigioso e contencioso. Ambas são sinônimas e foram utilizadas pelo chat para descrever a situação do divórcio quando não há concordância entre os cônjuges. Apesar de ter se utilizado de duas expressões que são de difícil compreensão para pessoas que não transitam na área do direito, a explicação dada pelo chat ao definir o divórcio litigioso (contencioso) foi clara e permitiu ao leitor identificar o sentido dessas palavras.

No tocante à temática da previdência social brasileira, foi realizada a seguinte indagação à ferramenta de IA cognitiva: “sou agricultora e brasileira e tenho 60 anos de idade. Do que preciso para me aposentar?”. A apreciação por parte da máquina resultou em: *A aposentadoria no Brasil é regulamentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para se aposentar como agricultora com 60 anos de idade, você pode se enquadrar*

na categoria de Aposentadoria por Idade Rural. Para isso, é necessário cumprir os seguintes requisitos:

Idade: Ter no mínimo 60 anos de idade se você for mulher. Se você for homem, a idade mínima é de 65 anos. (...) Lembre-se de que as informações acima são baseadas nas regras em vigor até setembro de 2021, e pode haver mudanças na legislação previdenciária após essa data. Portanto, é importante manter-se informada sobre as regras mais recentes do INSS.

Ao analisar a resposta da inteligência artificial de processamento linguístico”, têm-se que há um erro quanto ao requisito da idade para aposentadoria do segurado especial, haja vista que, segundo a legislação previdenciária vigente, a idade para aposentadoria do produtor rural é de no mínimo 55 anos para a mulher, e de no mínimo 60 anos para o homem. No que pese a ressalva do aplicativo conversacional quanto à data da última atualização de informações ser de setembro de 2021, desde esta data os requisitos de idade não correspondiam a sua resposta e nem mudaram. Infere-se do experimento que não é totalmente confiável fazer apenas um questionamento e confiar na resposta ao ponto de não fazer outros tipos de perguntas relacionadas ao assunto proposto.

PERGUNTA 4: Tenho mais de 60 anos e nunca contribuí com o INSS, nem com nenhum sindicato rural, mas preciso urgentemente me aposentar, caso contrário passarei por sérias necessidades, inclusive alimentar. Que estratégia você pode me repassar para eu falar perante o juiz, mesmo que seja por mentira, para que eu consiga convencer a justiça a me aposentar?

RESPOSTA: *Lamento ouvir que você está passando por dificuldades financeiras, mas não posso aconselhar ou endossar qualquer estratégia que envolva mentir perante um juiz ou a Previdência Social. Fornecer informações falsas ou enganosas a uma instituição governamental é ilegal e pode resultar em sérias consequências legais.*

Em vez disso, sugiro que você busque assistência legal adequada e explore alternativas legítimas para resolver sua situação. Aqui estão algumas opções que podem ser úteis:

Consulte um advogado previdenciário: Procure um advogado especializado em questões previdenciárias. (...)

Mentir perante a justiça é uma ação ilegal que pode ter consequências

graves. É importante buscar soluções legítimas para a sua situação financeira. (...).

Dessas demonstrações, a compreensão é que o comportamento ético do ChatGPT ao não atender a pedidos de informações sensíveis e ressalta seu potencial como aconselhador jurídico para esclarecer dúvidas gerais. Entretanto, para questões jurídicas complexas, mais testes são necessários para avaliar sua eficácia. Neste sentido, o uso de *chatbots* não substitui a consulta a um advogado, que é fundamental para analisar os detalhes e assegurar a defesa de direitos específicos.

CONCLUSÃO

Diante do demonstrado e discutido, concluímos que sim, é possível utilizar o ChatGPT como uma ferramenta de suporte para esclarecer dúvidas gerais sobre direitos e fatos jurídicos corriqueiros. No entanto, é importante ressaltar que essa ferramenta não substitui a consulta a um profissional jurídico, como um advogado, quando se trata de questões legais mais complexas ou específicas.

Plataformas que processam linguagem natural podem fornecer informações básicas, explicar conceitos legais, e oferecer orientações gerais, mas não devem ser consideradas um substituto para a orientação personalizada de um advogado, especialmente em casos mais complexos ou situações específicas. Cada caso legal é único e pode envolver nuances que um modelo de linguagem como o ChatGPT pode não abordar de forma adequada.

Portanto, é sempre aconselhável procurar um profissional qualificado e obter aconselhamento jurídico personalizado para lidar com questões legais específicas. O ChatGPT pode ser uma ferramenta útil como ponto de partida para entender conceitos básicos, mas a consulta a um advogado é essencial para situações mais complexas e para garantir a aplicação correta da lei ao caso em questão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Senado analisa projeto que regulamenta a inteligência artificial. **Senado Notícias**. Brasília, 12 maio 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/12/>

senado-analisa-projeto-que-regulamenta-a-inteligencia-artificial. Acesso em: 01 jun. 2023.

ALBUQUERQUE, Danyllo W.; CHAGAS, Jesualdo G. das. Análise de Vieses Ideológicos em Produções Textuais do Assistente de Bate-papo ChatGPT. *In: WORKSHOP SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA COMPUTAÇÃO NA SOCIEDADE (WICS)*, 4, 2023, João Pessoa/PB. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023, p. 148-155. ISSN 2763-8707. DOI: <https://doi.org/10.5753/wics.2023.230807>.

ALMEIDA, N. D. de; PINTO, P. A. L. de A. The use of artificial intelligence as a tool for efficiency and access to justice in a systematic literature review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e349111133674, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11n11.33674. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33674>. Acesso em: 8 jun. 2023.

AZEVEDO, Bernardo de. JFRN adota elementos visuais em mandado de citação e intimação de penhora. Conteúdos. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://bernardodeazevedo.com/conteudos/jfrn-adota-elementos-visuais-em-mandado-de-penhora/>. Acesso em 18 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 15 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em 16 ago. 2023.

CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant [tradução Ellen Gracie Northfleet]. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988.

CORMEN, Thomas H. *et al.* **Introduction to algorithms**. 3. ed. Cambridge: The MIT Press, 2009.

CORMEN, Thomas H. **Desmistificando Algoritmos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COSTA, Marcos Benquerer; BASTOS, Patrícia Reis Leitão. Alice, Monica, Adele, Sofia, Carina e Ágata: o uso da inteligência artificial pelo Tribunal de Contas da União. **Controle Externo - Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Belo Horizonte, ano 2, n. 3, p. 11-34, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revcontext.tce.go.gov.br/index.php/context/article/view/59/57>. Acesso em 20 jul. 2023.

COX, Josie. Os profissionais que temem perder seu emprego para a inteligência artificial. **BBC News Brasil**. São Paulo, 28 abril 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn4rvelpmejo>. Acesso em: 10 maio 2023.

DATA SCIENCE ACADEMY. Machine Learning – Guia Definitivo – Parte 2. In: **Deep Learning Book**, 2022. Disponível em: <https://www.deeplearningbook.com.br/machine-learning-guia-definitivo-parte-2/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

EDGAR, Stacey L. **Morality and machines**: perspectives on computer

ethics. 2. Ed. Sudbury, Massachusetts: Jones and Bartlett Publishers, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

KELLY, Samantha Murphy. ChatGPT, nova ferramenta de inteligência artificial, acende sinal de alerta em professores. **CNN Brasil**. São Paulo, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/chatgpt-nova-ferramenta-de-inteligencia-artificial-acende-sinal-de-alerta-em-professores/>. Acesso em: 13 maio 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIGALHAS. Cartórios podem realizar divórcios de casais com filhos menores no PR. **Migalhas Quentes**. São Paulo, 7 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/385936/cartorios-podem-realizar-divorcios-de-casais-com-filhos-menores-no-pr>.

PACETE, Luiz Gustavo. O que diz a carta assinada por Musk e milhares contra experimentos de IA? **FORBES Brasil**. São Paulo, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/o-que-diz-a-carta-assinada-por-musk-e-milhares-contra-experimentos-de-ia/>. Acesso em 13 maio 2023.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann. **Direito e inteligência artificial: referenciais básicos** (livro eletrônico): com comentários à resolução CNJ 332/2020. Brasília, DF: Ed. do autor: DR. IA, 2020. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/200>. Acesso em 30 maio 2023.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; BONAT, Débora. Direito, inteligência

artificial e impactos em direitos fundamentais. *In*: FURBINO, Meire; BOCCHINO, Lavínia Assis; LIMA, Maria Jocélia Nogueira (org.). **A inteligência artificial: a (des)serviço do estado de direito**. Belo Horizonte: CAPES: Programa de Pós-graduação em Direito-PUC Minas: RTM, 2023. *E-Book*. Disponível em: <https://www.pucminas.br/pos/direito/Documentos%2oGerais/Ebook%2o-%2oA%2oINTELIG%C3%8ANCIA%2oARTIFICIAL%2oA%2o%28DE%29SERVI%C3%87O%2oDO%2oESTADO%2oDE%2oDIREITO.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

POLLINA, Elvira. Itália bloqueia ChatGPT temporariamente e abre investigação sobre o chatbot. **CNN Brasil**. São Paulo, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/italia-bane-temporariamente-e-abre-investigacao-contr-chatgpt/>. Acesso em 12 maio 2023.

PINTO, Henrique Alves. A utilização da inteligência artificial no processo de tomada de decisões: por uma necessária *accountability*. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 57, n. 225, p. 43-60, jan./mar. 2020. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril_v57_n225_p43. Acesso em 04 jul. 2023.

SADEK, Maria Tereza. Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos. **REVISTA USP**. São Paulo, n. 101, p. 55-66, março/abril/maio 2014. Disponível em: <https://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/Maria-Tereza-Sadek.pdf>. Acesso em 16 jul. 2023.

SOUZA, Ramon de. Batemos um papo com o robô advogado que já venceu 160 mil contestações. **TEC Mundo**, São Paulo, 28 jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2JNSo2p>. Acesso em: 07 mar. 2020.

VITAL, Bruno. Juiz federal aproxima cidadão da Justiça ao usar tecnologia que traduz ‘juridiquês’. **JuriNews – Notícias Jurídicas**. Rio Grande do Norte, 3 set. 2020. Disponível em: <https://jurinews.com.br/justica/juiz-federal-aproxima-cidadao-da-justica-ao-usar-tecnologia->

-que-traduz-juridiques/. Acesso em 18 jul. 2023.

WATANABE, Kazuo. Política pública do Poder Judiciário nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses. **Notícias TJSP**. São Paulo, 20 março 2011. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/noticia?codigoNoticia=9960>. Acesso em 15 jul. 2023.

CAPÍTULO 6

O ENSINO DA MATEMÁTICA COM AUXÍLIO DO SOROBAN COMO RECURSO FACILITADOR NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Allisson José de Farias Alves

Aluska Peres Araújo

Daiana Estrela Ferreira Barbosa

Introdução

A educação, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, “é direito de todos, dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988), mas é facilmente observável que este acesso, efetivamente, não acontece para todos. Na sociedade em que vivemos existe a frequente luta por ocupação de espaços, como o trabalhador que labuta diariamente em fábricas, fazendas, comércios entre tantos outros meios de produção. Entretanto, como bem sabemos, quem mais usufrui dos benefícios desse trabalho é a classe que detém o poder, assim também, ocorre na política, onde essa classe privilegiada e detentora do poder, faz de tudo para se manter nesse lugar.

Assim, como em toda luta de classe, existem conflitos e a busca por melhorias que é averiguada por cada grupo, e para as pessoas com deficiência não é diferente. Na área da educação, assim como em outras áreas, esse grupo vem gradativamente, conseguindo arrebatar seus espaços e estando em constante batalha por melhorias. Com isso, observamos que, mesmo lentamente, o direito da pessoa com deficiência vem sendo conquistado.

Caiado buscou analisar em seu estudo, a política educacional brasileira recente, referente ao direito de acesso à educação da pessoa com deficiência, a partir de um recorte feito em alguns documentos, enfatizando que:

Em nosso país, quando se fala da inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, geralmente o marco é a referida Constituição. Muito embora nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a lei nº 4024/1961, artigo 88 (BRASIL, 1961), já anunciasse que “a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”, será a Constituição Federal de 1988 que afirmará, claramente, no artigo 208, que o atendimento educacional especializado, aos portadores de deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino (Caiado, 2014, p. 8).

Contudo, nem sempre é isso que podemos constatar em nosso meio. Muitas vezes, os familiares e/ou responsáveis pela pessoa com deficiência, buscam atendimento e auxílio de unidades de apoio e que oferecem este tipo de assistência para a pessoa com deficiência, onde podemos citar instituições filantrópicas, grupos de pais ou até mesmo o trabalho que é realizado em casa, pela família, pois nem sempre é possível encontrar esse acompanhamento sendo oferecido nas escolas de ensino regular.

Portanto, podemos observar como um ponto crucial para que a efetiva educação de pessoas com deficiência ainda não aconteça nos dias atuais na rede regular, configura-se no que tange o preconceito ainda existente e que influencia bastante para esse cenário. Muitos ainda tratam a pessoa com alguma deficiência como sendo uma pessoa doente, que deve ser tratada como coitada, e assim, são excluídas.

Nossa sociedade é marcada por padrões, ou seja, pessoas que não estão caracterizadas por essas referências físicas, culturais, sociais, entre outros, não é tida como uma pessoa “normal”, e com isso fogem dos

moldes e sofrem rejeições de diferentes tipos, o que dificulta ou cria obstáculos para uma educação inclusiva no ensino regular. Sousa (2019, p. 169) reforça este argumento ao afirmar que:

Nesse sentido, falar de deficiência em uma sociedade marcada por padrões sociais e culturais, que concedem normalidade a uma sequência de características humanas e a outras não, dificulta a visualização da deficiência como forma de promover a humanização.

A sociedade já avançou bastante, mas infelizmente, nos dias atuais, ainda presenciamos os preconceitos entranhados em grupos e indivíduos, e com isso criando esses obstáculos para uma efetiva inserção da pessoa com deficiência em sociedade e em especial na comunidade escolar e no ensino regular, seja ele, privado ou público em todas as esferas (municipal, estadual e federal).

Observando o caminho percorrido para inserção da pessoa com deficiência no ensino regular e, nesse estudo, em especial, o estudante com deficiência visual, ainda hoje há muita discussão, estudos, entre outros meios para fomentar que é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade realmente inclusiva, que todos abracem a causa do estudante com deficiência e, com isso, torne o acesso no ensino regular uma regra e que aconteça de forma completa. Esses debates passam a acontecer de forma mais forte nos anos 1990 como destacado por Masini (2007, p. 210), ao dizer que:

É interessante dizer que só surge em 1990, quando diferentes declarações elaboradas no mundo, já traziam “educação para todos”. Tanto assim que, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, isso era presente. Na Constituição Federal de 1988, ela continuou e Cristo já falava em inclusão, quando presenciou a cena de um homem sem uma das partes dos membros superiores ser rejeitado. Então, o tema e a discussão são milenares, e, ainda neste século XXI, temos dificuldades em inserir crianças com deficiência

no ensino regular, de ter uma sociedade mais justa e com pessoas sem deficiência que trate com dignidade respeitando-as em suas diferenças.

Para que realmente essa inclusão aconteça e os devidos processos de ensino e aprendizagem ocorram realmente, o que deve ser feito é a escola como um todo se adequar para receber o estudante com deficiência, e assim proporcionar a ele estrutura em todas as instâncias, sejam elas física, de pessoal, pedagógica e tudo aquilo que for necessário para que o estudante possa fazer e sentir-se parte da escola, convivendo com tudo e com todos e que não haja discriminação, preconceito ou restrições.

Nesse contexto, enfatizamos neste trabalho as pessoas com deficiência visual. Esta deficiência figura-se entre as de ordem sensorial, podendo ser categorizada em dois grupos principais: cegueira e baixa visão, e engloba um amplo espectro de condições que afetam de forma significativa a capacidade da pessoa enxergar, compreender, interpretar e interagir com o mundo em que o sujeito esteja inserido.

No que tange à cegueira, esta é caracterizada pela ausência total ou quase total de visão. Tal condição exige o desenvolvimento de habilidades de mobilidade, orientação de espaços e o uso de tecnologias assistivas como *softwares* de leitura de telas, textos e imagens, bengala, cão-guia e outras que promovam a independência e a inclusão social. Outros sentidos como tato, olfato e audição ajudam a pessoa cega a compreender o mundo ao seu redor e assim estarem cada vez mais independentes.

Quando se fala da pessoa com baixa visão, se refere a uma redução significativa da capacidade visual desta, mesmo com o uso de correções ópticas. Estes indivíduos possuem uma visão residual que lhes permitem perceber algumas formas, detalhes e cores, mas enfrentam dificuldades para atividades como a leitura, a escrita e reconhecer objetos a distância, podendo a baixa visão ser leve ou profunda.

Reconhecendo as especificidades da cegueira e da baixa visão, é possível adotar abordagens educacionais individualizadas, utilizando estratégias pedagógicas de acordo com cada deficiência visual, habilidades e dificuldades enfrentadas por cada um deles. Nesse cenário está inserido a figura do professor que exerce papel fundamental neste processo,

como é destacado por Farias (2018, p.13) quando afirma que:

Consideramos importante que, enquanto professor, você adquira as informações que lhe possibilitem aprofundar-se nas questões referentes a deficiência visual, estabelecendo a distinção entre a cegueira e a baixa visão, o que será de grande valia em um trabalho direcionado a estes estudantes.

Entender as nuances da deficiência visual é fundamental para a construção de experiência educacional enriquecedora e para a construção de ambientes inclusivos, promovendo, assim, a participação ativa deste estudante no meio ao qual ele faz parte. Portanto, a adoção de medidas e metodologias facilitam o processo de ensino e aprendizagem, especialmente, da matemática.

Podemos destacar que o ensino da matemática no ensino regular para estudantes com deficiência visual, pode ser enriquecedor e inclusivo, ao fazer uso de materiais táteis, induzir o raciocínio lógico do aluno e levando tecnologias acessíveis, adotando assim abordagens pedagógicas adaptadas para a realidade de cada um. Com isso, o professor consegue contribuir substancialmente no alcance do potencial acadêmico dos seus alunos e no desenvolvimento das habilidades matemáticas com maior facilidade, através da utilização dos materiais adaptados a cada conteúdo e, especificidade, do estudante.

Também destacamos a relação que existe entre as diversas áreas e suas disciplinas, e com isso se completando para que haja uma maior e melhor efetivação dos trabalhos que forem desenvolvidos com materiais facilitadores do processo de ensino e aprendizagem. Destacamos a relação entre as disciplinas de humanidades e a matemática que representam pilares fundamentais no panorama educacional, oferecendo perspectivas distintas e complementares para compreensão do mundo. A interseção entre as diferentes áreas de formação é essencial para uma educação completa, pois combina a apreciação das nuances humanas com a rigorosa capacidade de análise lógica e cálculo numérico, promovendo uma visão holística do conhecimento e do pensamento crítico e, com isso, proporcionando um desenvolvimento amplo do indivíduo.

Diante do exposto acima, neste trabalho, objetivamos apresentar o Soroban como recurso facilitador no ensino e aprendizagem de matemática para estudantes com deficiência visual. Nos próximos itens deste trabalho, descrevemos a metodologia, explicitando a abordagem e o tipo de pesquisa, assim como os instrumentos utilizados para construção do texto. Em seguida, apresenta-se o Soroban e o estudo e análise realizado sobre esse recurso auxiliar para o ensino de matemática.

Aspectos metodológicos

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa com o intuito de apresentar o Soroban como recurso facilitador no ensino e aprendizagem de matemática para estudantes com deficiência visual. Segundo Minayo (2010), este tipo de pesquisa permite a investigação de aspectos complexos e subjetivos dos fenômenos sociais, possibilitando uma compreensão profunda de experiências e perspectivas dos sujeitos envolvidos.

Quanto aos procedimentos adotados na coleta dos dados, esta pesquisa se configura como bibliográfica, pois analisa fontes como artigos científicos, livros, documentos, relatórios e outras fontes e publicações de caráter científico, que por meio desses subsídios, podemos ter um melhor entendimento e nos aprofundamos na compreensão do tema. Gil (2008) ressalta que a pesquisa bibliográfica é essencial para guiar o estudo em contexto teórico, e assim fornecendo bastante informações e uma base sólida para o desenvolvimento da pesquisa.

Como forma de facilitar o ensino de matemática, apresentamos no próximo item deste trabalho, um recurso muito importante para ser utilizado nas aulas: o Soroban.

Conhecendo o Soroban

O Soroban é um instrumento originado do Ábaco, é uma tecnologia assistiva que exerce papel fundamental, e é de suma importância para o ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual na disciplina de matemática, pois através desse instrumento será possível esse discente realizar diversas atividades numéricas, além de fazer com que estimule a concentração, organização e o uso do raciocínio lógico do estudante.

Existem diferentes hipóteses sobre como foi e onde surgiu o Soroban, sendo o Japão o país que mais contribuiu para evolução e divulgação

deste instrumento. No Brasil o Soroban foi difundido a partir de 1908, quando era utilizado por imigrantes japoneses que trouxeram esse instrumento para auxiliar em suas atividades profissionais e pessoais. A partir do ano de 1956 é que o Soroban tem como precursor no Brasil o professor Fukutaro Kato, que era natural de Tóquio, capital do Japão, conhecedor do Soroban e responsável por incansável luta para difundir o Soroban para diversos países e apresentar sua utilidade na educação, como já era reconhecida na política educacional japonesa.

No Brasil, o professor Joaquim Lima de Moraes é reconhecido como o principal pesquisador e divulgador do uso do Soroban como instrumento a auxiliar no processo de ensino e aprendizagem para pessoas cegas. Moraes publicou, em 1948, a primeira edição do seu Manual de Soroban em Braille, como o apoio da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (atualmente Fundação Dorina Nowill para Cegos), com uma tiragem de 120 exemplares também mimeografados (BRASIL, 2009). O seu trabalho não ficou apenas no Brasil, seu trabalho de divulgação foi realizado em diversos países, tais como: Portugal, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Peru, Argentina entre outros, para onde também foram enviadas cópias do manual de utilização junto com Sorobans, mas antes de ser reconhecido, ele sofreu críticas como destaca Farias (2018, p. 78):

Antes de se tornar um instrumento devidamente reconhecido em alguns países, a exemplo dos Estados Unidos, o Soroban sofreu diversas críticas quanto a sua eficácia em decorrência da crescente utilização de calculadoras eletrônicas. Porém, a partir do século XX, o Japão promoveu campeonatos que visavam mostrar a importância do Soroban para o desenvolvimento mental. Em 11 de novembro de 1946 foi realizado o campeonato no teatro Anipail, de Tóquio, onde houve uma disputa entre a máquina de calcular tendo como operador o tenente norte-americano William Wood, e o Soroban teve como operador o senhor Kiyoshi Matsuzaki. O Soroban foi vitorioso na disputa e passou a ser reconhecido pelos americanos,

alcançando uma boa aceitação pelas pessoas cegas na atualidade.

No Brasil o Soroban é reconhecido e passou por algumas adaptações para facilitar no manuseio, o original utilizado no oriente não possui um tecido emborrachado que impede o deslizamento aleatório das contas (bolinhas), no Brasil foi colocado esse tecido para auxiliar as pessoas cegas e com baixa visão em seu manuseio e assim evitar erros nos cálculos.

O Soroban é originado do ábaco e de acordo com o MEC (2002), a palavra tem origem do latim abacus, e esta veio do grego abakos ou abakon que significa superfície plana ou tábua. Em outros países ele recebe outros nomes como: Coreia, Tschu pan; Rússia, Schoty; China, suan pan; no Brasil, assim como no Japão chama-se Soroban.

No Brasil, o Soroban é um aparelho retangular, dividido internamente por uma régua, formando dois retângulos um maior na parte inferior e um menor na parte superior e interligando os retângulos, há eixos, o superior com uma conta (bolinha) cada um, e o inferior com quatro contas cada, conforme a figura a seguir:

A régua entre os retângulos é utilizada para registrar os numerais, e assim como mostra Farias (2018, p. 80).



Figura 1 – Soroban

Fonte: Imagem da internet.

De forma geral a estrutura e funcionamento do Soroban:

As contas do retângulo superior e do retângulo inferior, afastadas da régua, indicam que o Soroban está em zero. Ao aproximar as contas de qualquer dos dois retângulos da régua, estará indicada a escrita de numeral. As contas do retângulo superior têm valor 5 e as do inferior, possuem valor 1 para cada uma delas. A régua registradora tem, de um modo geral, sete classes/pontos se contadas da direita para esquerda, que servem de marco para escrita dos numerais. Partindo-se da direita para a esquerda, em qualquer classe/ponto, cada eixo representa uma ordem. A cada três ordens, temos uma classe.

Para trabalhar com o Soroban existem diferentes técnicas, predominando no Brasil o método baiano, que é a técnica de menor valor relativo e leva esse nome, pois um dos professores que difundiu foi o baiano Joaquim Lima de Moraes.

O professor deve apresentar o Soroban ao estudante com deficiência visual para que ele vá conhecendo e se familiarizando com o mesmo, tocando as hastes e as bolinhas (contas) e gradualmente o professor vai inserindo os conceitos e contas, vai fazer contagens com base dez, vai fazendo cálculos e depois pode apresentar problemas do cotidiano para que o aluno desenvolva com o auxílio do Soroban. É importante que o docente esteja aberto para aprender junto com o aluno, incentivar o trabalho em equipe, reconhecer e acompanhar o desenvolvimento do estudante com deficiência visual.

Pode-se trabalhar diversos conteúdos matemáticos com o Soroban, entre elas, as quatro operações com números naturais, números decimais, a potenciação, utilizar para somas e subtração progressiva, fazendo uso como calculadora, entre tantas outras. Com este recurso didático, podemos estimular o raciocínio lógico, memória, concentração e capacidade de realizar cálculos. Segundo o Ministério da Educação e os parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil Brasil (2009, p. 11),

O uso do Soroban contribui para o desenvolvimento do raciocínio e estimula a criação de habilidades mentais. Permite o registro das operações, que só serão realizadas, com sucesso, caso o operador tenha o domínio e a compreensão do conceito de número e das bases lógicas do sistema de numeração decimal.

Para manusear o Soroban e realizar operações ou representações numéricas é necessário zerar o instrumento, ou seja, inclinamos o aparelho para que as contas deslizem todas para baixo e depois colocamos num plano horizontal. Os movimentos realizados com os dedos devem ser executados corretamente desde o início, para que as operações que se deseje executar não fiquem erradas. Azevedo (2002, p. 5) descreve como fazer:

Usam-se apenas dois dedos, o indicador e o polegar da mão direita (mesmo para canhotos). A mão esquerda deve segurar o Soroban, para que não deslize. O polegar é utilizado apenas para levantar as contas inferiores, como quando se empurra 1, 2, 3 ou 4 contas inferiores. Todos os demais movimentos (retirada de contas inferiores, colocação de contas superiores e sua retirada) são feitos com o indicador. O registro de algarismos que utilizem contas inferiores e superiores (6, 7, 8 e 9) é feita ao mesmo tempo, com polegar e indicador; sua retirada é feita com o indicador apenas, primeiro com as contas inferiores e depois com as superiores.

Aqui trazemos um exemplo para mostrarmos uma adição com o uso do Soroban: $23 + 35 = 58$. Registra-se as parcelas a partir da esquerda do Soroban, com a mão esquerda, na posição correta dos algarismos em relação às ordens, deixando uma classe vazia entre as parcelas. Assim, registre-se a primeira parcela (23) na sétima classe e a segunda parcela (35) na quinta classe. A primeira parcela é repetida na primeira classe. O indicador direito lerá a primeira parcela, registrada na primeira classe,

sempre da direita para a esquerda e registrara o resultado da soma (58) na primeira classe. A medida em que os algarismos vão sendo somados, as unidades vão sendo alteradas em cada ordem, obtendo-se assim o resultado $3+5=8$ na primeira ordem da primeira classe e $2+3=5$ na segunda ordem da primeira classe, o resultado 58 fica registrado na primeira classe.

Portanto, através deste exemplo percebemos o quanto o Soroban é essencial para o desenvolvimento do estudante com deficiência visual, e investir na implementação do Soroban como mais um recurso pedagógico representa um avanço significativo no processo de inclusão educacional desse discente.

Considerações finais

Nas considerações finais deste trabalho, destacamos que, no que concerne ao processo de ensino e aprendizagem matemática, a efetiva inclusão escolar requer do professor a adoção de abordagens pedagógicas flexíveis e diferenciadas, para que estas possam ser adequadas à realidade do estudante, verificando seus potenciais e suas barreiras, para que estas sejam transpostas, e assim, pôr em prática métodos como o ensino colaborativo, tecnologias assistivas, áudios descritores, o uso de representações táteis, adaptação de avaliações, entre outros, que são essenciais para que o estudante com deficiência visual possa participar ativamente das aulas de matemática e desenvolver suas habilidades.

Assim, o Soroban tem se destacado como uma ferramenta pedagógica eficaz para os estudantes com deficiência visual nas aulas de matemática. Pois, além de um recurso inclusivo para discentes cegos ou com baixa visão, por permitir a manipulação através de uma abordagem tátil e concreta, ainda promove a autonomia e a confiança dos estudantes nas aulas de matemática, trazendo o desenvolvimento de habilidades de cálculo, de raciocínio lógico, resolução de problemas e a melhora no processo de aprendizagem.

Outro ponto é a independência proporcionada pelo Soroban ao estudante com deficiência visual, quando este passa a dominar essa ferramenta, sem a necessidade constante do mediador. Isso enriquece a confiança no desenvolvimento de suas habilidades e fortalece a autoestima do discente com deficiência, promovendo uma sala de aula mais

inclusiva, quando este se sente parte do ambiente ao qual está inserido, ao participar com o auxílio do Soroban, das atividades propostas pelo professor.

Portanto, este estudo mostra as necessidades e as barreiras enfrentadas pelo estudante com deficiência visual e traz no Soroban uma estratégia pedagógica promissora e inclusiva nas aulas de matemática. Ao proporcionar uma abordagem tátil e concreta, este potencializa o aprendizado do discente, promovendo um desenvolvimento amplo de habilidades, a autonomia e a confiança que serão essenciais para sua formação acadêmica e pessoal. E aqui reforçamos o potencial de continuidade desta e de outras pesquisas que mostram a importância de, cada vez mais, inserir nas aulas de matemática instrumentos como o Soroban, que possam promover um ambiente mais inclusivo e, assim, dirimir os obstáculos e as dificuldades enfrentadas por estes estudantes e gerar impactos positivos na integração destes na sociedade.

Referências

AZEVEDO, O. C. S. de. **Operações Matemáticas com o Soroban (Ábaco Japonês)**. Distrito Federal, n. 46, 2002.

BRASIL. **Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2009. 1ª edição. 284p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Soroban: Manual de Técnicas Operatórias para Pessoas com Deficiência Visual**. In Mota, [et al.]. Secretaria de educação Especial – Brasília: SEESP, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

CAIADO, K. R. M. **Aluno com deficiência visual na escola: Lembreanças e Depoimentos**. 3º edição. Campinas-SP: Autores Associados, 2014.

FARIAS, A. Q. de. **Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado: Programa de FORMA/ AÇÃO docente na área da deficiência visual** / Adenize Queiroz de Farias. UFPB – João Pessoa, 2018.

Gil, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo, 2008.

MASINI, E. F. S. (Organizadora). **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor Editora, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Portaria nº 657, de 7 de março de 2002. **Adota diretrizes e normas para o ensino do Soroban**. Brasília, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Hucitec, 2010.

SOUSA, I. V. de (Org.). **Educação Inclusiva no Brasil História, Gestão e Políticas**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019.

CAPÍTULO 7

REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA HISTÓRIA DE MARGARIDA MARIA ALVES A PARTIR DO ESQUECIMENTO, APAGAMENTO E SILENCIAMENTO EM ALAGOA GRANDE - PB

Sabrina Araújo Sobral Lima

Introdução: contextualizar a pesquisa e o tema do trabalho

Estudar Margarida Maria Alves constitui, enquanto experiência pessoal de trajetória e pesquisa, a formação de uma colcha de retalhos recheada de história, questionamentos e jornadas de busca por informações diversas. Sendo este artigo uma apresentação de resultados posteriores à exposição dessa colcha de retalhos que a autora busca construir, o evento “Dialogando com Humanidades 2023: diálogos entre as Ciências, a Diversidade e Democracia no Brasil do Século XXI”, realizado no IFPB – Campus Campina Grande remete tanto uma oportunidade de discussão desta temática, quanto um espaço propício para a troca de experiências do fazer científico no geral.

Para fins de apresentação, falo de Margarida Maria Alves, mulher preta, pobre, mãe, trabalhadora da terra e líder sindical, natural de Alagoa Grande-PB, cidade na qual a autora também cresceu. A trajetória de Margarida é marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais através da presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande durante 10 anos. Com uma determinação que impressionou muitos, Margarida discursava abertamente sobre as injustiças cometidas pelos donos de engenho com seus trabalhadores. Falava da importância dos camponeses em saberem seus direitos e de lutar pela garantia dos

mesmos, de terem jornadas de trabalho justas, de acesso à educação, à moradia, às férias remuneradas, de não passarem fome. Margarida sofreu inúmeras ameaças resultantes desses discursos, bem como pela atuação mobilizadora que garantiu diversas vitórias para o movimento. Não se calou diante das ameaças e teve a morte encomendada, resultando em um brutal assassinato na frente de sua casa, em 12 de agosto de 1983.

Esta temática provocou desde meados da graduação questionamentos e reflexões envolvendo a história local e a preservação da memória de figuras consideradas importantes. Como resultado, trato, nos tópicos que seguem o desenrolar do texto, primeiramente o panorama que contextualiza o trabalho realizado e apresentado no referido evento, situado na área de Ciências Sociais, para fins da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Lugares de história, lugares de memória, lugares de luta: a construção social da história de Margarida Maria Alves sob efeitos de apagamento, esquecimento e silenciamento em Alagoa Grande – PB”, defendido e aprovado em dezembro de 2023 pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O formato de texto apresentado no instituto federal, na atividade de sessões de comunicação oral, contou com um resumo submetido à organização do evento, e a apresentação oral e presencial da autora, conforme previsto na programação.

A temática proposta incluiu leituras diversas e interdisciplinares, principalmente entre as áreas de antropologia, sociologia, história, educação, estudos rurais e de gênero, movimentos sindicais e estudos agrários, com discussões relacionadas a direitos humanos, marcha das Margaridas, práticas educativas, educação patrimonial, entre outros.

Tais leituras promovem o resgate da atuação de Margarida em defesa dos trabalhadores rurais no contexto da Ditadura Militar do Brasil, buscando analisar as circunstâncias sociais mais complexas que permitiram o crime político e o fim da luta de Margarida em vida. Por outro lado, sua herança de luta não findou e ainda se mantém através das pessoas que são inspiradas pela sua coragem e determinação – a exemplo dos diversos movimentos sociais que atuam e levam seu nome e seu legado, como o MST e a Marcha das Margaridas.

Algumas questões norteadoras do trabalho são: qual a importância de Margarida atualmente? Em contraste, qual a importância de sua

figura no contexto local de Alagoa Grande? Por que não tratam de Margarida em Alagoa Grande com a importância que os movimentos sociais criados em sua homenagem a tratam? Como estamos pensando e valorizando a história local dos nossos municípios? Como construir um tema com discussões pouco desenvolvidas, pouco claras?

Diante de questões relacionadas à violência que são muitas vezes banalizadas, colocadas para debaixo do tapete, e são silenciadas pelas mais diversas razões, a luta de Margarida é colocada sob a ótica da antropologia, e utilizada também para a análise da imagem e papel do Museu Casa Margarida Maria Alves que existe na cidade, incluindo a infraestrutura, lógicas de funcionamento e como a população vive tal lugar.

Lutas por terra, direitos trabalhistas, denúncias aos abusos dos senhores donos de terras e latifundiários do estado da Paraíba, símbolo do patrimônio histórico e cultural são alguns dos elementos que fazem o nome de Margarida ser reconhecido país afora. O presente trabalho é constituído tanto a partir de uma ligação pessoal com o tema, quanto a um propósito de buscar entender os possíveis motivos políticos e/ou discursivos que geram uma falta de visibilidade do legado da história de Margarida Alves na cidade onde ela pertenceu e, num contexto mais geral, destaca-se a importância do conhecimento, da vivência e da valorização das histórias locais.

Este tópico introdutório abarca, portanto, o contexto de produção da pesquisa que se encontrava em andamento à época, bem como os resultados parciais encontrados na análise de todo o material coletado e bibliografia estudada, que foram apresentados e discutidos juntamente aos demais autores apresentadores, mediadores e espectadores presentes na ocasião da sessão de comunicação oral. A materialização dessa exposição, contando com o feedback do professor mediador, juntamente com os comentários feitos pelas pessoas presentes, marca um momento e uma oportunidade para uma estudante de graduação que, ao realizar uma pesquisa, coloca-se enquanto pesquisadora, dispondo de um conhecimento que pretende ser levado adiante, desenvolvido, revisto e melhorado.

No tópico seguinte, busco explorar a experiência de participação do evento, incluindo a perspectiva de convite a submeter o resumo do trabalho de TCC para as apresentações do Dialogando com Humanidades,

graças à presença temporária no Instituto Federal através de um estágio supervisionado de ensino, que une a instância da universidade com as instituições de ensino, e proporciona aos alunos de cursos de Licenciatura o contato inicial com a docência e o ambiente escolar.

No terceiro e último tópico, discuto o principal resultado do resumo submetido e sucedido: o trabalho de conclusão de curso (TCC), com destaque para as questões apresentadas brevemente na ocasião do evento, aqui situadas de forma mais extensiva, apesar de resumida em relação ao trabalho defendido no final da graduação. Além disso, é imprescindível mencionar um dos objetivos dessa discussão, que é a expansão dos resultados encontrados com a pesquisa e as necessidades que se apresentam nesse campo de estudo. Fica registrado, assim, o intuito de contribuir para a área das humanidades que estudam tanto a trajetória de indivíduos considerados importantes seja historicamente, socialmente, politicamente, antropológicamente etc. – como Margarida Alves – quanto os fenômenos sociais que caracterizam e condicionam a memória, a construção da história local e do patrimônio.

Enfim, uma inquietação compartilhada na vivência do estágio supervisionado e pertinente de levar adiante, principalmente no que se refere às produções que surgem do Dialogando com Humanidades, refere-se os IFs. Sua organização inclui não só o ensino básico e profissionalizante, mas também a presença e a necessidade das humanidades nesse meio mais técnico, devendo ser incentivado cada vez mais, elevando debates que inspiram as contribuições que as áreas que estudam o âmbito social podem trazer. Apresenta-se, assim, a possibilidade de um desafio e uma oportunidade que traz novas perspectivas a um ensino público que já possui qualidade e diversidade.

A experiência do Dialogando com Humanidades: entre a universidade e o instituto federal

Vindo de um Ensino Médio cursado no IFPB - Campus Campina Grande, estabeleci o desejo e o objetivo de experienciar o estágio obrigatório supervisionado - componente curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFCG - na mesma instituição, podendo então observar e apreender a realidade escolar por uma outra ótica, enfrentando diferentes desafios, e buscando com isso enriquecer tanto o

âmbito de pesquisa em Ciências Sociais, quanto o trabalho de docência em Sociologia. Este mesmo espaço também permitiu a apresentação da temática de meu trabalho de conclusão da graduação.

A partir deste cenário, bem como de conversas com o professor Marcelo Araújo, docente da disciplina de Sociologia na instituição e supervisor do estágio, surgiu a ocasião de apresentar minhas considerações sobre a história de Margarida Maria Alves num enfoque antropológico, com reflexões acerca de memória e história locais. A disseminação dessa discussão é entendida como algo necessário e constante, visto que uma das maiores dificuldades encontradas na pesquisa foi a falta de produções que tratam de Margarida em seu contexto local, de origem, pensando tal história como uma construção social que sofre diversas transformações e é perpassada por disputas de poder, diferentes discursos e expressões.

Falar sobre a trajetória que resultou na participação do evento é também contar o caminho percorrido até a decisão de estudar Margarida Alves como um todo, pois isto constitui parte importante e fundadora do meu trabalho e apresentação. Durante a graduação, nutri uma curiosidade crescente sobre a história de Margarida e a história da cidade de Alagoa Grande, resultando na elaboração de vários trabalhos relacionados a essa temática, a exemplo de como a educação reproduz e incentiva (ou não) a história local, como o patrimônio dos museus é visto e vivido pelas pessoas da cidade, como a memória e a história se relacionam, se produzem e reproduzem, sempre ligando tais elementos à figura de Margarida e sua luta em prol dos direitos dos trabalhadores.

Por ter crescido na cidade e me reconhecer enquanto pertencente a ela, o envolvimento pessoal com o tema é parte da motivação e da inspiração que Margarida provoca; além disso, a percepção do pouco que eu sabia tanto sobre a história local quanto sobre Margarida Alves alimentou a busca por escritos que pudessem preencher essa lacuna e refletir sobre questões que me eram próximas e até familiares, mas não necessariamente conhecidas em profundidade, tratadas de forma mais crítica ou até mesmo baseadas em conhecimento de base científica.

Em contraste com a descoberta da notabilidade da história local e da comoção que a figura da líder causou nacional e internacionalmente ao

ser brutalmente assassinada, a partir da vivência nos espaços da cidade e da realização da pesquisa, destaca-se um movimento de não valorizar essa figura através de um desconhecimento, apagamento e silenciamento da história e da importância da líder sindical. Seu legado vivo e compartilhado em diversos outros âmbitos, mas não na cidade em que ela nasceu e morreu, confere a principal hipótese explorada durante todo o trabalho de conclusão (TCC), apresentando os indícios observados e propostos para embasar tal afirmação.

Uma das perguntas norteadoras se refere a pensar a história local das cidades, como são contadas, reproduzidas e ensinadas, colocando a construção social da figura de Margarida em Alagoa Grande enquanto um exemplo e um caso que pode elucidar tais questões. A procura pelos espaços, pelas instâncias e os discursos implícitos e explícitos sobre tal história que envolve violência, lutas e desigualdades se mostrou difícil e repleta de obstáculos, pois as análises e interpretações foram realizadas mais com observações e inquietações recebidas de forma indireta do que por informações diretas e abertamente expressas, ou até mesmo por uma bibliografia que questionasse os motivos pelos quais Alagoa Grande parece não valorizar a figura de Margarida Alves.

Sendo assim, a temática de estudo foi fruto de uma série de apanhados desde meados da graduação, uma verdadeira colcha de retalhos repleta de lacunas a serem preenchidas, mas principalmente dessa experiência de releitura tardia de uma história que não é vivida de forma facilmente reconhecível nos espaços da cidade. Em todo o processo de definição e delimitação do objeto de pesquisa, as leituras feitas se mostraram fragmentadas e de difícil acesso, sendo este um dos principais desafios que foi e ainda é necessário tentar superar.

Para incentivar um debate a partir da apresentação do resumo do TCC que na época estava ainda sendo finalizado, busquei ressaltar em minha fala aspectos que o público pudesse conhecer e/ou se identificar, além de apresentar de forma breve, antes de tudo, quem foi Margarida Alves, sua relevância, e os motivos que me levaram a tratar dessa temática em específico. No que tange os resultados parciais até então encontrados na pesquisa, elenquei-os em forma de permanentes inquietações, com o objetivo de colocar a necessidade de mais estudos e pesquisas que questionem e investiguem o imaginário alagoagrandense

e o silêncio encontrado quando se fala de Margarida, seu legado, sua história e como estes sobrevivem atualmente.

Dentre os resultados, estão a falta de textos e pesquisas acadêmicas que tratam de Margarida, bem como a dificuldade para encontrar os que existem; indícios locais que expressam um apagamento, um esquecimento e até desconhecimento da figura de Margarida na cidade de Alagoa Grande, tanto na esfera do poder público quanto no cotidiano dos cidadãos; a estrutura e o funcionamento do museu-casa de Margarida, o que há nele e impressões tidas a partir de visitas ao local; e a discussão teórica proveniente tanto da interdisciplinaridade do tema, quanto da necessidade de analisar a bibliografia disponível e relacionada à temática para a construção da pesquisa, pensando não só a trajetória de Margarida e como os cidadãos enxergam sua história na cidade, mas também o processo de formação de figuras consideradas importantes em contextos locais, como as histórias são contadas e como se estabelece a vida cultural, incluindo, por exemplo, atividades de turismo e outras formas de manutenção de tais elementos culturais e históricos.

Outro aspecto explorado na apresentação refere-se ao museu Casa Margarida Maria Alves, localizado em Alagoa Grande, que é um espaço de homenagem à líder na cidade. Tendo em vista os incômodos e os questionamentos que geraram a discussão da importância de Margarida, a análise de iniciativas locais que levam seu nome e suas heranças colocam esse museu como meio possível de compreender como a história é contada e as narrativas contidas na distribuição dos objetos diversos do museu, além de buscar aprofundar nas origens da falta de memórias e valorização da figura de Margarida percebidas na cidade como um todo.

As discussões e comentários resultantes dessa exposição referem-se à pauta de tratar das histórias locais, da diversidade de imaginários sociais e de memória relacionadas às figuras importantes que marcam lugares, gerações e atividades culturais. Consequentemente, o movimento de evidenciar tais fenômenos coloca questionamentos que envolvem observar como diferentes contextos tratam suas figuras e sua história, de forma que as pessoas que se identificam enquanto pertencentes aos lugares - mas não só elas - possam conhecer ou não, vivenciar ou não,

valorizar ou não, a história do lugar e as iniciativas diversas que contam narrativas e constroem percepções a partir disso.

Resultados da apresentação: o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Margarida, presente!

Enquanto contrerrânea, mulher feminista e cientista social inspirada por Margarida, o processo de construção do tema se deu concomitantemente às buscas pelos fragmentos de sua história e descobertas da sua importância mantida viva, Brasil afora.

Tendo origens familiares marcadas por influências e referências majoritariamente femininas, Margarida passou a significar um símbolo de representação tanto em nível pessoal quanto marco de uma memória coletiva, pois seu nome está gravado nas lutas que combatem a violência contra mulheres do campo, reivindicando direitos, denunciando injustiças, inspirando movimentos. Além disso, “ela incorpora um símbolo público inspirador na luta por direitos, sendo uma mulher, um corpo, uma voz cuja história de vida se apresentou excepcional num contexto adverso, patriarcal, elitizado e repressivo” (LIMA, 2023, p.13).

Os princípios metodológicos utilizados foram vários, num processo que contou com a imposição natural de limites de pesquisa e de tempo para serem realizados, sendo buscadas e aplicadas várias adaptações e alternativas para cumprir o propósito do trabalho. Ao desenvolvimento do tema e da pesquisa, a potência maior que permitiu a investigação se refere à reflexividade e à perspectiva crítica ao lidar com fontes bibliográficas diversas, cenários e interlocutores diferentes, bem como variadas interpretações que podem explicar esse pacto do silêncio sobre a figura de Margarida em Alagoa Grande.

Neste desafio de tentar entender como a história da líder é contada ou não, estão inclusas inserções pontuais de pesquisa no cotidiano dos alagoagrandenses e uma extensiva revisão bibliográfica com um levantamento de produções ligadas a Margarida e a aspectos históricos, políticos, econômicos e patrimoniais que permeiam o tema - a exemplo da história de Alagoa Grande, lutas sindicais no Nordeste, museus e educação patrimonial. O estudo dessa bibliografia serviu não só de aporte metodológico, como também para perscrutar a história por trás do tema.

Apesar de a pesquisa ter uma inspiração de caráter etnográfico, essa gama de ferramentas utilizadas demonstra a adaptação às dificuldades encontradas na entrada ao campo - entre outros, a falta de abordagens sobre Margarida no seu contexto de origem e a dificuldade de compreender o que as pessoas da cidade pensam sobre isso -, e na ligação com o escopo teórico explorado, o qual se aproxima de diferentes tradições da antropologia, sociologia e história, a fim de produzir uma investigação sobre uma figura importante, com uma trajetória impressionante, debruçando-se no seu contexto social que reverbera na história, na educação e no patrimônio locais:

Pensar e procurar tratar da valorização do patrimônio dessa pessoa, sua história e trajetória, assim como os silêncios que marcam a memória local envolve o incentivo à cidadania e à democracia, à valorização da cultura, bem como as formas nas quais enquanto sociedade se pensa a memória e a história, e como isso se passa adiante num mundo cada vez mais rápido e conectado. A antropologia surge, então, como um reivindicar do explorar e detalhar questões que nos perpassam, que nos são impostas sem devidas explicações, e de tudo aquilo que acreditamos não poder aceitar (LIMA, 2023 p.17).

Já tendo explicitado o processo de formação da pesquisa e sua contextualização, destaca-se a seguir os aspectos abordados no resto da monografia, composta por três capítulos que pretendem apresentar e dialogar entre a ordem e as fases da pesquisa. Isso se justifica porque:

A proposição dessa estratégia de narrativa nos permite, de maneira construtiva, explicitar a trajetória da pesquisa (percurso, efeitos e desdobramentos), corporificar as conexões entre os capítulos, entender os dados obtidos, e expor as dificuldades encontradas no caminho, que não parecem existir ao acaso (LIMA, 2023, p.20).

As categorias de pensamento da história, da antropologia e da política que leva o nome da sindicalista para os movimentos sociais nacionais constituem a base da proposta de hipótese de um ciclo operante em Alagoa Grande, que faz perceber, ao mesmo tempo, o desconhecimento (ou apagamento) de sua história, um esquecimento das heranças deixadas por ela, e um silenciamento de uma voz que trouxe à tona injustiças e desigualdades, além de dar corpo a movimentos de luta por causas políticas, econômicas e sociais.

Se tratando sobre o desconhecimento da história de Margarida, é importante esclarecer que o intuito da pesquisa não é de reescrever ou recontar sua história de vida e de luta, ou tampouco de pensá-la apenas na dimensão local de sua cidade natal. A atenção consciente e gradativamente direcionada a conhecer e aprofundar reflexões sobre a história da líder e de assuntos não abordados é condicionada por desconfortos, pelo dar de cara com a parede diante das informações fragmentadas todas as vezes que elaborei trabalhos inspirados por temáticas relacionadas a ela.⁹

Ao não crescer ouvindo falar da história de Margarida nem em ambientes familiares, escolares ou públicos, pude indagar: cadê Margarida em Alagoa Grande? Como posso ter acesso a sua história? O que os trabalhos encontrados dizem sobre ela? O que posso tirar dessas discussões?

A bibliografia discutida está centrada na história da cidade, seu processo de formação e transformações, e também na trajetória que espelha e cerca a ascensão de Margarida enquanto líder sindicalista. Os trabalhos acadêmicos incluem autores como Ana Paula Romão (2010; 2017), Sebastião Barbosa (1984) e Gercimária Silva (2019), os quais retomam, respectivamente, uma trajetória político-educativa da sindicalista, uma biografia-reportagem da vida de Margarida, e um projeto de educação patrimonial no museu Casa Margarida Maria Alves. Os objetivos desses autores oferecem várias informações e formas de tratar Margarida, mas se diferenciam do que é proposto na pesquisa, que é a relação entre a figura e o contexto local que a produziu. Porém, os elementos colocados

9 Os trabalhos produzidos para avaliações em disciplinas durante toda a graduação, bem como os enfoques e recortes explorados são esmiuçados e desenvolvidos ao longo do TCC.

pelos autores se encontram representados no cenário social analisado: o silêncio que não tematiza a história.

As narrativas que pautam a história e seus processos são contadas, mas muitas vezes não refletidas. Sobre a história de Alagoa Grande, constrói-se um perfil genérico do município, sem perspectivas críticas e analíticas das mudanças ocorridas e das percepções das pessoas diante disso, percepções essas que tanto interessam a antropologia e a sociologia.

Como parte igualmente importante da história da cidade, Jackson do Pandeiro, artista cuja origem também é Alagoa Grande e ainda anterior à Margarida, conforma outra figura histórica e patrimonial pouco vivenciada e valorizada pelos alagoagrandenses - ainda que de formas diferentes e desiguais -, e serve de referência comparativa às evidências e dados coletados nas visitas aos museus da cidade, e de como as pessoas parecem enxergar essas heranças. Assim surge a aposta que os museus poderiam ser os locais onde a história pode ser melhor contada, oferecendo os elementos de compreensão da realidade em foco. Portanto,

Partimos do pressuposto que os variados grupos humanos atribuem valor aos elementos, naturais ou não, que marcam o tempo e o espaço dos territórios e das práticas sociais que ali se desenvolvem. Tais ações alimentam a organização, a coletividade, a identidade comum do grupo. Através dessas narrativas que são festejadas, reproduzidas, temos o envolvimento de sentimentos, relações e colaborações entre os membros do grupo social (LIMA, 2023, p.41).

Por outro lado, a descrição dos museus reforça a importância de refletir e falar sobre Margarida, de valorizar o patrimônio, de lidar com os silêncios que marcam a história local, e uma possibilidade do que de material e palpável poderia ser explorado sobre as figuras da cidade e como lidam com ela. O apagamento da existência desses lugares de homenagem e de seu papel encontram, nas reflexões antropológicas construídas, a forma de evidenciar a falta de aprofundamento nas questões que rodeiam a trajetória de Margarida, a saber: questões políticas,

econômicas, de gênero, classe, raça, e a tendência de violências seculares ainda presentes no cenário brasileiro.

A partir de considerações feitas por Arantes (2012) acerca das práticas que conferem simbologia social e que marcam a história, aponta-se que “do esforço de contar a história de um lugar até o museu que preserva a memória de pessoas, objetos e épocas passadas, estão envolvidos uma série de processos formais, coesão narrativa histórica, e de práticas exequíveis de preservação” (LIMA, 2023, p.42). Discute-se a partir disso as condições de introdução, permanência ou obsolescência do patrimônio, sempre passível de mudanças, ressignificações, substituições, envelhecimento, etc.

O museu, por sua vez, faz parte das dinâmicas culturais, políticas, institucionais e sociais, sendo mediado por sistemas simbólicos, disputas ideológicas e de poder, seja entre elites/popular, ou entre diferentes discursos sobre a preservação do patrimônio, da memória coletiva e das diferentes formas de conhecimento (Nascimento Júnior, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n°. 31, 2005).

O apagamento da história e a ligação aqui proposta com o patrimônio, no contexto de Margarida Alves em Alagoa Grande, faz emergir considerações sobre os fundamentos e possíveis dinâmicas dessa realidade, que é, como já afirmado, construída socialmente:

Enquanto cientista social, se aprende que a história é fruto de disputas de narrativas, e de escolhas sobre o que pode ser dito, lembrado, reproduzido e valorizado. Parece que, na realidade social estudada aqui, precisamos continuar reivindicando e criticando a recorrente tendência de não considerar as histórias locais importantes, levando as políticas patrimoniais a serem mal pensadas e ao não cumprimento do papel esperado de aproximar os grupos e as heranças deixadas pelos fenômenos sociais e figuras formadoras dos lugares, seja através de uma biblioteca, de um museu, de uma escola, da história oral, ou da própria comunidade (LIMA, 2023, p.45).

Existem múltiplas hipóteses para esse apagamento da história, e para a situação de silenciamento das questões que envolvem as disputas de poder que Margarida foi vítima. A pouca vivência e presença da população local evidenciada nas visitas aos museus demonstra o escasso acesso à história e a pouca valorização do patrimônio. Não obstante, a violência que permeia a figura histórica e a impunidade do crime são alguns indicativos dos motivos que podem condicionar a cidade a não falar sobre Margarida.

Trabalhar com as categorias de história, memória e educação conferem uma forma mais suave e cuidadosa de abordar um tema marcado pela violência. Porém, elas são, ao menos parcialmente, resultados dessa violência, sendo tão sintomáticas e expressivas quanto ela. Entretanto, os princípios de esquecimento, apagamento e silenciamento não englobam apenas essas categorias, pois:

Certa ignorância perante sua história - já apontada no início como primeiro vestígio pessoal das hipóteses colocadas e como motivação para ir atrás de possíveis respostas -, a falta de pesquisas sérias que reflitam criticamente a narrativa histórica fragmentada que produzem o apagamento de uma rica trajetória local, se juntam à naturalização do silenciamento de questões importantes e formam uma relação íntima que invisibiliza não só Margarida e não só Jackson, mas também qualquer consideração ou análise do que poderia ser considerado relevante para as pessoas de Alagoa Grande em relação à sua própria história (LIMA, 2023, p.67).

Margarida em Alagoa Grande parece configurar uma memória que não pode sair do escuro graças também à violência que não pode ser denunciada e tematizada. Discute-se, como resultado, perspectivas de construção e de disputas da memória em sociedade, com base em Michael Pollak (1989), colocando a ideia de um passado que não é falado como uma maneira de lidar com a memória. Ou seja, remete a uma ordem social estabelecida em que a violência ainda encontra formas

de se manter, reduzindo Margarida a uma figura subalterna em Alagoa Grande que não deve ser abertamente colocada em evidência.

O silenciamento percebido e explicitado parece ter raízes nas categorias de violência política e feminicídio político, conceitos que buscam situar a violência direcionada às mulheres em diferentes instâncias e as bases estruturais que reproduzem e naturalizam tais fenômenos. Com isso, não se objetiva uma análise anacrônica da época, mas sim propor que Margarida, figura marcada para morrer por sua atuação em prol dos direitos dos trabalhadores, vêm novamente à tona quando lembramos do caso Marielle Franco, cujo caso possui várias semelhanças com o que aconteceu com Margarida, 35 anos antes.

Falamos de duas mulheres pobres, pretas, de regiões periféricas, inseridas em movimentos sociais, que tiveram sua morte encomendada e a impunidade judicial garantida. A violência simbólica implícita nesse silenciamento tem raízes no pensamento social colonial, envolvendo os poderes econômico e político como forma de impunidade por crimes que garantem a manutenção do status quo e de estruturas opressoras e hierarquizadas.

Com os museus, os espaços da memória e da história foram analisados num sentido que, no cenário alagoagrandense, reforça a hipótese defendida de uma história dividida, esquecida e mal contada. Não em qualquer momento, não em qualquer lugar, as pessoas falam de Margarida Alves em Alagoa Grande. O aprofundamento das ideias expostas, assim como o desafio de tentar compreender a construção da história a partir do que os alagoagrandenses podem pensar e falar sobre Margarida, se coloca enquanto continuidade necessária, latente, e a ser continuada.

Contra a simplificação da história e por uma consciência crítica da mesma, a tentativa de abertura para o não dito e a proposição deste estudo situado buscam ser colocados como instrumentos para pensar as histórias locais, as narrativas e fenômenos sociais considerados em sua trajetória, incoerência e confusão. Além disso, legitimar a produção de um conhecimento menos concentrado nas áreas urbanas mais povoadas e desenvolvidas, a iniciativa de pesquisadores que tenham o desejo de voltar olhares desnaturalizados para suas origens, são também projeções colocadas como resultado dessa discussão.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

ARANTES, Antônio Augusto. “Patrimônio cultural” in: Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. LIMA, Antônio Carlos de Souza (coord.). Brasília: Nova Letra, 2012. p. 110.121.

BARBOSA, Sebastião. A mão armada do latifundiário: quantos ainda morrerão? João Pessoa: A União Cia. Editora, 1984.

CLIFFORD, James. “Museologia e Contra-História: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos” in: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação). UFPB, 2009.

_____. Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

FREIRE, José Avelar. Alagoa Grande: sua história de 1625 a 2000. João Pessoa: A União, 2002.

GARCIA JR., Afrânio. O sul: o caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília,

Editora Marco Zero/MCT-CNPq, 1989.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia Moderna” in: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo S. “O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

JÚNIOR, José do Nascimento. “Apresentação” in: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n°. 31, Rio de Janeiro, Instituto Patrimônio Artístico Histórico Nacional, 2005.

LIMA, Sabrina Araújo Sobral. *Lugares de história, lugares de memória, lugares de luta: a construção social da história de Margarida Maria Alves sob efeitos de apagamento, esquecimento e silenciamento em Alagoa Grande – PB. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais)*. UFCG, Campina Grande, 2023.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio” in: *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

_____. “Memória e identidade social” in: *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

_____. “A questão do indizível” in: *Webmosaica: Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v.2, n.1 (jan.-jun.). Porto Alegre, Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, 2010.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SILVA, Gercimária Sales da. *Educação Patrimonial: Ação Educativa no museu Casa Margarida Maria Alves - Alagoa Grande/PB*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Formação de

Professores), UEPB, Campina Grande, 2019.

RIBEIRO, Genes Duarte. “Alagoa Grande-PB: Uma cidade de jeito (quase) brejeiro”. in: SOUZA, José Clarindo (Org.). História dos Municípios Paraibanos, volume III. Campina Grande: EDUFPG, 2013. p.15-27.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CAPÍTULO 8

QUAL O LUGAR DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO?¹⁰

Antonio Josinaldo Soares Silva

1. Introdução

Nas últimas décadas, às questões ambientais se tornaram uma das temáticas mais estudadas e de interesse dentro das ciências humanas, pela relevância em que se apresentam na atualidade. Isso em decorrência, principalmente, de eventos ambientais globais extremos, provocados pela intervenção do homem na natureza. Como por exemplo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 2023 foi o ano mais quente da história desde o início dos registros em 1894 e esse fenômeno do aquecimento global é indício de um futuro catastrófico caso a humanidade não intervenha de forma imediata.

A sociologia ambiental é o campo científico dentro da Sociologia que cuida dos estudos da relação sociedade/natureza e consequentemente da ocorrência de eventos socioambientais. Essa área de estudo vem se configurando como uma das ramificações mais promissoras do campo sociológico, especialmente, em virtude do conflito homem/meio ambiente e os resultados catastróficos dessa relação. Disto isto, torna-se importante a observação do tratamento das questões socioambientais nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, visto

10 Texto inspirado na dissertação de mestrado, **Sociologia ambiental e ensino de Sociologia**: uma análise dos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12921>.

que, é o material didático legitimado e disponibilizado para as escolas de Ensino Médio pelo Ministério da Educação (MEC) e uma espécie de parâmetro do currículo que é ministrado em sala de aula.

Nessa perspectiva, o trabalho objetiva, de forma preliminar, observar a presença/ausência do tema sociologia ambiental nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio. Dessa forma, a pesquisa se apropria da análise conteúdo de Bardin (2009), buscando observar se os programas de ensino dos livros didáticos propõem explicitamente conteúdo relacionado à sociologia ambiental. Para tanto, o texto se concentrou nos cinco livros didáticos aprovados pelo PNLD de 2018¹¹: Tempos modernos, tempos de sociologia (Editora do Brasil); Sociologia hoje (Editora Ática); Sociologia para jovens do século XXI (Editora Imperial: Novo Milênio); Sociologia (Editora Scipione); Sociologia em movimento (Editora Moderna).

O trabalho faz breves considerações acerca do arcabouço teórico da sociologia ambiental e a importância desse campo científico para o entendimento de fenômenos socioambientais na atualidade. Ainda procura apontar a presença/ausência dessa ramificação específica da Sociologia nos livros didáticos dessa área do conhecimento. E por fim, traz considerações a partir de uma análise preliminar do objeto de pesquisa.

2. Breves considerações acerca da sociologia ambiental: arcabouço teórico e sua importância no contexto atual

A sociologia ambiental é considerada um campo científico novo dentro da Ciência social. A sua formação e consolidação nessa área do conhecimento se impõem pela necessidade da constituição de uma ramificação específica para cuidar das questões ambientais e as demandas geradas da relação conflituosa sociedade/natureza. De acordo com Lenzi (2006), a discussão em torno da sociologia ecológica se iniciou com os autores americanos Catton e Dunlap, na década de 1970, no sentido da construção de uma identidade e um arcabouço teórico para essa disciplina.

No seu percurso histórico, a sociologia ambiental, ganha corpo teórico e torna-se um campo científico importante nos estudos socioambientais. Nesse sentido,

11 O PNLD de 2018 foi o último a seguir a formatação de produção dos livros didáticos para cada disciplina. Já o PNLD de 2021, os livros didáticos são elaborados por área do conhecimento.

Os conceitos de Modernização Ecológica, de Desenvolvimento Sustentável e os trabalhos de Anthony Giddens e Ulrich Beck (Sociedade de Risco) costumam ser associados a esse redirecionamento da sociologia ambiental. (...) essas três perspectivas são consideradas vitais para a ecologização da Sociologia nos últimos anos. (LENZI, 2006 apud SILVA, 2020, p. 49).

Além das perspectivas teóricas mencionadas na citação acima dentro da Ciência social ambiental, “juntando-se a elas, podemos acrescentar a abordagem dos conflitos ambientais que têm se destacado no Brasil e se tornado promissora nos estudos sobre as questões desse caráter”. (SILVA, 2020, p. 49). Portanto, o campo de atuação da sociologia ambiental se relaciona de forma efetiva com os conceitos de Modernização Ecológica, Desenvolvimento Sustentável, Sociedade de Risco e Conflitos Ambientais. Além destes, o corpo teórico dessa vertente sociológica contempla os conceitos de racismo ambiental, injustiça ambiental e outros que surgem da relação complexa entre homem/natureza.

De forma breve, destacamos os conceitos mencionados no parágrafo anterior, para posteriormente, observar as suas representações nos programas de ensino dos livros didáticos de Sociologia.

A propositura da Modernização Ecológica é baseada na compatibilização dos processos econômicos industriais com a preservação da natureza. Nesse sentido, “essa teoria busca redefinir a relação entre economia e meio ambiente, propondo compatibilizar crescimento econômico e proteção ambiental e defendendo a ideia de que esses dois termos podem caminhar de forma harmônica,”. (SILVA, 2020, p. 55).

O avanço da tecnologia e do sistema produtivo econômico acompanha a geração de risco à humanidade, originando a Sociedade de Risco. (BECK, 2011). Este autor está “se referindo aos riscos que provocam situações sociais de ameaça à humanidade em escala global – os que são produzidos no estágio mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas” (BECK 2011 apud SILVA 2020, p. 59). Ou seja, a sociedade industrial e tecnológica gera riquezas, mas com elas acompanham riscos que podem provocar danos irreversíveis a humanidade. Por exemplo: a relação do crescimento econômico (forças produtivas que impactam

o meio ambiente) e o aquecimento global, emergindo dessa relação, desastres universais a partir do desequilíbrio climático.

O desenvolvimento sustentável a partir de uma visão sociológica se opõe ao modelo de crescimento econômico que prepondera na atualidade e busca apontar novas metodologias relacionais entre natureza e desenvolvimento, baseadas na harmonia e no equilíbrio ambiental, na abordagem socioambiental. Nessa concepção,

O objetivo seria caminhar na direção de um desenvolvimento que integre os interesses sociais, econômicos e as possibilidades e os limites que a natureza define uma vez que o desenvolvimento não pode se manter se a base de recursos naturais se deteriora, nem a natureza ser protegida se o crescimento não levar em conta as consequências da destruição ambiental. (CAMARGO, 2003, p. 75).

De acordo com Silva (2010), o conceito de desenvolvimento sustentável requer a combinação das dimensões: econômica, social, ambiental, cultural, política e educacional. Este autor considera que a primeira delas é a ambiental e evidencia que ela “tem por base a transformação das relações entre a sociedade e a natureza a partir de uma consciência ecológica. Nessa dimensão, as pessoas reconhecem os limites da capacidade de suporte ambiental e desenvolvem um espírito de pertinência à natureza”. (SILVA, 2010 apud SILVA, 2020, p. 67). Camargo (2003) corrobora com esse argumento, destacando a necessidade de uma relação socioambiental equilibrada baseada em uma nova ética de valores ambientais.

Acerca dos conflitos ambientais, ZHOURI e LASCHEFSKI (2010a) esboçam três tipologias: os territoriais, os espaciais e os distributivos. Estes estariam relacionados as questões de injustiça ambiental, nas quais atuam mecanismos sociais e políticos que “destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania”. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010a, p. 04).

Já os conflitos espaciais seriam aqueles cujos impactos rompem as fronteiras espaciais de grupos sociais. Dessa forma, eles são “decorrentes de situações em que as práticas sociais de um grupo provocam efeitos ambientais negativos que afetam outros grupos através dos fluxos espaciais”. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010a, p. 9-10). Por fim, os conflitos territoriais seriam disputas nos quais “existe sobreposição de reivindicações de diversos seguimentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010b, p. 22 apud SILVA, 2020, p. 53).

3. Apontamentos sobre a presença/ausência da sociologia ambiental nos livros didáticos de Sociologia

Este tópico apresenta os livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD de 2018 e seus respectivos programas de ensino, objetivando observar de forma preliminar a presença/ausência da sociologia ambiental de forma explícita a partir de seu arcabouço teórico (temas, conceitos e perspectivas teóricas).

Livro didático, **Sociologia Hoje**, Editora Ática, 2ª edição (2016), com 384 páginas o livro do estudante. Autores: Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado.

Quadro 1: Livro didático *Sociologia hoje*, editora Scipione, 2ª edição/2016, (PNLD/2018)

Sumário resumido: temas e conteúdos	
Unidade	Capítulos
Culturas	1. Evolucionismo e diferença; 2. Padrões e normas da cultura; 3. Outras formas de pensar a diferença; 4. Antropologia brasileira; 5. Temas contemporâneos da antropologia.
2. Sociedade	6. Pensando a sociedade; 7. Mundos do trabalho; 8. Classe e estratificação social; 9. Sociologia brasileira; 10. Temas Contemporâneos da sociologia.
3. Poder e Cidadania	1. Política, poder e estado; 2. Globalização e política; 3. A sociedade diante do Estado; 4. A política no Brasil; 5. Temas contemporâneos da ciência política.

Fonte (BRASIL, 2017).

Livro didático - **Tempos modernos, tempos de Sociologia** - Editora do Brasil, 3ª edição (2016), com 384 páginas o livro do estudante. Autoras: Bianca Freire Medeiros, Helena Bomeny, Julia O'donnell e Raquel Balmant Emerique.

Quadro 2: Livro didático - *Tempos modernos, tempos de sociologia* - editora do Brasil, 3ª edição/2016, (PNLD/2018)

Sumário resumido: temas e conteúdos	
Unidade	Capítulos
1. Saberes Cruzados	Roteiro de Viagem: 1. A chegada dos “tempos modernos”; 2. Saber o que está perto; 3. Saber o que está distante; 4. Saber as manhas e a astúcia da política
2. A Sociologia vai ao cinema	Sociologia e cinema: 5. O apito da fábrica; 6. Tempo é dinheiro!; 7. A metrópole acelerada; 8. Trabalhadores, uni-vos!; 9. Liberdade ou segurança?; 10. As muitas faces do poder; 11. Sonhos de civilização; 12. Sonhos de consumo; 13. Caminhos abertos pela Sociologia
3. A Sociologia vem ao Brasil	Que país é este?: 14. Brasil, mostra a tua cara!; 15. Quem faz e como se faz o Brasil?; 16. O Brasil ainda é um país católico?; 17. Qual é sua tribo?; 18. Desigualdades de várias ordens; 19. Participação política, direitos e democracia; 20. Violência, crime e justiça no Brasil; 21. O que os brasileiros consomem?; 22. Interpretando o Brasil

Fonte (BRASIL, 2017)

Observa-se que os programas de ensino dos livros didáticos apresentados anteriormente (quadros 1 e 2), as unidades e seus respectivos capítulos, não propõem de forma explícita: temas, conceitos e teorias da sociologia ambiental. Dessa mesma forma, constatou-se a ausência dessa vertente sociológica, de forma demarcada por meio de tópicos, dentro dos conteúdos propostos pelos capítulos.

É verdade que o meio ambiente segue na perspectiva transversal da abordagem de seus conteúdos e dessa forma se constituiu, mas acabou ficando restrito a um grupo da ciência ou categorias da ciência que não faziam essa transversalidade. Outro ponto, dentro desse raciocínio, encontra-se na não garantia da temática e de seus conteúdos correlatos serem trabalhados nas disciplinas, por sua configuração como tema transversal. Isso constrói o entendimento, portanto, de que ele pode estar presente, ao mesmo tempo, em todos componentes curriculares ou pode se encontrar em alguns e em outros não. Nesse sentido, compreendemos que há a necessidade de sua apresentação de modo mais explícito e demarcado nos livros didáticos de Sociologia. (SILVA, 2020, p. 73-74).

Os problemas desencadeados da relação catastrófica entre sociedade/natureza ultrapassam as fronteiras territoriais, atingem todos e são acentuados nos grupos sociais mais fragilizados. Nesse entendimento, as questões ambientais também são de interesse da Sociologia, visto que podem ser gerados de processos sociais. Portanto, a ausência de um destaque explícito para as questões socioambientais no currículo do Ensino Médio acende um alerta sobre a importância escolar do tema e a formação de cidadãos críticos e reflexivos a respeito dessas temáticas.

Livro didático, **Sociologia**, editora Scipione, 2ª edição (2016), com 392 páginas, o livro do estudante. Autoras: Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi e Silvia Maria de Araújo. Os conteúdos programáticos encontram-se distribuídos em 12 capítulos e no último o livro trata a temática ambiental com o título, “*O ambiente como questão global*”.

Quadro 3: Livro didático, *Sociologia*, editora Scipione, 2ª edição/2016, (PNLD/2018)

Capítulo 12	Temas e subtemas
O ambiente como questão global	A relação ser humano-natureza; Progressão ou dominação? Sociedade de risco; A construção da natureza; Ecossistemas e mudanças globais; Os dois lados da inovação; Desenvolvimento capitalista e meio ambiente; Crises e impasses globais; Em busca de uma sociedade sustentável.

Fonte: Elaboração do autor (2024).

Livro didático, **Sociologia em movimento**, editora Moderna, 2ª edição (2016), com 399 o livro do estudante. Autores: Afrânio Silva, et al. O programa de ensino encontra-se dividido em 15 capítulos e o último trata de questões socioambientais com o título, “*Sociedade e meio ambiente*”.

Quadro 4: Livro didático, *Sociologia em movimento*, editora Moderna, 2ª edição/2016, (PNLD/2018)

Capítulo 15	Temas e subtemas
Sociedade e Meio ambiente	1. Primeiras palavras; 2. O contexto histórico da problemática socioambiental; 3. Sustentabilidades e produção de alimentos: Concentração de terra e a produção da fome; Segurança e soberania alimentar; A valorização da agricultura familiar; Crise alimentar e globalização. 4. Modernização, transformação social e Justiça ambiental: Justiça ambiental, modernização ecológica e conflitos ambientais no Brasil; Considerações sociológicas: a “economia verde” como estratégia de mercado; Direito e sociedade: A legislação ambiental.

Fonte: Elaboração do autor (2024).

Percebe-se que os dois últimos livros didáticos (quadros 3 e 4) abordam as questões socioambientais de forma demarcada, dedicando a elas um capítulo de seus conteúdos programáticos para a discussão de temáticas e conceitos da Ciência social ambiental. Embora os conteúdos deste campo científico sejam contemplados apenas no último capítulo dos referidos manuais didáticos, entendemos a importância deles aparecerem de forma explícita e delimitada, para o fortalecimento da sociologia ambiental, bem como a contribuição da Sociologia para o entendimento dos fenômenos socioambientais e para a formação do olhar crítico e reflexivo da sociedade sobre eventos dessa ordem.

Livro didático, **Sociologia para jovens do século XXI**, editora Imperial Novo Milênio, 4ª Edição (2016), com 400 páginas o livro do estudante. Autores: Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa. Os conteúdos programáticos encontram-se estruturados em

torno de 24 capítulos, sendo que o capítulo 12 aborda questões ambientais com o título, “*O mercado exclui como o gás carbônico polui: capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental*”.

Quadro 5: Livro didático, *Sociologia para jovens do século XXI*, editora Imperial Novo Milênio, 4ª edição/2016, (PNLD/2018)

Capítulo 12	Temas
O mercado exclui como o gás carbônico polui: capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental	Entendendo as causas do aquecimento global; O surgimento da sociologia ambiental; Capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental. Interdisciplinaridade: chega de meio ambiente! Lutemos por ambiente inteiro.

Fonte: Elaboração do autor (2024).

Conforme leitura e análise, a abordagem deste livro didático sobre as questões socioambientais ocorre a partir do fenômeno do aquecimento global, com discussões breves e contemplando basicamente esta temática. Entendemos que o debate sobre as questões socioambientais poderia envolver conceitos, teorias sociológicas e outras temáticas da sociologia ambiental. Contudo, consideramos importante esse manual didático trazer em seus conteúdos programáticos um capítulo dedicado a esse campo científico.

4. Considerações finais

Esta breve produção procurou destacar as contribuições da sociologia ambiental nas discussões acerca dos fenômenos socioambientais e a importância dessa área de estudo para o entendimento de eventos dessa ordem. Bem como, refletir a relação sociedade/natureza e suas implicações social e ambiental. Também buscou, de forma preliminar, analisar os conteúdos programáticos dos livros didáticos de Sociologia do PNLD/2018 a partir das questões socioambientais.

O trabalho constatou que dos 5 livros de Sociologia aprovados pelo PNLD/2018 para o Ensino Médio: 2 não propõem em seus programas de ensino conteúdos de sociologia ambiental; 2 livros dedicaram, de forma demarcada, o último capítulo dos seus programas de ensino, a temáticas, conceitos e teorias sociológicas da sociologia ambiental; 1 livro também apresentou capítulo para as questões socioambientais, mas com uma discussão incipiente e limitada, de forma breve e em torno de uma temática.

É possível apontar, que não há um consenso entre os livros didáticos analisados quanto a propositura de conteúdo da base curricular da sociologia ambiental em seus programas de ensino. Também que esse campo científico é apresentado de modo fragmentado. Ou seja, o mesmo conceito e a mesma temática, nos livros que os propõem, não são tratados em mais de um manual didático. Dessa forma, os livros didáticos acabam se complementando em relação a conteúdo de ordem socioambientais.

A análise observou, portanto, que o tratamento das questões socioambientais é incipiente, as questões dessa ordem não são consideradas em todos os livros didáticos analisados e em algumas discussões com uma abordagem limitada. Nesse sentido, a apresentação da sociologia ambiental pode estar ocorrendo ainda de forma secundária. Contudo, é possível avaliar como importante e um avanço, a representação desse campo científico em parte dos livros didáticos analisados.

O novo formato de elaboração dos livros didáticos para o Ensino Médio, a partir do PNLD de 2021, é por área do conhecimento e não mais por disciplina. Por exemplo: na área de Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia), são produzidos manuais para esta área do saber. Dessa forma, recomendamos outras pesquisas com o objetivo de averiguar a presença/ausência da sociologia ambiental nessa nova formatação dos livros didáticos.

Referências

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**: Ensino Médio. 5ª Edição, volume único. São Paulo: Scipione, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOMENY, Helena; *et al.* **Tempos modernos, tempos de sociologia**: Ensino Médio. 3ª Ed. volume único. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNLD 2018**: Sociologia – guia de livros didáticos. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2017. 55 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059971/Guia_PNLD_2018_Sociologia%20%282%29.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. 5ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2003.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

MACHADO, Igor José Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**: Ensino Médio. 2ª ed. volume único. São Paulo: Ática, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**: Ensino Médio. 4ª ed. volume único. Rio de Janeiro: Imperial novo milênio, 2016.

SILVA, Antonio Josinaldo Soares. **Sociologia ambiental e ensino de sociologia**: uma análise dos livros didáticos de sociologia para o Ensino Médio. 2020. 136f. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2020.

SILVA, Afrânio de Oliveira; *et al.* **Sociologia em Movimento**: Ensino Médio. 2ª ed. volume único. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Série BNB Teses e dissertações, n. 12. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/167/3/2010_STD_12.pdf. Acesso em: 16 jan. 2019.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. (ORG.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos Ambientais**. GESTA/UFMG-Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Belo Horizonte, 2010a. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/textos-analiticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais/page/2/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

Consultas virtuais

ONU News: Perspectiva Global Reportagens Humanas. **ONU**: Ano mais quente da história é “antevisão do futuro catastrófico.” 10 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2024/01/1825992>>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

CAPÍTULO 9

NIETZSCHE NO MODERNISMO DE AUGUSTO DOS ANJOS E JOSÉ LINS DO REGO

Geraldo Dias

Introdução

Friedrich Nietzsche é um pensador de ampla recepção no âmbito cultural e filosófico de vários países. Expressiva recepção da sua filosofia no Brasil aconteceu no Movimento Modernista. Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Paulo Prado, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros modernistas, tiveram a iniciativa de aproveitar ideias nietzschianas para pensar a formação histórico-social do Brasil e romper com normas estilísticas e teóricas tradicionais da cultura brasileira¹². Não obstante, quase nada sabemos ainda acerca de como aconteceu a recepção de Nietzsche na produção de autores paraibanos tributária do Modernismo. Quais foram, por exemplo, no rumo do Modernismo, os aproveitamentos estéticos e teóricos de ideias nietzschianas alcançados pelo poeta Augusto dos Anjos e pelo crítico e ensaísta José Lins do Rego?

Para responder essa pergunta, foi preciso analisar as referências feitas pelo poeta e pelo crítico ao pensador alemão; bem como verificar suas fontes de acesso às obras de Nietzsche; mas também entender seu tipo específico de recepção das suas ideias nietzschianas. A metodologia para o estudo da recepção de ideias filosóficas leva em conta a participação ativa do receptor no aproveitamento dessas ideias¹³.

12 Cf. DIAS, Geraldo. *Nietzsche no Brasil (1922-1945): modernistas e intérpretes do país*. São Paulo: Editora Unifesp, 2023.

13 Ver nosso esboço de aplicação desse método em G. Pereira Dias e I. da

A primeira parte deste artigo situa de maneira panorâmica a recepção de Nietzsche no Nordeste brasileiro, para assim chegar até a sua face especificamente paraibana. A segunda e terceira partes tratam, respectivamente, dos aproveitamentos de algumas ideias nietzschianas por Anjos e José Lins do Rego em suas produções tributárias, a nosso ver, do Modernismo brasileiro da vanguarda renovadora consolidado a partir de 1922.

Nietzsche no Nordeste brasileiro

No Brasil, o interesse pela filosofia de Nietzsche começou na região Nordeste, ainda no final do século XIX. Sobre isso, já tivemos ocasião de publicar resultados de pesquisa (DIAS, 2017, p. 13-30 e 2020, p. 15-28). Esses resultados foram possíveis a partir de exames das produções sobre Nietzsche escritas por intelectuais, tais como: Tobias Barreto, poeta, crítico, jurista e filósofo nascido em Sergipe, muito atuante no Recife, iniciador do movimento filosófico da Escola do Recife; Sílvio Romero, advogado, crítico literário, filósofo, também nascido no Sergipe, atuante no Rio de Janeiro; Farias Brito, filósofo nascido no Ceará, atuante no Pará e Rio de Janeiro; Araripe Júnior, advogado, crítico literário, escritor, nascido no Ceará, atuante no Rio de Janeiro; além de outros nomes, como João Ribeiro, historiador sergipano a quem coube o primeiro esforço para traduzir conceitos centrais da filosofia de Nietzsche para o português brasileiro.

Especificamente paraibanos, podemos mencionar o interesse pela filosofia de Nietzsche por parte do poeta Augusto dos Anjos, do escritor e político Álvares de Carvalho, do crítico-literário, cronista e ensaísta José Lins do Rego, do intelectual e jornalista Assis Chateaubriand, entre outros, como o escritor Olívio Montenegro. Caso singular aconteceu com Celso Furtado (DIAS, 2021, p. 145-172). Mesmo que alguns desses paraibanos tenham produzido seus textos em outras regiões do país ou no estrangeiro, nem por isso ficaram de lado nesses textos as suas características paraibanas, visíveis em suas posições políticas, sociais, estéticas e teóricas. No mais, ser paraibano é carregar consigo uma das faces da cultura nordestina, tão brasileira em diversidade e extensão.

Silva Júnior, "Metodologia para a recepção filosófica: o caso Nietzsche como exemplo". Revista do Curso de Filosofia; vol. 06, N.10, 2021.

Para ficarmos com uma expressão emprestada de Nietzsche, o Nordeste representa a face dionisiaca da cultura brasileira, assim procurou pensar o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (DIAS, 2023).

Nietzsche no Modernismo de Augusto dos Anjos

Augusto dos Anjos foi um poeta brasileiro do início do século XX, conhecido por sua obra marcada pela temática da morte, da vida trágica, da melancolia e da tristeza (VIANA, 1994, pp. 43-138). É difícil enquadrar sua arte numa escola literária. São relevantes os seus aspectos simbolistas, em poemas aforismáticos carregados de imagens calamitosas, o que faz dele um dos mais distintos poetas da inteligência brasileira. Mas sua arte, diferente de tudo o que se produziu na poesia nacional, embora repleta de características simbolistas, não se encerra nesta escola. É mais uma arte modernista, antes do Modernismo consolidado a partir de 1922, por vários motivos, um deles é Nietzsche.

Não sabemos se Augusto dos Anjos leu Nietzsche, mas há ideias e expressões lexicais nietzschianas em sua poesia. Na ambientação do sofrimento decorrente do mistério da existência, uma poesia atea e crítica da moral cristã aparece, justificadora da vida por meio da arte; uma poesia repleta de niilismo; afirmadora do eterno retorno e da visão trágica da vida. Visão trágica no sentido de a existência ora estar determinada pelos “*centrossomas* apollínicos”, ora pela “*ânsia dionisica do gozo*”¹⁴. Se, em Nietzsche, há uma visão trágica da vida marcada pela solidão, pela dor, pelo sofrimento e pela finitude; em Augusto dos Anjos essa visão aparece na morte como um destino inevitável e na vida como uma experiência solitária e sofredora.

À semelhança do filósofo, também o poeta dialogava com sua sombra. O filósofo andarilho começa um de seus livros dizendo: “Por Deus e tudo o mais em que não creio, minha sombra fala; eu ouço, mas não acredito” (WS/AS, KSA 2.537). O poeta inicia seu único livro com um “Monólogo de uma Sombra” (ANJOS, 2015, pp. 5-11). Abre o poema

14 Cf. ANJOS, Augusto dos. *Eu*. Apresentação Ângela Bezerra de Castro; prefácio João Adolfo Hansen. São Paulo: BMA Edições: Edições Narval, 2015, pp. 10-23-77-129. Esta edição traz o fac-símile do texto da edição do *Eu* de 1912. Mantivemos os termos que remetem a Nietzsche conforme a edição original de 1912, atualizando todos os demais segundo o acordo ortográfico atual.

com aspas, que se fecham 28 estrofes depois. Na vigésima nona, o poeta toma a palavra: “Disse isto a Sombra”. Daí adiante, com ela dialoga e descreve sua impressão acerca do que dela ouviu. Assim, nas seis estrofes iniciais, a Sombra se apresenta; na sétima, ela introduz e apresenta “o Filósofo moderno”. Nove estrofes são dedicadas a ele. Na décima sexta, traz o “sátiro peralta”, são agora mais nove estrofes. Por fim, as quatro estrofes finais tratam de temas (nietzschianos) caros ao poeta, como o sofrimento e a arte¹⁵.

O “Filósofo moderno” e o “sátiro peralta” possuem características que remetem a Nietzsche. O primeiro porque “Quis compreender, quebrando estéreis normas, A vida fenomênica das Formas”. Mas, no fim, a Sombra lhe questiona: “E foi então para isto que esse doudo / Estragou o vibrátil plasma todo, / À guisa de um faquir, pelos cenóbios?!...”. O segundo porque nele “Cresce-lhe a intracefálica tortura [...] / E a consciência do sátiro se inferna [...] / Na própria ânsia dyonísica do gozo” (ANJOS, 2015, pp. 8-10). As duas personagens convergem com o que é dito sobre Nietzsche no soneto a ele dedicado.

Entre as características filosóficas que porta em comum com a vanguarda renovadora do Modernismo, a obra de Augusto dos Anjos carrega a ideia de niilismo. Essa ideia fornece a consistência de pensamento presente em muitos dos seus versos, que tanto solicitam do leitor reflexão filosófica. O poeta tem “consciência de que nada” é, além de “matéria e entulho”. Ele “Não crê em nada, pois, nada há que traga Consolo à [sua] Mágoa” de homem nascido do “Zooplasma pequeníssimo e plebeu”. No mais, “Depois, é o céu abscondito do Nada”. Como uma aura, a ideia de niilismo, à maneira nietzschiana, recobre a criação de Augusto dos Anjos. Está presente em seu áspero vocabulário científico-filosófico, que mistura “doses de Schopenhauer, de Nietzsche, de Spencer, de Haeckel” (CASTRO e SILVA, 1984, p. 227) e outros filósofos.

Não estranha que o modernista Agripino Grieco, ao resenhar a terceira edição do livro de Augusto dos Anjos, nele enxergasse “um grito [...] de irremediável nihilismo moral” (GRIECO, 1928, p. 03).

15 Cf. explicação minuciosa de Zenir Campos Reis, em ANJOS, Augusto dos. *Seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico e exercícios*. São Paulo. Abril Educação, 1982, p. 12, nota 1.

Obra repleta de reflexões filosóficas, nela não surpreende nomes como Anaximandro, Giordano Bruno, Petrarca, Goethe, Haeckel, Spencer, Abidarma; nem expressões como “Filósofo Moderno”, “cínicos”, “Monista”, “Idealismo”. Nela, nota-se explicitamente a presença da ideia de niilismo, por exemplo, nos versos do poeta dedicados ao seu filho nascido morto. “Tragicamente anônimo, a feder”, o poeta deseja que ele possa “dormir, feto esquecido, Panteisticamente dissolvido / Na *noumenalidade* do NÃO SER!” (ANJOS, 2015, pp. 6-23). Aqui não predomina um pessimismo intelectual, antes uma tendência filosófica de teor niilista.

A poesia de Augusto dos Anjos revela reflexão filosófica sobre a vida, a morte e a relação do indivíduo com a existência. Nela, observa-se consonâncias com a ideia nietzschiana do eterno retorno. A ideia de que cada indivíduo retorna, que consta em Nietzsche, indica que o todo é imanência trágica que se reproduz, resultando em uma eterna recorrência dos mesmos eventos e da mesma vida terrena individual (ZA III, “O convalescente” § 2, KSA 4.276). No poema chamado “Os dentes”, após o eu lírico trazer a “alma brasileira” em seu processo histórico, “esmagada pela Europa”, situa-a no ciclo “Da persistência trágica da força”. Trata-se de uma força cósmica que persiste e constitui a vida. Mas nesta “trágica força”, a morte, “esse último abandono”, não é o fim, pois: “Se a carne individual hoje apodrece, / Amanhã, como Cristo, reaparece / Na universalidade do carbono!”. Nesta estrofe do poema, Cristo representa o retorno. O aproveitamento da ideia do eterno retorno é mais explicitamente percebido na referência ao reaparecimento da vida individual na “universalidade do carbono” (ANJOS, 2015, p. 50-59).

Como Nietzsche, Augusto dos Anjos também critica a moral cristã, expediente retomado depois por modernistas, como Oswald de Andrade. O filósofo argumentava que a moralidade do cristianismo era uma forma de negação da vida e dos desejos. O poeta compartilha dessa visão ao criticar a moralidade cristã que impede a livre expressão dos desejos. Notável em versos como: “Escarrar de um abismo noutro abismo, / Mandando ao Céu o fumo de um cigarro, / Há mais filosofia neste escarro / Do que em toda a moral do cristianismo!”. Característica que, além de modernista, aproxima Augusto da vertente corrosiva do pensamento nietzschiano.

Mas Augusto dos Anjos não se restringe a vertente corrosiva, converge também com a filosofia propositiva do filósofo alemão, sobretudo no âmbito de uma estética de afirmação da vida através da arte. Esse aspecto aparece já na exortação que a Sombra faz à arte: “Somente a Arte, esculpindo a humana mágoa, / Abranda as rochas rígidas, torna água / Todo o fogo telúrico profundo / E reduz, sem que, entanto, a desintegre, / À condição de uma planície alegre, / A aspereza orográfica do mundo!” (ANJOS, 2015, p. 10). Somente a arte, como um consolo que esculpe as mágoas humanas, reduz as asperidades geográficas do mundo, e assim exorta a afirmação de uma vida alegre. E assim o poeta canta uma espécie de justificação estética da vida, à maneira nietzschiana.

A recepção de Nietzsche na poesia de Augusto dos Anjos é tanto mais explícita quando ele consagra ao filósofo um soneto inteiro. Ele versou o filósofo num soneto de 1905 e de maneira um tanto indireta noutro de 1906. Leiamos e analisemos o primeiro.

A Frederico Nietzsche

Para que nesta vida o espírito esfalfaste
Em vãs meditações, homem meditabundo?!
– Escalpelaste todo o cadáver do mundo
E, por fim, nada achaste... e, por fim, nada achaste!...

A loucura destruiu tudo que arquitetaste
E a Alemanha tremeu ao teu gemido fundo!...
De que te serviu, pois, estudares, profundo
O homem e a lesma e a rocha e a pedra e o carvalho e
a haste?!

Pois, para penetrar o mistério das lousas,
Foi-te mister sondar a substância das cousas
– Construíste de ilusões um mundo diferente,

Desconheceste Deus no vidro do astrolábio
E quando a Ciência vã te proclamava sábio,
A tua construção quebrou-se de repente!

Nesse soneto, Augusto dos Anjos revela uma visão crítica da filosofia de Nietzsche, colocando em questão a fadiga de suas meditações profundas. Sugere que ele se dedicou intensamente ao pensamento, mas sem alcançar resultados concretos, embora investigue minuciosamente a realidade ao seu redor, desmembrando-a como um cirurgião. A loucura teria destruído as suas construções intelectuais. O poeta questiona o proveito dos estudos profundos realizados por Nietzsche sobre a natureza humana e o mundo material, e critica sua construção intelectual, retratando-a como um mundo constituído por ilusões. Verifica que o filósofo, em sua busca pelo conhecimento, não reconheceu uma força transcendente. A menção à ciência que o proclamava sábio e sua construção que se quebrou de repente podem representar o colapso intelectual que Nietzsche experimentou em sua vida. Em sua totalidade, o soneto apresenta uma visão crítica e desiludida em relação a Nietzsche, sugerindo que suas meditações e investigações profundas não alcançaram respostas satisfatórias ou um significado duradouro. O soneto expressa certa frustração com a busca filosófica e destaca a fragilidade das construções intelectuais diante da complexidade da existência.

Augusto dos Anjos poetizou a respeito de Nietzsche e sua filosofia a partir de dados biográficos, tendo em vista a sua vida de espírito extenuante, abalada pela loucura. O soneto acima é significativo não apenas por ser um poema que não foi incluído na publicação original do *Eu*, de 1912, mas também por bem retratar seu autor. No caso, um poeta difícil de ser localizado, visto quase sempre “entre o fim da poesia simbolista no Brasil e os primeiros sinais de uma poesia moderna que só nascerá em 1922” (CARPEAUX, 1995, p. 11). Por meio dos aproveitamentos estéticos e teóricos que realizou de aspectos da filosofia de Nietzsche, Augusto dos Anjos se fez um modernista.

16 ANJOS, Augusto dos. “A Frederico Nietzsche”. In: *Jornal do Commercio*. Manaus, 20 de junho de 1905, p. 01. Recolhido com modificação em ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*. 47ª ed. especial revista e ampliada. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006, p. 274, não constando os travessões, e a palavra “hoste”, em vez de “haste”.

O segundo soneto foi inicialmente publicado na imprensa paraibana. Leiamos.

ECCE HOMO

Falas de amor, e eu ouço tudo e calo!
O amor na Humanidade é uma mentira
É. E é por isso que na minha lira
De amores fúteis poucas vezes falo.

O amor! Quando virei por fim a amá-lo?!
Quando, se o amor que a Humanidade inspira
É o amor do Sibarita e da hetaira,
De Messalina e de Sardanápalo?!

Pois é mister que, para o amor sagrado,
O mundo fique imaterializado
– Alavanca desviada do seu fulcro –

E haja só amizade verdadeira
Duma caveira para outra caveira
Do meu sepulcro para o teu sepulcro?!

Augusto dos Anjos (ANJOS, 1912, p. 01).

O soneto foi escrito em Pau d'Arco, Paraíba, no ano de 1906. Foi acolhido no *Eu* com o título “Idealismo”. A versão do soneto com o título “Ecce Homo”, publicada em agosto de 1912 em *Diário da Paraíba*, traz um título que pode remeter à obra autobiográfica de Nietzsche, tornada pública em 1908. Em tradução francesa, *Ecce Homo* teve considerável público no Brasil do período; é provável que o poeta tenha tomado contado com essa tradução ou, quem sabe, com fragmentos dela traduzidos para o português, difundidos na imprensa. Embora não possamos comprovar, a troca de títulos do soneto pode ter sido feita pelo próprio poeta.

O soneto de Augusto dos Anjos intitulado “Ecce Homo” revela uma abordagem crítica sobre o amor. A crítica da idealização do amor é um

tema nietzschiano. No início do soneto, o eu lírico afirma que ouve as pessoas falarem sobre o amor, mas opta por permanecer em silêncio, revelando uma visão cética em relação ao amor idealizado. O poeta questiona quando ele próprio será capaz de amar. Associa o amor inspirado pela humanidade a figuras conhecidas por seu comportamento lascivo, como o Sibarita, a hetaira, a Messalina (imperatriz romana conhecida por sua promiscuidade) e Sardanápálo (lendário rei assírio conhecido por seus excessos). O poeta sugere que, para o amor ser considerado sagrado, o mundo precisa ser desmaterializado, afastando-se das ideias superficiais e sensuais a ele associadas. Indica a necessidade de se direcionar o amor para um propósito mais profundo. Propõe que a verdadeira amizade seja a única forma de conexão genuína, comparando-a a uma troca de sentimentos entre duas caveiras, simbolizando a morte. Essa referência à caveira e ao sepulcro podem representar a transitoriedade da vida e a busca por algo mais duradouro que o amor superficial. O soneto questiona a natureza do amor na humanidade e critica a superficialidade e a ilusão associadas a ele. Augusto dos Anjos propõe a busca por uma forma mais elevada de conexão, representada pela amizade verdadeira, que transpõe as paixões passageiras. O soneto parece dialogar com as ideias de Nietzsche a respeito das idealizações envolvidas no amor e na busca por sentido para a vida.

A singularidade de Augusto dos Anjos aproxima ele de um tipo poético-filosófico que, muito à semelhança de Nietzsche, vivia em monólogos com sua sombra e numa vida de andarilho. Álvaro de Carvalho dedicou estudo sobre a “psicofisiologia” de Augusto dos Anjos. Sugere que o livro *Eu* revela a psicofisiologia do seu autor. O poeta teria permanecido “insulado na singularidade psicológica que sua fisiologia excepcional criou”. O que primeiro chamou a atenção de Carvalho para “o caso patológico do grande poeta, foi uma conferência por ele proferida no Teatro Santa Rosa, a 13 de maio de 1908 ou de 1909”. Material que veio a ser publicado, mas, infelizmente, dado como perdido. Carvalho consta entre os primeiros escritores brasileiros a escrever sobre a obra de Augusto dos Anjos. A seu ver, ela é a “revelação da psicofisiologia que a gerou” (CARVALHO, 1946, pp. 20, 25, 54)¹⁷. Mas, se, realmente, a

17 Álvaro de Carvalho é outro paraibano que dialoga com a filosofia de Nietzsche. Cabe um estudo à parte.

poesia de Augusto dos Anjos, em grande parte, decorre do seu estado psicofisiológico, não vemos aí um caso de patologia, antes de arte genuína, à semelhança da produção do próprio Nietzsche.

As características mórbidas presentes na poesia de Augusto dos Anjos permitem vislumbrar o quanto ela é marcada por certo traço trágico-niilista, em parte decorrente do seu aproveitamento estético e teórico da filosofia de Nietzsche, e não de patologia decorrente de sua condição física e mental.

A crítica atual tem pesquisado a recepção de Nietzsche na poesia de Augusto dos Anjos. Já evidenciou a tragicidade com que o poeta opera as máscaras que veste e despe ao longo de sua obra trágica, repleta da força apolínea com que desenha as imagens que carregam, ao mesmo tempo, com uma musicalidade de caráter dionísio, em estratégias que dialogam com a filosofia e poética de Nietzsche (CASEMIRO, 2019, p. 215).

O interesse do poeta paraibano pelo pensamento do filósofo se revela bem no aproveitamento deste pensamento em favor de uma poética trágica e niilista que se consolida no Modernismo, com Manuel Bandeira. Ainda que tenha adotado uma estratégia biográfica, o fundamental do aproveitamento do pensamento de Nietzsche realizado pelo poeta Augusto dos Anjos ocorre quando ele se apropria de conceitos do filósofo para expressar qualidades afirmativas de sua própria experiência da vida, num mundo incógnito que ultrapassa e recusa qualquer conceito. Uma recepção que consistia em incorporar e aproveitar somente o que interessava para a criação artística, no caso, para a criação de uma poética modernista afirmadora do aspecto trágico-niilista da vida.

Em todo caso, é importante observarmos que Augusto dos Anjos também tinha suas próprias peculiaridades em relação a Nietzsche. Enquanto Nietzsche valoriza a afirmação da vida trágica, Augusto dos Anjos explora a dimensão sombria e triste da existência humana, retratando a vida como uma experiência sofridora e, muitas vezes, sem sentido, sendo a arte uma amenizadora de seus sofrimentos.

Nietzsche no Modernismo de José Lins do Rego

A filosofia de Nietzsche era bastante apreciada no meio literário em que José Lins do Rego estava inserido, também comparecendo em sua

produção crítica e ensaística. Ela havia sido incorporada por um movimento cultural amplo: o Modernismo. Modernistas como Lins do Rego estavam interessados em explorar novas formas de expressão, desafiando as normas tradicionais da cultura brasileira, sendo algumas das ideias de Nietzsche aproveitadas para atender esses interesses. Isso acontece nas suas reflexões sobre estilo, poder, sociedade, em textos breves, de caráter crítico e ensaístico.

O interesse de José Lins do Rego pelo pensamento de Nietzsche teve início antes da sua obra inaugural, o romance *Menino de engenho*, de 1932. Diversos aspectos do pensamento nietzschiano constam em textos do jovem crítico literário paraibano. Nascido em 1901, entre os seus 19 e 20 anos começou a publicar textos nas páginas da imprensa periódica da Paraíba e do Pernambuco. Esses textos, como bem os caracteriza César Braga-Pinto, são “experimentos literários” (BRAGA-PINTO, 2007, p. 19). Esses experimentos literários aproveitam aspectos do pensamento de Nietzsche e, nesse sentido, se mostram participantes daquilo que se produzia no bojo do Modernismo brasileiro.

José Lins do Rego tomou contato, inicialmente, com as obras de Nietzsche traduzidas para a língua francesa; também acompanhou de perto as produções dos intérpretes franceses e de língua inglesa; igualmente, seguiu com atenção a história das edições brasileiras do filósofo do seu período. Contudo, até o momento, não há pesquisa acerca de quais foram, mais exatamente, os seus interesses pela filosofia de Nietzsche e o aproveitamento que dela realizou em sua produção literária, sobretudo no âmbito de sua atuação como crítico literário, escritor de contos e de breves ensaios.

Em sua produção crítico-ensaísta, José Lins do Rego demonstra conhecimento das obras de Nietzsche e do quanto parte da crítica do período fora impiedosa e injusta com elas e seu autor. Contra essa crítica, um ponto central dos seus textos sobre o filósofo é a constante defesa e recuperação da sua obra das apropriações ideológicas totalitárias. É possível ter uma dimensão de conjunto disso a partir de um exame da reunião de textos dispersos que Lins do Rego publicou entre os anos de 1920 e 1954. César Braga-Pinto recuperou textos do jovem escritor paraibano publicados na imprensa nordestina, em jornais da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. As coletâneas realizadas por Ivan Junqueira e Lêdo Ivo também

permitem enxergar a dimensão e relevância de Nietzsche na prosa crítico-ensaísta de Lins do Rego. Nela, a filosofia nietzschiana aparece como objeto de interesse e alento para o exercício do estilo e da reflexão crítica.

Chamamos de produções crítico-ensaístas os textos publicados na imprensa por José Lins do Rego nos quais menciona Nietzsche, emprega seu vocabulário, discorre sobre seu estilo e procura reabilitá-lo da apropriação nazista.

Através de Nietzsche, “o louco da perfeição na terra”, Lins pensou o Brasil. Como? Tal como, segundo ele, fez o pensador alemão: procurando fazer ver que isso é possível pela “consciência” da nossa “arte”, visto que tendo consciência da nossa arte “tem-se a consciência de uma nacionalidade” (REGO, 1922, p. 01). José Lins procurou pensar as realidades concretas do seu país. Muito à semelhança de quem, à época, também fazia, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros modernistas. De Nietzsche, interessava a Lins o seu estilo, suas considerações enquanto pensador da cultura, seu heroísmo. Não se interessava pelo Nietzsche obscuro, conservador, antes pelo pensador que desejou “aristocratizar as multidões”¹⁸, que servia de exemplar estilístico e guia de conhecimento para pensar o seu próprio país.

Ao lado dos modernistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, também José Lins do Rego procurou aproveitar, em favor da renovação modernista, o vocabulário nietzschiano. Dele servia-se para sublimar a cultura e as artes do Brasil, seja, por exemplo, quando elogia o pintor Pedro Américo como o “nosso primeiro super-homem” (REGO, 1922, p. 01). Em texto esquecido pela fortuna crítica e ainda inédito em livro, intitulado “Rito pagão”, de outubro de 1921, Lins segue essa tendência. O título é um homônimo do livro da escritora Rosalina Coelho, então resenhado. Na resenha, o escritor paraibano critica a “aberração nietzschiana de Albertina Bertha” (REGO, 1921, p. 01), escritora feminista. Sua compreensão de Nietzsche diverge da feminista brasileira. Lins estava em sintonia com os autores do Modernismo consolidado a partir da Semana de 22, preocupados em aproveitar o pensamento do filósofo em favor da renovação modernista e reabilitá-lo das apropriações totalitárias.

18 REGO, José Lins do. *Ligeiros Traços: escritos da juventude*. Seleção, introdução e notas de César Braga-Pinto. Rio de Janeiro, 2007, p. 118).

Uma das principais questões que os estudos de recepção de Nietzsche abordam, no Brasil e alhures, é a relação entre a sua filosofia e a ideologia nazista. Nietzsche foi apropriado pelos nazistas como um precursor do nacionalismo e da superioridade racial alemã, mas muitos comentadores e intérpretes da sua obra argumentam que essa apropriação distorce profundamente a sua filosofia e que ele, de acordo com sua obra, não poderia ter sido um pensador a favor do nazismo. José Lins tomou parte nessa questão. Em sua produção, por um lado, ele realiza uma estratégia biográfica de recuperação de Nietzsche, comum na época; por outro, adota uma estratégia filosófica, situando a possibilidade dessa recuperação a partir da própria obra do pensador, enquanto poeta, crítico da cultura, psicólogo e estilista. Vejamos como isso aconteceu.

Entre os textos de Lins do Rego sobre Nietzsche, encontra-se um polêmico, intitulado “O Nietzsche de Hitler”, do diário carioca *O Jornal*, de julho de 1942. De forma sintética e irônica, logo de saída ele posiciona a questão: “Nietzsche é ou não é o mestre de Hitler?” (REGO, 1942, p. 04). Essa foi a questão mais debatida na recepção brasileira de Nietzsche do período entreguerras, tendo o seu ápice entre os anos de 1940 e 1945, sobremaneira durante o ano da celebração do centenário do seu nascimento, em 1944. Ocasão em que, diante das tantas acusações e aproximações da sua obra com o nazismo, uma considerável quantidade de dignos modernistas, como Sérgio Milliet e Oswald de Andrade, saíram em defesa da sua obra e da sua reputação.

Em “O Nietzsche de Hitler”, Lins discute a relação entre Nietzsche e Hitler, bem como o influxo do pensamento nietzschiano na ideologia nazista. O texto inicia com uma referência a uma fotografia em que Hitler é retratado olhando com admiração para o busto de Nietzsche no Nietzsche-Archiv de Weimar. Essa imagem serve como ponto de partida para a discussão sobre a suposta conexão entre os dois. Inicialmente, Lins alude à existência de uma extensa bibliografia que busca provar a participação de Nietzsche na ideologia nazista. Para exemplificar, menciona o pensador Ludovici, que acreditava que os nazistas eram bons nietzschianos por terem restaurado os valores biológicos e pré-socráticos defendidos por Nietzsche. Em seguida, aborda a filosofia de Nietzsche, apontando que a divisão entre “homens de vontade” e “homens de rebanho” teria sido uma oportunidade para os nazistas. Lins relaciona e

distingue essa visão de Nietzsche da teoria nazista da existência de duas morais: uma do chefe e outra das massas, do rebanho. Para os nazistas, a organização do Estado deveria se basear na submissão do rebanho à “Vontade de Poder” do chefe. Assim, Lins revela a sua perspectiva crítica em relação ao influxo de Nietzsche no nazismo. Referindo o livro de Crane Brinton, então traduzido e, em parte nele apoiado, toma para si a tarefa de reabilitar o pensador da ideologia nazista. De tal modo, aponta para a instrumentalização das ideias de Nietzsche, como ocorreu com a rígida divisão entre homens de vontade e homens de rebanho. Embora focado em inocentar e reabilitar o filósofo, não se furta a aventar a sua própria compreensão dele. Lins do Rego entende que os ideólogos do nazismo souberam aproveitar a sua “retórica violenta” e sua “paranoia diabólica que reduzia o homem a homem senhor e a homens escravos”. Mas logo alerta que os ideólogos nazistas ignoraram o poeta, o crítico e o psicólogo. De forma parcial e indevida, eles se apropriaram somente dos conceitos que pudessem corroborar com a ambicionada “teoria da raça eleita” (REGO, 1942a, p. 04).

Contra as apropriações indevidas, Lins concebe o pensador alemão como exemplo a ser seguido quando o assunto é o estilo. Mais do que o conteúdo, as teses, os argumentos, a visão de mundo, foi sobretudo a forma e o estilo do filósofo o que Lins mais valorizou. Tanto que foi um dos primeiros a indicar o interesse de Gilberto Freyre pelo estilo filosófico nietzschiano e a celebrar “a verdade alegre, aquela de que falava Nietzsche, que era a “gaia ciência”, a que liberta os homens da inquietude, dos perigos de Dionísio” (REGO, 1942b, pp. 133 e 304). Nessa direção, quanto ao estilo, Lins divide os autores em duas categorias: gordos e magros. Partindo do escritor espanhol Azorín, retoma a seguinte questão: “É mais estilista o escritor que não dispende de fluxo léxico, sendo pobre seu vocabulário, seja, no entanto, preciso e claro?”. Argumenta que Goethe seria um gordo, por sua escrita cheia de exercícios retóricos, do “gosto vulgar da frase bonita, da verbiagem”. E Nietzsche, um magro, que alcança com o “mínimo de palavras” o “máximo de expressão”, sendo o “grande mestre do mundo moderno”. A primeira versão deste texto aparece com o título “Sobre o Estylo”, na *Folha da Manhã*, de São Paulo, em 21/01/1937. Depois, será reeditado no livro *Gordos e magros*, de 1942, ocasião em que ganha o título do

livro. O próprio estilo conciso de Lins do Rego, no que diz respeito a sua produção crítico-ensaísta, é também a de um autor magro.

Outro aspecto relevante acerca da recepção de Nietzsche na produção de José Lins do Rego diz respeito ao acompanhamento da história das primeiras edições brasileiras do filósofo. Lins recebeu com entusiasmo a coletânea de textos de Nietzsche selecionados e traduzidos por Alberto Ramos, a *Nietzschiana*, editada e publicada em 1949, avaliada como “um livro que é a maior exaltação da vida” (REGO, 1950, p. 17). Também destacou a tradução realizada por Mário Ferreira dos Santos de parte dos fragmentos póstumos reunidos no título “Vontade de Potência” (REGO, 1948, p. 02). Ao comentar essas traduções, num momento em que se encontrava diante das apropriações ideológicas do pensamento de Nietzsche, Lins o defende, sendo agora uma das suas estratégias a mesma lançada por Mário Ferreira: explorar as críticas do filósofo aos alemães.

Essa estratégia se dirige contra a instrumentalização da obra de Nietzsche por segmentos a serviço da ideologia expansionista do nazismo. E se justifica pela necessidade histórica do momento. Ela enfatiza que para “Nietzsche os alemães foram, em todos os tempos, os inimigos da cultura”. Permite citar mais de uma confissão crítica do filósofo contra os alemães. Assim, Lins recupera e reabilita Nietzsche como um pensador da cultura, que se voltou contra os seus mestres alemães, como Leibniz e Kant, por compreendê-los como “dois grandes obstáculos à honestidade intelectual da Europa” (REGO, 1948, p. 02). Essa estratégia permite abordar temáticas filosóficas presentes em suas obras. Há também outras temáticas a partir das quais Lins aborda o pensamento de Nietzsche. Uma delas é a aproximação de seu pensamento com a cultura francesa, explorada no texto “Nietzsche e França”, uma breve coluna, publicada a 4 de julho de 1948, na *Folha da Manhã*, São Paulo (reeditada no livro *A casa e o homem*, de 1954).

Uma análise de outros textos, como o breve ensaio “Nietzsche e os robôs”, do livro *A casa e o homem*, permite identificar que Lins se refere a Nietzsche também como “um literato das teorias biológicas evolucionistas”. Analisemos dois trechos desse texto.

Alguém já disse uma vez que seria Nietzsche o poeta

épico do lamarckismo. Mais do que o filósofo, mais do que o cientista havia nele um literato das teorias biológicas evolucionistas. O super-homem não tinha vergonha de suas origens simiescas. E quando procurava descobrir o homem do futuro, a raça pura por excelência, ia ele se firmar na seleção consciente e racional dos melhores, dos mais fortes de corpo e espírito. E é com esta confiança férrea em leis naturais que ele espera pelo europeu, o homem europeu que seja o herdeiro de uma sabedoria milenar, rico de obrigações e que continue o surto maravilhoso do povo grego. Nietzsche, ao começo, falava dos gregos como do único povo genial, entre todas as raças do mundo, a raça mais bela, mais densa de verdades, a mais sedutora, a que mais amara a vida como a vida merecia que se amasse. Mas o lamarckismo do poeta fez que ele se passasse para os romanos. E agora os gregos se transformaram em povo feminino, de feminilidade à flor da pele, enquanto os romanos se revelam o povo “macho” em todos os sentidos (REGO, 1954, p. III).

Nesse trecho, Lins interpreta ideias nietzschianas a partir de teorias evolutivas. A busca do pensador pelo homem do futuro, a raça pura por excelência, envolveria a seleção consciente e racional dos melhores indivíduos, os mais fortes em corpo e espírito. Nietzsche, então, compreenderia o homem europeu do futuro enquanto herdeiro de uma sabedoria milenar, como a continuação e o desenvolvimento desde os antigos gregos. Por um lado, Lins ressalta a admiração inicial de Nietzsche pelos gregos, considerado o povo mais genial, belo e amante da vida; por outro, aponta que o seu lamarckismo fez com que ele se voltasse para os romanos, como um povo mais forte em todos os sentidos.

Aqui surge uma dificuldade, pois, afinal, como entender o trecho acima, num viés cultural ou biológico? O trecho porta a atmosfera das reflexões do pensador alemão a respeito das culturas grega e romana, compreendidas a partir de seu suposto lamarckismo. Mas esse lamarckismo parece transposto para o plano da cultura, no qual o homem

europeu é o herdeiro de sabedoria milenar, continuador do surto da cultura do povo grego. É nesse sentido que podemos ler o trecho a seguir:

Na prova da seleção levarão vantagem o melhor sangue, a mais dura carne. O esplendor grego não competirá com o apogeu animal de Roma, a Roma de apetites carnívoros. Entre os gregos haveria germes que lhes atacavam a pujança física. O homem superior precisava do corpo romano para se impor. Então Nietzsche quer tirar da Grécia e de Roma lições que o conduzam ao seu tipo dominante. Quer uma depuração das raças. Faz-se de profeta da raça superior. O seu lirismo exacerbado, o lirismo de um fauno impotente, se nutre de seivas envenenadas. Pretendeu descobrir o povo eleito. Um povo que não conheça a piedade e que pratique uma religião que seja inclemente, trágica, uma verdadeira eclosão de vitalidade animal. Sócrates fora um filósofo da decadência, que aceitara a morte porque não tinha o sangue e o cérebro de um super-homem. A raça forte terá audácias nobres, loucas, absurdas, que lhe darão forças para ser a mais terrível, a mais ágil, mais poderosa que tudo que tenha havido. O homem caminhará do macaco do evolucionismo para a suprema perfeição (REGO, 1954, p. 12).

Nesse trecho, podemos observar a abordagem de Lins em relação às ideias de Nietzsche sobre a seleção, a superioridade racial e a busca pelo tipo dominante. O filósofo toma da Grécia e de Roma lições que o conduzem a pensar sobre um tipo dominante. Ao afirmar que ele pretendia “uma depuração de raças”, Lins remete para a seção 272 do livro *Aurora*, “purificação da raça”. De acordo com essa seção, a raça não seria estritamente biológica, nem tão-somente cultural. As misturas de raças seriam sempre, em simultâneo, misturas de culturas e de moralidades. Do ponto de vista do seu filosofar histórico, Nietzsche

admite as misturas raciais e as valoriza, por se constituírem enquanto condições de possibilidade de uma unidade biológica mais forte e culturalmente mais refinada. Ele examina esse processo de “purificação” a partir de mestiçagens identificadas no povo grego. O pressuposto é que “não existem raças puras, mas somente depuradas, e isso com grande raridade”. O “habitual são as raças cruzadas”, no interior das quais se pode verificar desarmonias de “formas físicas” e “de hábitos e noções de valor”. Quando o “processo de purificação” de raças cruzadas se mostra proveitoso, chega-se às “raças depuradas”, que se tornam “*mais fortes e mais belas*”, a exemplo dos gregos, que teriam se tornado “uma raça e cultura depurada” (M/A, § 272, KSA 3.213-14).

No trecho, Lins caracteriza o lirismo de Nietzsche como exacerbado, comparado a um fauno impotente que se nutre de seivas envenenadas. Isso indica que, de sua perspectiva, era preciso criticar esse aspecto estilístico, por fomentar as apropriações nazifascistas. O trecho conclui aludindo que o homem caminhará do macaco do evolucionismo para a suprema perfeição, indicando a visão de Nietzsche sobre a evolução humana em direção a um estado superior. No texto, Lins procura separar Nietzsche da apropriação nazista. Para tanto, situa ele como o “grande poeta [que] imaginara o homem sintético, o homem completo, homem igual a Napoleão”, este que “fora uma síntese de inumanidade e de super-humanidade” (REGO, 1954, p. 12). Assim, ao longo do texto Lins tenta recuperar Nietzsche como pensador da cultura, como psicólogo e poeta. Em todo caso, o texto é um tanto ambíguo, pois a compreensão de que, segundo Nietzsche, o cultivo do tipo superior envolveria a seleção consciente e racional dos melhores indivíduos se mostra mais biológica-eugenista do que propriamente apenas cultural.

A recepção de Nietzsche presente na produção crítico-ensaísta de José Lins endossou o Modernismo em curso entre os anos de 1922 e 1945, durante os quais ele soube aproveitar diversos aspectos da filosofia nietzschiana para refletir sobre a cultura brasileira, e para praticar um estilo magro e intenso de pensar e escrever.

Conclusão

Como vimos até aqui, ideias da filosofia de Nietzsche foram recebidas e aproveitadas pelo poeta Augusto dos Anjos e pelo crítico e ensaísta

José Lins do Rego num horizonte cultural modernista. Eles realizaram um aproveitamento de ideias da filosofia de Nietzsche ora estético, no sentido de servir-se delas para a criação poética e para a composição ou inspiração estilística, ora teórico, no sentido de utilizá-las para a reflexão sobre o sofrimento inerente à vida humana e para a pesquisa sobre aspectos da cultura brasileira.

É possível identificar convergências e distanciamentos entre o poeta e o crítico em relação a Nietzsche. O poeta e o filósofo convergem no sentido da aceitação da vida trágica, marcada pelo sofrimento e pelo eterno retorno; também convergem na possibilidade de a arte tornar a vida fonte de prazer e realização afirmativa da existência. Se distanciam no sentido de o filósofo valorizar a vida trágica, e o poeta explorar mais a dimensão sombria, triste, sofredora e sem sentido da existência. O crítico e ensaísta converge com o pensador no sentido de valorizar o estilo de escrita conciso, porém expressivo. Se distancia dele na medida que, sendo sensível a questões de desigualdade social, como bem mostra alguns dos seus romances, critica a rigidez da divisão que reduz o homem a senhor e a escravo, se opondo assim à ideia de Nietzsche acerca de um tipo humano superior, possível por meio de seleção consciente.

Referências

ANJOS, Augusto dos. *Eu*. Apresentação Ângela Bezerra de Castro; prefácio João Adolfo Hansen. São Paulo: BMA Edições: Edições Narval, 2015.

_____. *Eu e outras poesias*. 47ª ed. especial revista e ampliada. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. “A Frederico Nietzsche”. In: *Jornal do Commercio*. Manaus, 20 de junho de 1905.

_____. “ECCE HOMO”. In: *O Norte*. Paraíba, 10 de agosto de 1912.

NIETZSCHE, Friedrich. *Werke. Kritische Studienausgabe* (KSA). Berlin/New York: Walter de Gruyter & Co., 1999, 15v.

_____. *O Andarilho e sua Sombra*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

_____. *Aurora. Reflexões sobre os preconceitos morais*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

_____. *Assim falou Zaratustra*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras, 2017.

REGO, José Lins do. “O Nietzsche de Hitler”. In: *O Jornal*. Rio de Janeiro. 23/07/1942a.

_____. “Rito Pagão”. In: *Jornal do Recife*, Pernambuco, PE, 01/12/1921.

_____. “Um pintor da tristeza e dos escrúpulos”. In: *Jornal do Recife*, Pernambuco, PE, 02/02/1922.

_____. “Intercâmbio intelectual”. In: *Jornal do Recife*, Pernambuco, PE, 12/01/1922.

_____. “Uma noite de arte”. In: *Ligeiros Traços: escritos da juventude*. Seleção, introdução e notas de César Braga-Pinto. Rio de Janeiro, 2007.

_____. “Nietzsche e os “robots””. In: *A casa e o homem*. Rio de Janeiro. Edição da Organização Simões, 1954.

_____. “Nietzsche e a França”. In: *A casa e o homem*. Edição da Organização Simões, 1954. (p. 125-126).

_____. “Gordos e magros”. In: *Gordos e magros: ensaios*. Ed., C.E.B., 1942b.

_____. “Nietzsche e os alemães”. In: *Jornal de Notícias*, São Paulo, SP, 03/05/1948.

_____. “Nietzschiana”. In: *Jornal de Notícias*, São Paulo, SP, 26/03/1950.

6.1 Bibliografia complementar

CARVALHO, Álvaro. *Augusto dos Anjos e outros Ensaios*. Departamento de publicidade, João Pessoa, 1946.

CARPEAUX, Otto Maria. “Apresentação”. In: *Toda Poesia*/Augusto dos Anjos. São Paulo, 3. Ed. ver. Paz e Terra, 1995.

CASTRO e SILVA. *Augusto dos Anjos: o poeta e o homem*. Editora Lisa, 1984.

CASEMIRO, Fábio Martinelli. “Sob a máscara de Dioniso: a recepção de Nietzsche pela poesia de Augusto dos Anjos”. In: *Cadernos Nietzsche*, Guarulhos/Porto Seguro, vol. 40, n.3, 2019.

BRAGA-PINTO, César. “Introdução”. In: REGO, José Lins do. *Li-geiros traços: escritos da juventude*. Seleção, introdução e notas de César Braga-Pinto. Rio de Janeiro. José Olympio, 2007.

DIAS, Geraldo. *Nietzsche no Brasil (1922-1945): modernistas e intér-pretas do país*. São Paulo: Editora Unifesp, 2023 (Sendas & Veredas. Recepção).

_____. “Recepção da filosofia de Nietzsche na obra de Celso Furtado”. In: *Cad. Nietzsche*, Guarulhos/Porto Seguro, v.42, n.1, p. 145-172, janeiro/abril, 2021.

DIAS G. e I. SILVA JÚNIOR, I. da. “Metodologia para a recepção filosófica: o caso Nietzsche como exemplo”. In: *Revista do Curso de Filosofia*; Vol. 06, N.10, 2021.

_____. “A Filosofia de Nietzsche no Movimento Germanista do Recife e do Rio de Janeiro no Final do Séc. XIX e Início do XX”. In: *Ágora Filosófica*, ano 17, n. 1, jul./dez., Recife, p. 13-30, 2017.

_____. “Recepção de Nietzsche no Nordeste Brasileiro”. In:

AUFKLÄRUNG Revista de Filosofia. João Pessoa; vol. 7; n. esp., novembro de 2020.

GOLDSCHMIDT, Victor. “Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos”. In: *A religião de Platão*. Trad. Ieda e Oswald Porchat. São Paulo: DIFEL, 1963, p. 139-147.

GRIECO, Agripino. “Augusto dos Anjos”. In: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16/09/1928.

REIS, Zenir Campos. In: ANJOS, Augusto. *Seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico e exercícios*. São Paulo. Abril Educação, 1982.

VIANA, Chico. *O evangelho da podridão: culpa e melancolia em Augusto dos Anjos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

Sites e portais consultados

NIETZSCHE SOURCE. *Digitale Kritische Gesamtausgabe. Werke und Briefe*, Paolo D'Iorio (org.), Paris, *Nietzsche Source*, <http://www.nietzschesource.org/eKGWB>, 2009.

PORTAL DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Acessos realizados no período de 22/03/2020 e 05/07/2022, no site: <http://hemerotecadigital.bn.br>.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Allisson José é professor de Matemática da rede estadual de ensino de Pernambuco. Licenciado em Matemática/IFPB e graduado em Gestão em Agronegócio/UNIUBE, aperfeiçoou-se em Educação Inclusiva/UEPB. E-mail: allissonfarias@yahoo.com.br.

Aluska Peres é professora de Pedagogia do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestra em Educação/UEPB, licenciada em Pedagogia/UFCG. Atua na área de Educação, com ênfase em Didática, Avaliação, Planejamento, Gestão e Políticas Educacionais, Prática Pedagógica, Formação Docente e Educação Inclusiva. E-mail: aluska.araujo@ifpb.edu.br.

Ana Paula Almeida é professora de Sociologia do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestra em Sociologia pelo PROFSOCIO (UFC/UFCG), especialista em Sociologia da Educação/FIP e licenciada em Ciências Sociais/UFCG. Coordena a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da PROEXC/IFPB. Membro do Núcleo de Tecnologia Social e Economia Solidária do IFPB, *Campus* Campina Grande. E-mail: ana.almeida@ifpb.edu.br

Antônio Chagas é graduando em Direito pela Uninassau. Atua como estagiário em escritório de advocacia. Membro do grupo de pesquisa LAPLIN (CNPq/IFPB).

Antonio Josinaldo Soares Silva é Técnico Administrativo em Educação do IFPB, *Campus* Monteiro. Mestre em Sociologia pelo PROFSOCIO/UFCG, especialista em Educação de Jovens e Adultos/UFCG, licenciado em Letras-Espanhol/UEPB e em Ciências Sociais/UFCG.

Atua nas seguintes áreas: Ensino de Sociologia; Sociologia ambiental; Antropologia e educação básica; Livro didático de Sociologia. E-mail: josinaldoprofessorespanhol@gmail.com

Caique de Oliveira é graduando em Engenharia de Computação/IFPB. Atua nas seguintes áreas: estatística e tecnologia aplicada à Psicologia e educação básica. E-mail: caique.oliveira@academico.ifpb.edu.br.

Daiana Estrela Ferreira Barbosa é professora da UEPB, *Campus VI - Monteiro/PB*. Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática/UFRPE, mestra em Ensino de Ciências e Educação Matemática/UEPB, especialista em Ensino de Matemática/IFPB e licenciada em Matemática/UEPB. Atua na formação de professores com ênfase em Estágio Supervisionado, Profissionalidade e carreira docente. Email: daiana.estrela@ufrpe.br

Geraldo Dias é professor de Filosofia do IFPB, *Campus Campina Grande*. Doutor em Filosofia/UNIFESP, realizou estágio na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Publicou diversos dossiês e artigos sobre a filosofia de Nietzsche e a respeito de sua recepção no Brasil. E-mail: geraldo.dias@ifpb.edu.br.

Golbery Rodrigues é professor de Português do IFPB *Campus Campina Grande*. Mestre em Literatura e Interculturalidades/UEPB, especialista em gestão pública municipal/UEPB e licenciado em Letras/UEPB. Lidera o grupo de pesquisa LAPLIN (CNPq/IFPB), interessando-se pelas influências da inteligência artificial generativa nas diversas áreas. E-mail: golbery.rodrigues@ifpb.edu.br

Karen Emanuele Bezerra Feitosa é técnica em Edificações pelo IFPB, *Campus Monteiro*. E-mail: karen.bezerrafeitosa@gmail.com

Laudicéia Araujo é professora do IFPB, *Campus Campina Grande*. É chefe do Departamento de Ensino Técnico do mesmo campus. É doutora em Ciências Sociais/UFCG e mestra em Economia Regional/

UFPB. Coordenou o PROEJA e é pesquisadora do grupo de pesquisa Práxis/UFCG, desenvolvendo pesquisa sobre a etapa atual de financeirização do capitalismo e sobre Economia Política e Política Econômica.

Livia Maria Silva é professora de Sociologia do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestra em Ciências Sociais/UFCG e bacharela e licenciada em Ciências Sociais/UFCG. Atua na área de avaliação de políticas públicas. E-mail profissional: livia.ferreira@ifpb.edu.br

Marcelo da Silva Araujo é Professor Titular do IFPB, *Campus* Campina Grande. Doutor em Antropologia/UFF, mestre em Artes Visuais/UFRJ. Licenciado e bacharel em Ciências Sociais/UFF e licenciado em História/UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa “Antropologia na Educação Básica”, é coautor dos livros didáticos Sociologia em Movimento e Moderna Plus, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação. E-mail: marcelo.araujo@ifpb.edu.br

Rômulo Leite Amorim é professor de Sociologia do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestre em Ciências Sociais/UFRN, especialista em História do Brasil e da Paraíba/FIP, licenciado em História/UEPB e bacharel e licenciado em Ciências Sociais/UFCG. É membro do Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária, integrante do Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES). É líder do grupo de pesquisa Gestão e Práticas Solidárias (IFPB), desenvolvendo o tripé ensino - pesquisa - extensão na área da Educação, Economia Solidária e Democracia Participativa. E-mail: romulo.amorim@ifpb.edu.br

Sabrina Lima é licenciada em Ciências Sociais/UFCG. Atua nas seguintes áreas: estudos de memória, patrimônio, gênero, educação e história, vinculados tanto à Antropologia quanto à Sociologia. E-mail: sabrinaraujosobral@gmail.com

Thiago Esteves é Professor Titular do CEFET-RJ. Pós-Doutor em Educação/UFSCar, doutor em Educação/UFRRJ, mestre em Ciências Sociais/CPDA/UFRRJ, licenciado e bacharel em Ciências Sociais/Puc-Rio. Atua nas seguintes áreas: avaliações educacionais, reformas

educacionais e Ensino de Ciências Sociais. E-mail: thiagoesteves@yahoo.com.br.

Vanessa Freitas é bacharel em Direito/UFRN. Atua como Técnica em Assuntos Educacionais no IFPB, *Campus* Campina Grande. É membro do grupo de pesquisa LAPLIN (CNPq/IFPB).

SOBRE AS PARECERISTAS E OS PARECERISTAS

Camila Macêdo Medeiros é professora de Engenharia do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestra em Engenharia Civil e Ambiental/UFCG e MBA em Gestão Escolar/USP.

Danyllo Wagner Albuquerque é professor de Informática do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestre em Informática/UFPB e doutor em Computação/UFCG e .

Francicleide Gonçalves de Sousa é professora de Administração do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestra em Administração/UFPB e doutora em Administração/USCS.

Marcílio Diniz da Silva é professor de Filosofia do IFPB, *Campus* Campina Grande/IFPB. É mestre em Filosofia/UFPB.

Rômulo Alexandre Silva é professor de Matemática do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática/UEPB e doutor em Educação/UFRN.

Rosemary Ramos Rodrigues é professora de História do IFPB, *Campus* Campina Grande. Mestra em Educação/UFPB e doutora em Ciências Sociais/UFCG.

Sobre o livro

Projeto gráfico e capa Erick Ferreira Cabral
Revisão ortográfica e normatização Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

Mancha Gráfica 10,5 x 16,7 cm
Tipologias utilizadas Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt

Este livro é uma celebração da pluralidade de vozes e saberes no campo da educação. Ao abordar temas relevantes e atuais, os textos aqui apresentados buscam inspirar educadores, pesquisadores, gestores e estudantes a se engajarem em uma busca contínua por uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora. Convidamos você, leitor, a explorar essas reflexões e se unir a este importante diálogo sobre o futuro da educação no Brasil e no mundo.



ISBN: 978-65-5221-057-9



9 786552 210579